SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ALAGOAS

SEBRAE/AL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Maceió- AL / 2014

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE ALAGOAS

SEBRAE/AL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU 72/2013, da DN TCU nº 127/2013, da DN TCU nº 129/2013, da Portaria TCU nº 175/2013.

Maceió-AL / 2014

SUMÁRIO

1 Identificação e Atributos 9
1.1 Estruturação do Relatório de Gestão 9
1.2 Introdução 9
2 Cenário de Atuação 15
2.1 O Ambiente Econômico 15
2.2 O Ambiente Legal e Institucional das MPE 25
2.3 Organograma 26
3 Planejamento e Resultados Alcançados 30
3.1 Estratégia de Atuação 30
3.2 Objetivos Estratégicos 32
3.3 Prioridades 34
3.4 Medidas de Gestão do Plano 35
3.5 Metas 37
3.5.1 Indicadores Institucionais 37
3.5.2 Metas Mobilizadoras 38
3.5.3 Metas de Atendimento 39
3.6 Programas Nacionais 41
3.6.1 Agentes Locais de Inovação (ALI) 42
3.6.2 Atendimento Negócio a Negócio 42
3.6.3 SEBRAE Mais 43
3.6.4 SEBRAE nos Territórios da Cidadania 43
3.6.5 SEBRAETec 43
3.7 Carteiras de Projetos 45
3.7.1 Agronegócio 46
3.7.2 Comércio 53
3.7.3 Indústria 56
3.7.4 Serviços 61
3.7.5 Territorial 69
4 Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão 73
4.1 Estrutura de Governança 73
4.2 Dirigentes e Membros de Conselhos 78
4.3 Remuneração a Dirigentes 80
4.4 Atuação da Auditoria 80
4.5 Avaliação dos Controles Internos 83
4.6 Sistema de Correição 84
5 Programação e Execução Contábil e Financeira 85
5.1 Programação Orçamentária das Receitas e Despesas 85
5.2 Execução Orçamentária das Receitas e Despesas 88
5.3 Informações sobre Transferências 90
5.3.1 Convênios 90
5.4 Limites Orçamentários 91
6 Gestão Administrativa 92
6.1 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados 92
6.1.1 Estrutura de Pessoal 92
6.1.2 Mão de Obra Terceirizada e Estagiários 100
6.1.2.1 Mão de Obra Terceirizada 100
6.1.2.2 Estagiários 102
6.2 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário 102
6.2.1 Veículos Próprios ou Locados de Terceiros 102
6.2.2 Patrimônio Imobiliário Próprio ou Locados de Terceiros 103
6.3 Gestão da Tecnologia da Informação 104
6.4 Outros assuntos administrativos 109
7 Sustentabilidade 110
7.1 Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Materiais de TI e na Contratação de Serviços ou Obras 110

7.2 Gestão Ambiental e Sustentabilidade **112**
8 Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas **113**
8.1 Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU **113**
8.2 Tratamento das recomendações feitas pela CGU **113**
8.3 Estrutura da Auditoria Interna e Procedimentos de Acompanhamento de seus Trabalhos **115**
9 Informações Contábeis **116**
9.1 Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores **116**
10 Resultados e Conclusões **117**
11 Outras Informações Sobre a Gestão **117**
11.1 Processos Licitatórios **117**
11.2 Informações Sobre Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas **143**

ANEXOS
ANEXO I BALANÇO PATRIMONIAL **144**
ANEXO II DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS **145**
ANEXO III DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES **146**
ANEXO IV DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO **147**
ANEXO V DEMONTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA **148**
ANEXO VI DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS **149**
ANEXO VII NOTAS EXPLICATIVAS **154**
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PARECER DO CONSELHO FISCAL
RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Título	Página
Tabela 01 – QUADRO A.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	9
Tabela 02 – Painel de oportunidades para Micro e Pequenas Empresas	17
Figura 01 – Comparativo do crescimento PIB	18
Figura 02 – Estoque de empregos formais por setor da atividade econômica - 2010	18
Figura 03 – Remuneração média de Dezembro	19
Figura 04 – Participação (%) das regiões no PIB do Brasil	19
Figura 05 – Participação (%) dos estados no PIB do NE	20
Figura 06 – Valor adicionado ao PIB por setor e impostos pelos estados do NE	20
Figura 07 – Valor adicionado ao PIB por município de Alagoas	21
Figura 08 – Investimentos em Alagoas (Em andamento)	21
Figura 09 – Investimentos em Alagoas (Previstos)	22
Figura 10 – Potencialidades em Alagoas	22
Figura 11 – Cenário de Clientes – Optantes pelo Simples	23
Figura 12 – Distribuição setorial das empresas urbanas	23
Figura 13 – Projeção para a quantidade de potenciais clientes da Região Nordeste	24
Figura 14 – Projeção para a quantidade de Empreendedores Individuais da Região Nordeste por UF	24
Figura 15 – Projeção para a quantidade de Microempresas na Região Nordeste por UF	25
Figura 16 – Organograma Funcional do SEBRAE/AL	26
Figura 17 – Regiões de Alagoas	31
Figura 18 – Mapa Estratégico do SEBRAE/AL - 2009/2015	33
Tabela 03 – Objetivos Estratégicos do Orçamento	33
Tabela 04 - Estratégia de Atuação 2013	35
Figura 19 – Macroprocessos da Rede de Valor do SEBRAE/AL	36
Tabela 05 – Indicadores Institucionais	38
Tabela 06 – Metas Mobilizadoras	38
Tabela 07 – Indicadores de Desempenho nos Atendimentos	39
Tabela 08 – Metas Físicas	39
Tabela 09 – Programas Nacionais	41
Tabela 10 – Despesas por setores de atendimento	45
Tabela 11 – Execução por projetos do Setor de Agronegócios	49
Tabela 12 – Quantitativo de empresas atendidas por projetos do Setor de Agronegócios	50

Título	Página
Tabela 13 – Execução e quantitativo de empresas atendidas por projetos do Setor de Comércio	55
Tabela 14 – Execução por projetos do Setor de Indústria	59
Tabela 15 – Quantitativo de empresas atendidas por projetos do Setor de Indústria	60
Tabela 16 – Execução por projetos do Setor de Serviços	66
Tabela 17 – Quantitativo de empresas atendidas por projetos do Setor de Serviços	67
Tabela 18 – Execução por projetos do Setor Territorial	71
Tabela 19 – Quantitativo de empresas atendidas por projetos do Setor Territorial	72
Tabela 20 – Membros do Conselho	78
Tabela 21– Remuneração a Dirigentes	80
Tabela 22– Outras informações referente a Remuneração da Diretoria	80
Tabela 23 – QUADRO A.4.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	83
Tabela 24 – Demandas da Ouvidoria	85
Tabela 25– Balanço Orçamentário – Execução Orçamentária	86
Tabela 26– Execução Orçamentária	88
Tabela 27 – Despesas por modalidade de contratação	89
Tabela 28 – Convênios Liberados, Comprovados e a Comprovar	91
Tabela 29 – Quantidade de Convênios Vigentes	91
Tabela 30– Limites Orçamentários	91
Tabela 31– QUADRO A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	92
Tabela 32 –QUADRO A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ	93
Tabela 33– QUADRO A.6.1.1.3 – Quantidade e percentual de empregados da UJ	94
Tabela 34– QUADRO A.6.1.1.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	95
Tabela 35– QUADRO A.6.1.1.5 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade	95
Tabela 36– Custos associados a manutenção de Recursos Humanos em 2013	96
Tabela 37– QUADRO A.6.1.1.6 – Composição do quadro de servidores inativos	96
Tabela 38– QUADRO A.6.1.2.1.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	100
Tabela 39– QUADRO A.6.1.2.1.2 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	101
Tabela 40– QUADRO A.6.1.2.2 – Composição do quadro de estagiários	102
Tabela 41– QUADRO A.6.3 – Gestão da Tecnologia da Informação	104
Tabela 42– QUADRO A.7.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	110
Tabela 43– QUADRO A.7.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água	113

Título	Página
Tabela 44 – QUADRO A.8.2.1 – Cumprimento das Deliberações da CGU Atendidas no Exercício	113
Tabela 45- QUADRO A.8.2.2 – Situação das deliberações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	114
Tabela 46– Composição da Unidade de Auditoria Interna	115
Tabela 47– Resumo de licitações no exercício de 2013	118
Tabela 48 –Resumo das contratações/ARP de 2013	118
Tabela 49 –QUADRO A.11.2 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	143

LISTA DE ANEXOS

	Título	Página
ANEXO-I	Balanço Patrimonial	144
ANEXO-II	Demonstrações de Resultados	145
ANEXO-III	Demonstrações de Resultados Abrangentes	146
ANEXO-IV	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	147
ANEXO-V	Demonstração dos Fluxos de Caixa	148
ANEXO-VI	Demonstrativo de Recursos Mediante Convênios	149
ANEXO-VII	Notas Explicativas	154
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES		
PARECER DO CONSELHO FISCAL		
RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL		

1. Identificação e Atributos

Tabela 01

QUADRO A.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas	
Denominação abreviada: SEBRAE/AL	
Vinculação Ministerial: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	
CNPJ: 12.517.413/0001-27	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Serviço Social Autônomo	
Principal Atividade: Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	**Código CNAE:** 7020-4/00
Telefones/Fax de contato: (82) 4009-1600 / FAX: (82) 4009-1728	
Endereço Eletrônico marly@al.sebrae.com.br	
Página na Internet: www.al.sebrae.com.br	
Endereço Postal: Rua Dr. Marinho de Gusmão, 46, Centro, Maceió-AL, CEP 57.020-560	
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Lei nº 8.029 de 12/04/1990 Decreto nº 99.570 de 09/10/1990 Resolução CDE nº 201/2009 - Estatuto Social Resolução CDE nº 002/2011 - Regimento Interno do SEBRAE/AL Resolução CDE nº 003/2011 – Regimento Interno Conselho Deliberativo Estadual de Alagoas Resolução CDE nº 004/2011 – Regimento Interno do Conselho Fiscal	

1.1. Estruturação do Relatório de Gestão

O presente Relatório de Gestão está estruturado de forma customizada no tocante as informações sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada conforme disposto na Parte C do Anexo II da DN TCU 127/2013, com base no modelo disponibilizado pelo SEBRAE/NA em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU).

Conforme disposto no item IV do Art. 5º da DN TCU 127/2013, foram utilizados os quadros e orientações constantes na Portaria TCU 175/2013.

Devido ao modelo customizado enviado pelo SEBRAE/NA alguns itens e subitens da Parte C do Anexo II da DN TCU 127/2013 sofreram alterações em suas numerações originais, no entanto, ressaltamos que todos os itens e subitens da Parte C do Anexo II, que são conteúdos obrigatórios, estão contemplados neste Relatório de Gestão.

1.2. Introdução

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte nos setores do comércio, indústria, agronegócio e serviço, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e de recursos humanos em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento, mediante a execução de ações condizentes:

A missão da entidade define bem sua função e razão de ser: "**Promover a Competitividade e o Desenvolvimento Sustentável das Micro e Pequenas Empresas e Fomentar o Empreendedorismo**". O âmbito de atuação da entidade constitui-se na indução do desenvolvimento das micro e pequenas empresas, com vistas à melhoria de seu resultado e o fortalecimento de seu papel social, no Estado de Alagoas.

Direta ou indiretamente, através de entidades associativas o SEBRAE/AL objetiva fazer chegar suas ações às regiões mais ricas e mais pobres, e a um público de diversas origens, formações e características, agregando ações junto à micro, empreendedores individuais e pequenas empresas por meio de seus projetos e arranjos produtivos locais (APL), setoriais e programas Nacionais. Consideramos como prioridade a atuação nos seguintes setores econômicos e territórios estratégicos no Estado:

Setores: Agroecologia, Agroenergia, Apicultura, Aquicultura e Pesca, Artesanato, Avicultura, Comércio Varejista, Cultura e Entretenimento, Fruticultura, Horticultura, Leites e Derivados, Madeira e Móveis, Mandiocultura, Oleiro Cerâmico, Ovino e Caprino, Petróleo e Gás, Química e PVC, Rizicultura - grãos, Serviços, Tecnologia da Informação, Têxtil e Confecções e Turismo.

Territórios: Agreste, Alto Sertão, Bacia Leiteira, Baixo São Francisco, Litoral Norte, Maceió e entorno, Mata Alagoana e Médio Sertão.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

As ações do SEBRAE/AL estão compreendidas no conjunto de iniciativas públicas e privadas, voltadas para a ampliação de oportunidades econômicas em razão da importância dos micro e pequenos negócios para a geração de emprego e de riqueza.

O SEBRAE/AL colabora com suas ações e projetos para a consolidação de um modelo de desenvolvimento nacional baseado na facilitação do acesso a insumos produtivos (conhecimento, crédito, tecnologia e capacitação) em favor das micro e pequenas empresas e de empreendimentos emergentes buscando contribuir para a geração de condições favoráveis à valorização e ao melhor aproveitamento do esforço humano, com aumento da competitividade de empresas e produtos.

O resultado do PPA do SEBRAE/AL está coerente com a missão e a estratégia do Sistema SEBRAE, bem como, está em sintonia com as necessidades dos micro e pequenos negócios e com o cenário econômico e social do País.

Importante destacar a aderência do PPA do SEBRAE/AL com as políticas governamentais, a articulação com o Governo Estadual, por meio das Secretarias de Estado, bancos públicos, empresas estatais, institutos e fundações, que contribuem fortemente para a execução das estratégias definidas.

Com objetivo de informar a atuação da gestão no exercício 2013 para os pequenos negócios alagoanos, destacamos as principais realizações:

- **Prêmio Sebrae de Jornalismo -** A 5ª edição do Prêmio SEBRAE de Jornalismo teve um acréscimo de 35% no número de jornalistas inscritos em Alagoas, em comparação ao ano

passado. Foram avaliadas as categorias Jornalismo Impresso, Telejornalismo, Radiojornalismo e Webjornalismo. O objetivo é estimular e valorizar trabalhos jornalísticos que tenham como pauta o desenvolvimento das micro e pequenas empresas no País.

- **Empresa alagoana é tema de documentário internacional –** A televisão alemã Deutsche Welle (DW) desembarcou numa região de caatinga para conhecer o trabalho realizado pela Cerâmica Bandeira. Durante quatro dias de gravação foi focado o empreendedorismo sustentável, voltado para o reflorestamento, a biomassa, o crédito de carbono e as ações socioeducativas.
  A empresa é a única, dentre as 32 atendidas pelo Projeto Indústria Cerâmica no Agreste, a participar do Programa de Crédito de Carbono.

- **É Alagoas no mundo das startups -** A Ilhasoft, atendida pelo Arranjo Produtivo Local (APL) TI e pelo Projeto Startup do SEBRAE Alagoas, foi campeã no Hackathon, uma competição que ocorre durante o maior evento com conteúdo mobile da América Latina.
  Além disso, após vencer o Demo Day 2012 e ser premiado no Rio Info, o Hand Talk, também atendido pelo Projeto de Startup, ganhou reconhecimento mundial ao ser eleito pela ONU o melhor aplicativo do mundo voltado à inclusão social.

- **Projeto Piloto SEBRAE No Campo -** O SEBRAE Nacional convidou Alagoas para participar da elaboração da oficina Gerenciar No Campo, uma das soluções educacionais do Projeto No Campo, lançado em 2013 para atender ao público de produtores rurais do país. A turma piloto da referida solução foi realizada no Assentamento Pacú, do município de Pão de Açúcar, com os produtores de ovino da região. A capacitação tem como objetivo atender produtores rurais não alfabetizados, trabalhando temas na área de planejamento, vendas e finanças em formato vivencial e lúdico através de um jogo, sem o uso de leitura e escrita. Os resultados foram imediatos, pois as técnicas vivenciadas na capacitações podem ser utilizadas de maneira prática no dia a dia dos produtores.

- **APL Móveis de Alagoas para Milão –** Um grupo de empresários integrantes dos Arranjos Produtivos Locais (APL) Móveis do Agreste e Maceió visitaram o Salão Internacional do Móvel, em Milão, na Itália, de 7 a 13 de abril para conhecerem as novas tendências em Design e novos estilos de fabricação. Após a missão, os empresários do APL Maceió produziram uma coleção especial de móveis com os conhecimentos adquiridos e que foi exposta no I Seminário de APL realizado em dezembro.

- **Portal Facilita Alagoas -** Em março, Alagoas pode contar com o Portal Facilita Alagoas, um integrador estadual da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM). Através do Portal, os empresários podem abrir suas empresas ou realizar alterações cadastrais pela internet dando mais celeridade aos procedimentos.
  O Sebrae acompanhou e apoiou tecnicamente a implantação da REDESIM, utilizando a Lei Geral Municipal como principal marco regulatório em parceria com a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Conselho Regional de Contabilidade e Governo do Estado através da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) e da Junta Comercial de Alagoas.

- **Rede de Conveniência Digital -** Em julho, o SEBRAE/AL em Arapiraca lançou a Rede de Conveniência Digital – uma Central de Negócios que possibilitou os empresários dos ramos de salão de beleza, minimercado e lan house realizarem, dentre outras ações, compras coletivas, reduzindo entre 15% a 20% os seus custos, consolidando-os no mercado em que atuam.

- **Central de Relacionamento é destaque em Alagoas -** Alagoas foi o único estado do Nordeste a apresentar um aumento de 21,2%, contrariando, a tendência nacional. Além dos outros estados do Nordeste, o Centro Oeste e o Norte também tiveram queda nas ligações receptivas. Somente no primeiro semestre de 2013, foram recebidas mais de 8,9 mil ligações. E, desse total, 29% foram referentes a cursos, palestras e oficinas.

- **Empresa alagoana é destaque na Revista Exame -** Em agosto, a Revista Exame PME listou as 250 Pequenas e Médias Empresas (PME) que mais cresceram no Brasil entre os anos de 2010 e 2012. Entre os vencedores do Prêmio Deloitte está a Comferral, empreendimento maceioense voltado para vendas de equipamentos de proteção individual (EPI) e ferramentas utilizadas na agroindústria e na construção civil. Desde 2011, a empresa é atendida pelo Projeto da Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás e Energia do SEBRAE/AL.

- **Projeto Cantão -** A marca Cantão firmou parceria com o Instituto Bordado Filé, constituído por cerca de 40 bordadeiras das associações de artesãs do Pontal da Barra, Marechal Deodoro, Ilha de Santa Rita e Barra Nova. O SEBRAE/AL realizou as consultorias para a formação de preços e consultoria de mercado para auxiliar na negociação entre a Associação das Bordadeiras e empresa Cantão bem como consultorias para orientação do processo produtivo. As peças venderam para os franqueados do Cantão em todo o Brasil, 400% a mais do que o esperado. O filé alagoano está presente em mais de mil pontos de vendas em todo o Brasil.

- **Validação das Normas da IG do Filé -** Em agosto, foram validadas as normas de uso e de regulamentação dos pontos e redes do bordado filé feitos pelas artesãs do Complexo Lagunar Mundaú-Manguaba. Essa é mais uma fase para obtenção do selo de Indicação Geográfica (IG), concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O SEBRAE/AL realizou consultorias para que fossem enumerados alguns pontos peculiares do filé alagoano e também as normas específicas que vão margear a produção, como a linha 100% de algodão, a composição dos pontos e o colorido das peças.

- **Feira do Empreendedor 2013 –** A cada dois anos, é realizada a Feira do Empreendedor. Em 2013 ocorreu no período de 9 a 12 de outubro no Centro de Convenções de Maceió com o tema "Conectando sonhos às oportunidades de negócios", o evento recebeu mais de 13 mil visitantes. Desse público, 82% afirmaram ter alcançado seu objetivo e expectativas. Somente a Rodada de Negócios Multissetorial reuniu 75 empresas articulando R$19 milhões em negócios futuros.
  De acordo com o Relatório de Avaliação Parcial (RA) emitido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), Alagoas ultrapassou a excelente marca de 800 pontos no concurso "Melhor Feira do Empreendedor do Brasil", deixando a feira organizada pelo SEBRAE/AL na faixa de pontuação máxima. Ao todo foram avaliados 11 critérios: conhecimento do cliente e mercado; responsabilidade social; liderança e constância de propósitos; visão de futuro; valorização das pessoas; orientação por processo e informação; cultura da inovação; desenvolvimento de

parcerias; aprendizado organizacional; pensamento sistêmico e geração de valor. No Relatório de Avaliação Parcial, foram listados os pontos fortes de cada um dos critérios. Entre eles, ficaram em destaque a responsabilidade social, como a preocupação com o meio ambiente (coleta seletiva) e o atendimento feito a pessoas com deficiência visual, com a utilização do Hand Talk, aplicativo que traduz linguagem comum em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

- **Seminário Agentes Locais de Inovação – ALI -** Este ano, o dia do ALI contou com a palestra da especialista Martha Terenzzo - diretora da Inova 360°, consultora de Inovação e Marketing em empresas como Natura, Ambev e Mapfre e professora de Gestão da Inovação em diversas instituições. Em Alagoas, mais de mil empresas já foram atendidas com soluções de inovação.

- **SEBRAETec** - é o 4º melhor do Brasil possuindo alto índice de satisfação: 70,6% dos entrevistados deram uma nota 9 ou 10.
  - 100% dos entrevistados promoveram mudanças na empresa;
  - 94,9% melhoraram o atendimento;
  - 89,7% reduziram o desperdício;
  - 87,28% reduziram os custos.

  Média **8,73%** no que diz respeito à adequação do programa SEBRAETec às necessidades e realidade da empresa. Acima da nacional que foi de 8,36.

- **Alagoas no São Paulo Fashion Week -** Alagoas marcou presença no São Paulo Fashion Week (SPFW), temporada Outono/Inverno 2013/2014, realizada entre os dias 28 de outubro e 01 de novembro. O SEBRAE/AL mobilizou um grupo de empresas que passou por uma seleção junto a curadoria do evento e foram aprovadas para participar do São Paulo Fashion Week as designers alagoanas Solange Arruda e Mariah Dória que levaram suas peças para serem expostas na Loja Pop UP, espaço destinado à comercialização de produtos durante o evento, possibilitando a abertura de mercado para estas empresas. As designers fazem parte da lista das 21 micro e pequenas empresas de 15 estados que tiveram espaço nesta edição da SPFW.

- **Prêmio Nacional de Miniempresas** - O Sebrae-AL em 2013 apoiou o Programa Junior Achievement , por meio do convênio 001/12 e fruto dessa parceria foi a classificação de duas miniempresas alagoanas apoiadas pelo programa entre as cinco finalistas do Prêmio em sua etapa nacional: a **Extraroma** formada por alunos do Colégio Rosalvo Ribeiro dos Santos que trabalham com a produção de sabonetes líquidos e a **Padmais Almofadas Personalizadas** formada por alunos do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). O Prêmio Nacional da Miniempresa é realizado pela **Associação Junior Achievement** e enfatiza o desempenho e o progresso do empreendedorismo para jovens no país."

- **Feira Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP -** O SEBRAE Alagoas firmou contrato de parceria com a Escola Sesi Industrial Abelardo Lopes e multiplicou para seus professores a metodologia do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos – JEPP, que tem por objetivo disseminar a cultura empreendedora entre alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Os professores por sua vez aplicaram a metodologia JEPP para 1.067 alunos, em 32 turmas, dentro da grade curricular do ano letivo. Ao final do projeto foi realizada, em novembro, no Ginásio do Sesi, a I Feira Jovem Empreendedor e a Mostra de Ideias Sustentáveis, com o tema "Aprender sempre é um bom negócio".

- **Prêmio MPE Brasil –** O "MPE Brasil - Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas" se constitui no reconhecimento estadual e nacional às micro e pequenas empresas que promovem o aumento a qualidade, da produtividade e da competitividade, pela disseminação de conceitos e práticas de gestão. Em Alagoas, o mesmo é realizado pelo SEBRAE AL e o Movimento Alagoas Competitiva que congregam esforços para disseminar o Modelo de Excelência da Gestão e estimular os empresários de micro e pequenas empresas a participarem do processo de auto avaliação da gestão de seus negócios.
  A cerimônia estadual do Prêmio de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas – MPE Brasil – edição Alagoas aconteceu no dia 27 de novembro de 2013, que reconhece e incentiva o desenvolvimento dos negócios, foi realizada no Salão Pierre Chalita, em Maceió, e estimulou o aumento da qualidade, da produtividade e da competitividade, por meio da disseminação de conceitos e práticas de gestão.
  Ao todo, 1.501 empresas se inscreveram para o Ciclo 2013 do Prêmio MPE Brasil. As vencedoras das oito categorias foram: Agronegócios – Praxedes Francisco da Silva; Comércio – Nutrishop; Indústria – Caleidoscópio e Panaderia; Serviço de Educação – System Idiomas; Serviço de Saúde – Previne; Serviço de Tecnologia da Informação – Escol Sistemas; Serviço de Turismo – Coqueiros Express; e Outros Serviços – Renttec. Os critérios de avaliação são fundamentados no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Três das empresas vencedoras – Nutrishop, Coqueiros Express e Renttec – foram atendidas e orientadas pelos Agentes Locais de Inovação (ALI).

- **Consultoria Online -** Em parceria com a Socioteca, uma empresa participante do Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia da Informação (TI), o SEBRAE/AL passou a oferecer consultorias online. Desde o lançamento, em outubro, já foram atendidas mais de 300 pessoas. Para 2014, a meta é que mais dois mil empreendedores recebam as consultorias.

- **Aplicativo Dicas de Negócios -** O aplicativo foi desenvolvido pela Unidade de Tecnologia da Informação e Processos do SEBRAE/AL e pode ser acessado gratuitamente através da Google Play ou da Apple Store, via aparelhos móveis como tablets e smartphones. São mais de 500 dicas distribuídas nas categorias Agronegócios, Comércio, Serviços, Indústria ou Franquias. Em três meses, mais de 150 pessoas já haviam feito o download do aplicativo.

- **Marketing Empreendedor -** É uma consultoria de marketing, elaborada pelo SEBRAE/AL em 2012 visando trabalhar os 4p's de Marketing para o desenvolvimento de mercado para o público de microempreendedores individuais. Realizamos 02 pilotos com 23 microempreendedores individuais em Maceió e Arapiraca para validar a solução, os resultados foram muito positivos, onde **70%** das empresas participantes conseguiram **aumentar seu faturamento** em pelo menos 15% e para o ano de 2014 a solução entrará no portfólio da Unidade de Acesso a Mercados, podendo ser ofertada aos clientes de demanda difusa ou projetos coletivos.

- **100% Lei Geral -** A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi aprovada nos 102 municípios alagoanos. Com esse feito, o Estado se posiciona em 6º lugar no Brasil a priorizar o desenvolvimento a partir dos pequenos negócios. Quanto ao número de municípios atingidos pela legislação, Alagoas perde apenas para o Mato Grosso, com 144 cidades.

- **Comércio Brasil –** Foi criado pelo SEBRAE em 2005 e constitui-se numa ferramenta que facilita o acesso e o relacionamento sustentável entre as micro e pequenas empresas e os canais de comercialização. Por meio de uma rede de agentes especializados (consultores credenciados, chamados de agentes de mercado), procura identificar novas oportunidades de mercado, disponibilizando mecanismos para abertura e expansão comercial das empresas participantes; estabelecendo alianças e parcerias de negócios; e contribuindo para a manutenção e/ou incremento do faturamento das micro e pequenas empresas, dentro e fora dos estados. O Comércio Brasil é uma ferramenta de aproximação comercial, com foco na prospecção de canais de comercialização (atacado, varejo, representante comercial e outros) para micro e pequenas empresas de todo país. Seu objetivo principal é promover o acesso a mercados de forma sustentável e efetiva. Essa ferramenta é dirigida à micro e pequenas empresas formais dos setores industrial, comercial e agrícola, inclusive cooperativas e associações.
  Em 2013, a solução Comércio Brasil atendeu a 30 empresas ofertante dos setores de Alimentos, Apicultura, Cachaças, Cultivo do Gengibre, Fruticultura, Horticultura, Laticínios, Mandiocultura, Ostreicultura e Piscicultura, atendidas por meio de 13 projetos finalísticos. Através da atuação de 03 consultores (agentes de mercado) contratados para prospecção de novos mercados e articulação comercial, foi registrado cerca de R$ 6,3 milhões em volume de negócios articulados para as empresas atendidas, 70% a mais que o volume registrado em 2012 (cerca de R$ 3,7 milhões), além de diversas consultorias estruturantes nas áreas de gestão, marketing, tecnologia e inovação. As empresas participaram de diversos eventos nacionais, regionais e locais, como a 29ª Feira de Negócios em Supermercados – APAS (SP), 33ª Convenção Anual do Atacadista e Distribuidor – ABAD (CE), XVII Encontro Internacional de Negócios do Nordeste – EINNE (CE), I Encontro de Canais de Comercialização do Nordeste (CE), 06 Rodadas de Negócios (AL) e a 13ª Feira de Supermercados de Alagoas – FESUPER (AL).

- **Escritório Regional de Delmiro Gouveia -** Visando fortalecer a atuação do SEBRAE/AL no sertão alagoano, o Conselho Deliberativo Estadual – CDE autorizou em 26 de outubro de 2012 a criação do Escritório Regional de Delmiro Gouveia, bem como a reforma da sua sede de 325,94 m², prevista para inaugurar em março de 2014.

2. Cenário de Atuação

2.1. O Ambiente Econômico

O SEBRAE/AL planejou a sua atuação para o período de 2013 a 2016 considerando os insumos necessários para a tomada de decisões nesse período. Nesse sentido, apresentaremos os cenários macroeconômico externo atual e futuro, macroeconômico nacional atual e futuro e um cenário de clientes do SEBRAE para o período 2013-2016. A partir desses cenários a atuação do SEBRAE/AL foi baseada na proposta do Sistema SEBRAE.

O cenário internacional apresenta as seguintes perspectivas:

- Recuperação lenta e gradual da economia dos EUA;

- Eventual agravamento da crise na Zona do Euro (não descartado) tende a prejudicar o fluxo financeiro internacional (escassez e encarecimento) assim como as transações comerciais globais;
- Desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa tende a deprimir os preços das *commodities*, principalmente, minerais e metálicas;
- Com a retração dos mercados globais, há o risco da China direcionar maior quantidade de seus produtos para países emergentes, como o Brasil, acirrando ainda mais a concorrência com os produtos nacionais;
- Preços das *commodities* agrícolas devem permanecer em altos patamares em face de problemas climáticos nos países produtores e crescimento da população mundial.

Com essas **perspectivas** apresentadas, concluímos que a economia mundial **pouco contribuirá** para o crescimento da economia brasileira neste e nos próximos anos.

No cenário nacional as seguintes medidas foram e deverão ser tomadas para o estímulo à economia:

- Ampliação das desonerações da folha de pagamento (alterações na MP 563 contemplam a inclusão de 25 setores) (*pendente de aprovação pelo Senado e de sanção presidencial*);
- "Programa de Investimento em Logística - Rodovias e Ferrovias": R$ 133 bilhões em 25 anos, sendo R$ 79,5 bilhões, nos primeiros cinco anos, e o restante (R$53 bilhões), do 6º ao 25º ano (*lançado dia 15.08.2012*);
- "Pacote da Energia Elétrica": Redução dos encargos sobre as contas de energia e renovação das concessões (*anunciado em set/12, com início em fev/13*);
- Reforma do PIS/Cofins, unificando os dois impostos e tornando-os não cumulativos.

Nosso cenário interno com as seguintes perspectivas:

- Crescimento da economia brasileira bem mais dependente do mercado interno do que do mercado externo;
- Consumo das famílias e investimentos devem continuar a alavancar o PIB brasileiro neste e nos próximos anos;
- Medidas de estímulo à economia somadas à desvalorização cambial tendem a alavancar investimentos e a proporcionar maior competitividade à indústria nacional;
- Inflação (IPCA) deve fechar nos próximos anos acima da meta, mas abaixo do teto, sinalizando que está sob controle;
- Redução das taxas de juros tende a alavancar o consumo e reduzir custo financeiro das empresas ampliando margens de lucro e favorecendo investimentos;
- Inadimplência tende a recuar no médio/longo prazo.

Tendências de Tecnologia e Inovação que mais impactam na atuação das Micro e Pequenas Empresas em 2016:

- Crescimento da informatização das Micro e Pequenas Empresas (MPE);
- Aumento da demanda por serviços a distância digitais;
- Aumento do volume do comércio eletrônico;

- Avanço no processo de inclusão digital;
- Manutenção da parcela importante de empreendedores, de menor escolaridade, ainda excluídos digitalmente;
- Manutenção da necessidade de atendimento da demanda por serviços a distância tradicionais (TV e Rádio e Telefone);
- Intensificação do uso das tecnologias de informação e comunicação nas relações empresa-empresa e empresa–governo;
- O aumento da demanda por serviços tecnológicos não deverá ser totalmente suprido pela oferta (por ex.: centros e parques tecnológicos, universidades, empresas, outras);
- A inovação tecnológica tende a ser cada vez mais importante para competitividade das MPE;
- Maior articulação de redes, em escalas nacional e regionais, de instituições de assistências técnica, voltadas a tecnologia de produtos e processos;
- Tendência de agregação de serviços aos produtos existentes.

Tendências de Sustentabilidade que mais impactam na atuação das Micro e Pequenas Empresas em 2016:

- A sustentabilidade tende a se caracterizar cada vez mais como um diferencial para a competitividade das MPE;
- Aumento das exigências legais nas questões ambientais;
- Evolução da consciência sobre o tema socio-ambiental;
- Valorização da agricultura orgânica.

Painel de oportunidades para micro e pequenas empresas:

Tabela 02

Eventos	Ano	Setores	Investimentos/ desoneração (estimativas)
Copa das Confederações	2013	Construção civil, turismo, TIC, Comércio varejista, Serviços, Vestuário, Madeira e móveis e Agronegócios	R$ 142 bilhões
Copa do Mundo	2014		
Olimpíadas (RJ)	2016	Idem acima	R$ 30 bilhões
Internet	longo prazo	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), *e-commerce* e web 2.0	ND
Petrobras (Pré-sal)	até 2016	cadeia produtiva do petróleo	R$ 87,4 bilhões
Outros investimentos do PAC	2012 a 2015	Minha Casa Minha Vida	R$ 390 bilhões
		Energia	R$ 300 bilhões
		Petróleo e gás	R$ 228 bilhões
		Transportes	R$ 117 bilhões
		Total	**R$ 1,122 trilhão**

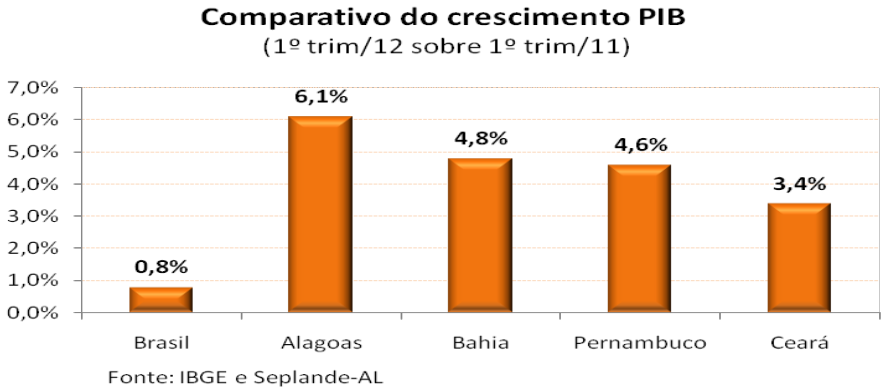
Plano Brasil Maior e Medidas de Estímulo à Economia	Julho de 2012	confecções, couros, calçados, call center e *software*, têxtil, naval, aeronáutico, material elétrico, autopeças, bens de capital, plásticos, móveis, ônibus, hotéis e *design house* (chips)	R$ 63 bilhões
Programa de Investimento em Logística: Rodovias e Ferrovias	2013 a 2017	Construção civil pesada	R$ 79,5 bilhões

Fonte: SEBRAE/NA

No cenário regional temos os principais setores do estado, que tem crescido mais, e as regiões que se destacaram:

1. PIB de Alagoas cresceu 6,1% no 1º trim./12 sobre igual período de 2011.

Figura 01



2. Estoque de empregos formais por setor da atividade econômica – 2010.

Figura 02

Estado	Indústria Extrativa Mineral	% do NE	Indústria de Transformação	% do NE	Construção Civil
MA	1.649	4,64	35.947	3,42	59.688
PI	668	1,88	27.170	2,58	30.951
CE	2.654	7,46	251.357	23,88	75.973
RN	8.710	24,48	74.776	7,1	38.508
PB	1.258	3,54	74.918	7,12	31.822
PE	2.331	6,55	217.222	20,64	122.908
AL	782	2,2	105.087	9,99	27.986
SE	4.600	12,93	41.477	3,94	28.713
BA	12.924	36,33	224.490	21,33	153.474
Nordeste	35.576	100	1.052.444	100	570.023
Brasil	211.216	-	7.885.702	-	2.508.922
NE/BR (%)	-	16,84	-	13,35	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/RAIS.

Estados	Comércio	% do NE	Serviços	% do NE	Agropecuária	% do NE	Total	% do NE
MA	118.404	8,65	141.667	6,49	17.894	7,56	636.625	7,95
PI	71.813	5,25	94.458	4,33	6.631	2,8	377.463	4,71
CE	209.548	15,31	369.096	16,92	22.280	9,41	1.325.792	16,55
RN	102.291	7,47	146.634	6,72	14.247	6,02	575.026	7,18
PB	83.959	6,14	119.148	5,46	14.160	5,98	579.504	7,23
PE	264.682	19,34	465.367	21,33	51.284	21,67	1.536.626	19,18
AL	73.322	5,36	101.442	4,65	9.829	4,15	470.992	5,88
SE	56.221	4,11	100.189	4,59	13.730	5,8	369.579	4,61
BA	388.218	28,37	643.319	29,49	86.604	36,59	2.139.232	26,7
Nordeste	1.368.458	100	2.181.320	100	236.659	100	8.010.839	100
Brasil	8.382.239	-	14.345.015	-	1.409.597	-	44.068.355	-
NE/BR (%)	-	16,33	-	15,21	-	16,79	-	18,18

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/RAIS.

3. Remuneração média (em R$) de dezembro de cada ano – Ranking 2010

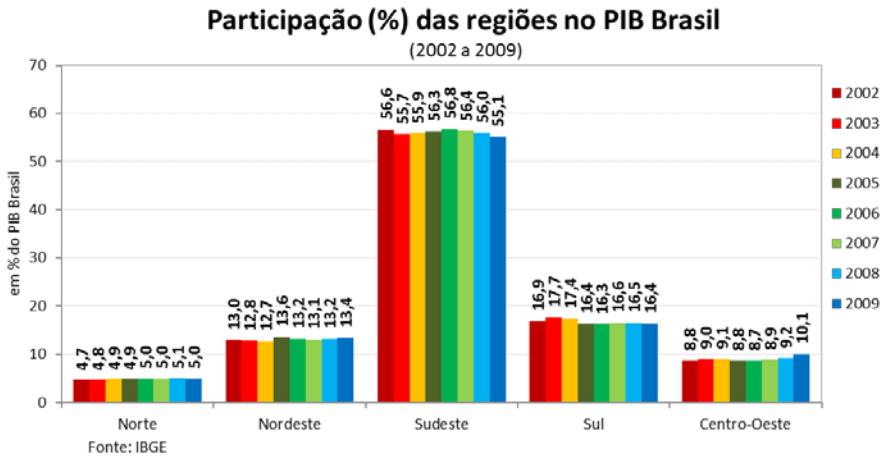
Figura 03

Estado	2009	2010	Var. Rel. (%)
1.Paraíba	1.203,39	1.304,56	8,41
2. Rio Grande do Norte	1.350,46	1.433,55	6,15
3. Sergipe	1.510,81	1.579,19	4,53
4. Pernambuco	1.324,47	1.370,02	3,44
5. Maranhão	1.303,14	1.341,33	2,93
6. Bahia	1.387,18	1.426,11	2,81
7. Alagoas	1.251,40	1.285,21	2,7
8. Ceará	1.206,58	1.228,94	1,85
9. Piauí	1.298,45	1.311,70	1,02
Nordeste	1.315,10	1.364,51	3,76
Brasil	1.698,35	1.742,00	2,57

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE/RAIS.

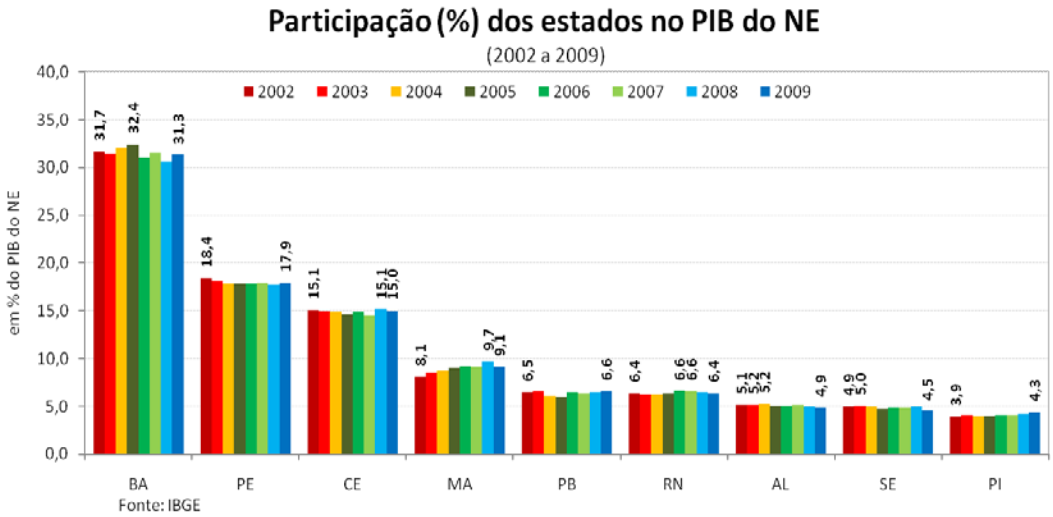
4. Participações das regiões N, NE e CO no PIB cresceu de 2002 a 2009, enquanto as das regiões SE e S diminuiu.

Figura 04



5. De 2002 a 2009, as participações dos PIB do MA, PB e PI no PIB do NE aumentaram, enquanto as dos PIB da BA, PE, CE, AL e SE diminuíram.

Figura 05



6. Valor adicionado ao PIB por setor e impostos pelos estados do NE – a preços correntes de 2008 (em R$ milhões).

Figura 06

Estados do NE	Valor adicionado Agropecuária	% do NE	Valor adicionado Indústria	% do NE	Valor adicionado Serviços	% do NE	Impostos Produtos	% do NE
Maranhão	7.682	25,63	5.838	6,96	21.099	9	3.884	7,87
Piauí	1.631	5,44	2.421	2,89	10.905	4,65	1.811	3,67
Ceará	3.721	12,42	12.449	14,85	36.562	15,59	7.392	14,98
R. G. Norte	1.021	3,41	5.690	6,79	15.694	6,69	3.088	6,26
Paraíba	1.409	4,7	4.952	5,91	16.729	7,13	2.618	5,31
Pernambuco	3.234	10,79	13.106	15,63	43.770	18,66	10.361	21
Alagoas	1.376	4,59	4.041	4,82	12.026	5,13	2.042	4,14
Sergipe	909	3,03	5.807	6,93	10.876	4,64	1.968	3,99
Bahia	8.991	30	29.530	35,22	66.864	28,51	16.175	32,78
Nordeste	29.975	100	83.836	100	234.526	100	49.339	100
Brasil	152.273	-	719.987	-	1.707.850	-	453.038	-
NE/BR (%)		19,68		11,64		13,73		10,89

Fonte: IBGE / IDEME.

7. Valor adicionado ao PIB por município de Alagoas (2009)

Figura 07

ESTADO DE ALAGOAS E REGIÃO METROPOLITANA DE MACEIÓ	Valor Adicionado Total (mil reais)				
	Total	SETOR Primário	Secundário	Terciário	Part. (%) RM/AL
Estado	17.443.097	1.376.139	4.041.188	12.025.770	100,00
Região Metropolitana	**9.255.309**	**139,315**	**2.395.887**	**6.720.107**	**53,06**
Barra de Santo Antônio	**49,229**	9,055	4,113	36,061	0,28
Barra de São Miguel	**40,127**	3,508	5,41	31,208	0,23
Coqueiro Seco	**17,476**	2,351	1,52	13,605	0,10
Maceió	**7.792.561**	27,094	1.731.370	6.034.097	44,67
Marechal Deodoro	**642,59**	33,271	409,215	200,104	3,68
Messias	**49,859**	11,728	3,661	34,47	0,29
Paripueira	**36,856**	4,526	5,738	26,591	0,21
Pilar	**203,273**	14,834	100,013	88,426	1,17
Rio Largo	**307,398**	26,382	83,786	197,231	1,76
Santa Luzia do Norte	**62,983**	3,745	33,994	25,243	0,36
Satuba	**52,956**	2,819	17,067	33,07	0,30

Fonte: IBGE/Seplande-AL

Elaboração: Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Investimentos em Alagoas – em andamento

Figura 08

Investimentos em Alagoas (em andamento)	**Valor**	**Detalhes/previsões**
> Duplicação da BR-101	R$ 1,7 bilhão	- Extensão: 25,8 km (entre o Portal da Barra e o Trevo do Gunga) - 28 km da rodovia AL-105
> Obras da "Alça da Flamenguinha"	não informado	- nova rota de acesso entre a parte alta de Maceió e o município de São Luiz do Quitunde (litoral norte).
> Rodovia ribeirinha	não informado	- 179 km entre as rodovias AL-230 e AL-225, do município Penedo até Piranhas.
> Reativação da Ferrovia Transnordestina	R$ 50 milhões	- 330 km, do município de São José da Laje até Porto Real do Colégio, beneficiando outros 17 municípios no percurso. Previsão de conclusão em set/12.
> Dois empreendimentos de petróleo e gás (PAC 2)	R$ 246 milhões até 2014 R$ 665,4 milhões após 2014	- cadeia de petróleo e gás.
> Integração das bacias do rio São Francisco (PAC 2)	R$ 591 milhões	- Dos 250 km previstos, entre Delmiro Gouvêia e Arapiraca, 60 km estão concluídos.
> Estaleiro Eisa	R$ 1,5 bilhão	- Pontal de Cururipe - Obra paralisada pelo IBAMA
> Subestações e linhas de transmissão de energia.	R$ 1 bilhão	- Entre Penedo e Arapiraca e no bairro de Estela Maris (centro)
> Ampliação da rede de energia	não informado	- Tabuleiro do Martins
> Nova fábrica de PVC da Braskem (maior da América Latina)	R$ 1 bilhão	- Marechal Deodoro, inaugurada em julho/12

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE)

Investimentos em Alagoas – previstos

Figura 09

Investimentos previstos	Valor estimado	Detalhes/localização
> Construção de um parque eólico	não informado	- Município de Mata Grande (projeto em fase inicial)
> Ampliação da criação de ostras	R$ 423 mil	- Roteiro e Barra de Santo Antônio terão o projeto implantado. Já Barra de São Miguel, Porto de Pedras e Passo de Camaragibe já dispõem de cultivos de ostras e terão suas produções aprimoradas
> Implantação de novo porto, no litoral Sul	não informado	
> Implantação da Mineração Vale Verde	R$ 500 milhões	- Produção do cobre
> Implantação de uma fábrica de tubos e conexões da Tigre	R$ 40 milhões	- Marechal Deodoro, com início da produção em abr/13
> Implantação do VTL (Veículo Leve sobre Trilhos)	R$ 280 milhões	- Trecho "Aeroporto - Farol"

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE)

Potencialidades em Alagoas

Figura 10

Extrativismo mineral	Agropecuária	Indústria	Serviços
Mármores e granitos (municípios de Ouro Branco e Maravilha)	Pecuária leiteira (maior bacia leiteira do NE)	Processamento e beneficiamento do leite e derivados	Turismo
Reservas de cobre e ferro (municípios de Craíbas e Igaci)	Ovinocaprinocultura	Têxtil e confecções	Comércio
Reservas de calcário (município de Mata Grande e Palmeira dos Índios)	Cana-de-açúcar	Alimentos e bebidas	
Reserva de quartzito	Fruticultura: coco, banana, laranja, abacaxi, mamão, maracujá, manga, melão, goiaba e melancia.	Móveis e madeiras	
Argila e cerâmica vermelha (construção civil)	Grãos: arroz, feijão e milho.	Cadeia produtiva da Química e do Plástico.	
Produção de água mineral (Maceió)	Apicultura.	Cadeia Metal Mecânica	
		Elevada produção de energia: petróleo e gás, biomassa (sucroenergético) e eletricidade.	

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE)

Definição segmentada dos nossos Clientes:

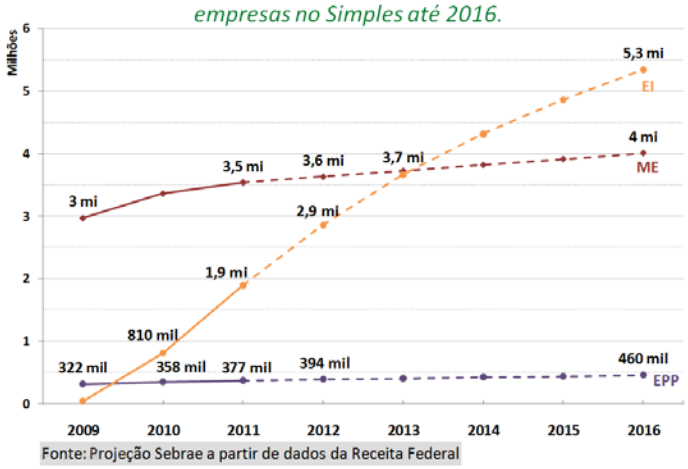
- **Empreendedor Individual (EI):** Empresário individual com faturamento bruto anual de até R$ 60 mil e tendo no máximo um empregado, conforme LC 128/2008.
- **Microempresa (ME):** pessoas jurídicas com faturamento bruto anual menor ou igual a R$ 360 mil – excluídos os EI.
- **Empresa de Pequeno Porte (EPP):** pessoas jurídicas com faturamento bruto anual maior que R$ 360 mil e menor ou igual a R$ 3,6 milhões.

- **Produtor Rural:** pessoas físicas que explorem atividades agrícolas e/ou pecuárias, nas quais não sejam alteradas a composição e as características do produto "in natura" que faturem até R$ 3,6 milhões por ano e que possuam **inscrição estadual** de produtor, declaração de aptidão ao PRONAF (**DAP**), ou **CNPJ.** Soma-se a esse grupo o dos pescadores com **registro no Ministério da Pesca**.
- **Potencial Empresário:** Indivíduos adultos (com mais de 18 anos), que possuem negócio próprio, mas sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou inscrição estadual (no caso do produtor rural); e pessoas com mais de 18 anos que ainda não possuem negócio próprio, mas que estão ativamente envolvidos na sua estruturação.
- **Potencial Empreendedor:** indivíduos que ainda não estejam ativamente envolvidos na estruturação de um negócio, com as quais o SEBRAE trabalha visando despertá-las para o empreendedorismo e desenvolver suas capacidades empreendedoras.

Cenário de Clientes – Optantes pelo Simples

Figura 11

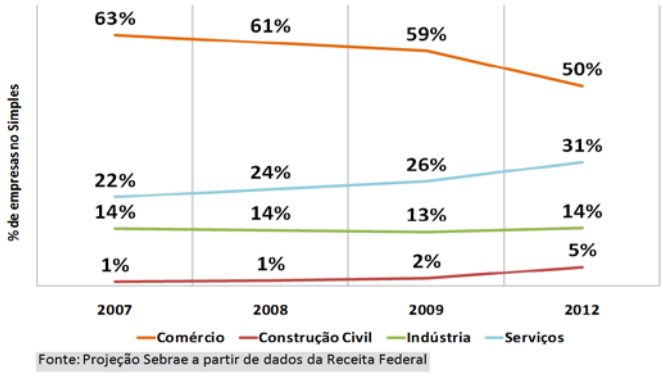
Forte crescimento a partir de 2009, principalmente por conta do EI. Quase 10 milhões de empresas no Simples até 2016.



Distribuição Setorial das Empresas Urbanas: 2007 a 2012 dos nossos Clientes

Figura 12

Introdução do EI em 2009 fez com que as participações de serviços e construção civil no Simples Nacional aumentassem, e a de comércio diminuísse.



Projeção para a quantidade de potenciais clientes da região Nordeste – dez/12

Figura 13

UF	EI		ME		EPP		Produtores rurais*		Potenciais Empresários**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
AL	**38.709**	**1,40%**	**31.921**	**0,90%**	**1.993**	**0,50%**	**139.748**	**2,60%**	**158.058**	**1,30%**
BA	236.986	8,30%	202.964	5,60%	16.159	4,10%	753.793	13,80%	1.126.220	9,60%
CE	83.932	2,90%	134.345	3,70%	7.869	2,00%	397.254	7,30%	690.539	5,70%
MA	44.088	1,50%	61.060	1,70%	3.786	1,00%	381.898	7,00%	469.300	4,70%
PB	39.886	1,40%	34.284	0,90%	3.210	0,80%	179.120	3,30%	262.506	1,90%
PE	101.655	3,50%	85.963	2,40%	8.275	2,10%	287.418	5,30%	640.973	5,40%
PI	25.019	0,90%	30.953	0,90%	2.228	0,60%	257.925	4,70%	259.326	3,00%
RN	41.813	1,50%	39.303	1,10%	4.009	1,00%	91.107	1,70%	262.241	1,90%
SE	22.517	0,80%	16.619	0,50%	2.012	0,50%	103.293	1,90%	165.907	1,30%
NE	634.605	22,20%	637.412	17,70%	49.541	12,60%	2.591.556	47,60%	4.035.070	34,80%
BR	**2.864.042**	**100,00%**	**3.630.186**	**100,00%**	**393.727**	**100,00%**	**5.449.670**	**100,00%**	**13.403.016**	**100%**

*** Pelo Censo agropecuário (IBGE-2006), incluindo os não formalizados.**

**** Dados da PNAD-2009 (IBGE), excluindo a atividade agrícola e os potenciais empresários sem negócios**

Projeção para a quantidade de Empreendedores Individuais da região Nordeste, por UF

Figura 14

Estado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AL	-	10.566	25.633	38.709	49.521	58.306	65.740	72.160
BA	-	77.345	151.946	236.986	303.182	356.967	402.477	441.781
CE	1.460	21.920	55.902	83.932	107.376	126.425	142.543	156.463
MA	-	13.449	28.796	44.088	56.403	66.409	74.875	82.187
PB	-	11.434	26.366	39.886	51.027	60.079	67.739	74.354
PE	-	29.839	66.446	101.655	130.050	153.121	172.642	189.502
PI	-	5.684	16.528	25.019	32.007	37.686	42.490	46.640
RN	-	11.178	27.581	41.813	53.492	62.982	71.012	77.946
SE	-	7.216	14.457	22.517	28.807	33.917	38.241	41.975
Nordeste	**1.460**	**188.631**	**413.655**	**634.605**	**811.866**	**955.891**	**1.077.758**	**1.183.007**
BRASIL	**49.232**	**809.844**	**1.895.533**	**2.864.042**	**3.664.042**	**4.314.042**	**4.864.042**	**5.339.042**

Fonte: Portal do Empreendedor. Projeção feita pela UGE do Sebrae NA

Projeção para a quantidade de Microempresas na região Nordeste, por UF

Figura 15

Estado	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
AL	27.249	31.152	31.168	31.921	32.674	33.427	34.180	34.933
BA	163.884	187.340	197.182	202.964	208.746	214.528	220.310	226.092
CE	116.298	126.421	130.783	134.345	137.907	141.469	145.031	148.593
MA	44.608	52.719	58.773	61.060	63.347	65.634	67.921	70.208
PB	32.581	34.442	33.315	34.284	35.253	36.222	37.191	38.160
PE	70.903	82.645	83.741	85.963	88.185	90.407	92.629	94.851
PI	24.529	28.229	30.077	30.953	31.829	32.705	33.581	34.457
RN	29.634	34.890	38.020	39.303	40.586	41.869	43.152	44.435
SE	13.760	15.632	16.123	16.619	17.115	17.611	18.107	18.603
Nordeste	**523.446**	**593.470**	**619.182**	**637.412**	**655.642**	**673.872**	**692.102**	**710.332**
Brasil	**2.971.181**	**3.357.891**	**3.535.673**	**3.630.186**	**3.724.699**	**3.819.212**	**3.913.725**	**4.008.238**

Fonte: Simples Nacional, excluindo EI. Projeção feita pela UGE do Sebrae NA

Cenário de Clientes - Conclusões

- O **EI crescerá** expressivamente, em termos absolutos e em **participação** relativa, no total dos pequenos negócios.
- O **setor de serviços** crescerá, em termos absolutos e em **participação** relativa, no total dos pequenos negócios.
- A **Escolaridade** dos empreendedores ainda é **baixa,** em especial nos não formalizados.
- A proporção dos **empreendimentos formais** deve **crescer** expressivamente em relação ao total de negócios existentes no país. Porém, até 2016, grande parte ainda não terá CNPJ.
- É **baixo** o **uso** pelos potenciais empresários de **computadores e internet**, o que dificulta o acesso às soluções informatizadas.
- Há forte **concentração** dos pequenos negócios **em atividades de baixo valor agregado.**

2.2. O Ambiente Legal e Institucional das MPE

Os principais avanços no ambiente legal para Micro e Pequena Empresa (MPE) no estado de Alagoas em 2013, conforme preconiza a Lei Complementar nº 123/2006, foram:

- Conclusão da implantação da REDESIM nos 102 municípios alagoanos, numa parceria com a Junta Comercial de Alagoas. Através desse resultado foi possível vislumbrar um novo cenário para MPE, no que diz respeito à desburocratização e redução de custo para abertura, alteração e baixa de empresas.
- Êxito na regulamentação da Lei Geral nos Municípios (LGM), atingindo todo o território Alagoano, restando agora somente à implementação da lei em 50% desses Municípios, considerando que 51 já estão com sua LGM implementada. Nesse contexto, o SERBAE/AL fortaleceu a rede de Salas do Empreendedor e de Agentes de Desenvolvimento, que somados, formam uma equipe de 153 técnicos envolvidos nas ações de melhoria do ambiente empresarial nos 102 municípios alagoanos.
- Compras Governamentais, iniciadas com as ações do Projeto Compra Alagoas que alinhado aos objetivos da política estadual em ampliar a participação das MPE nas aquisições do

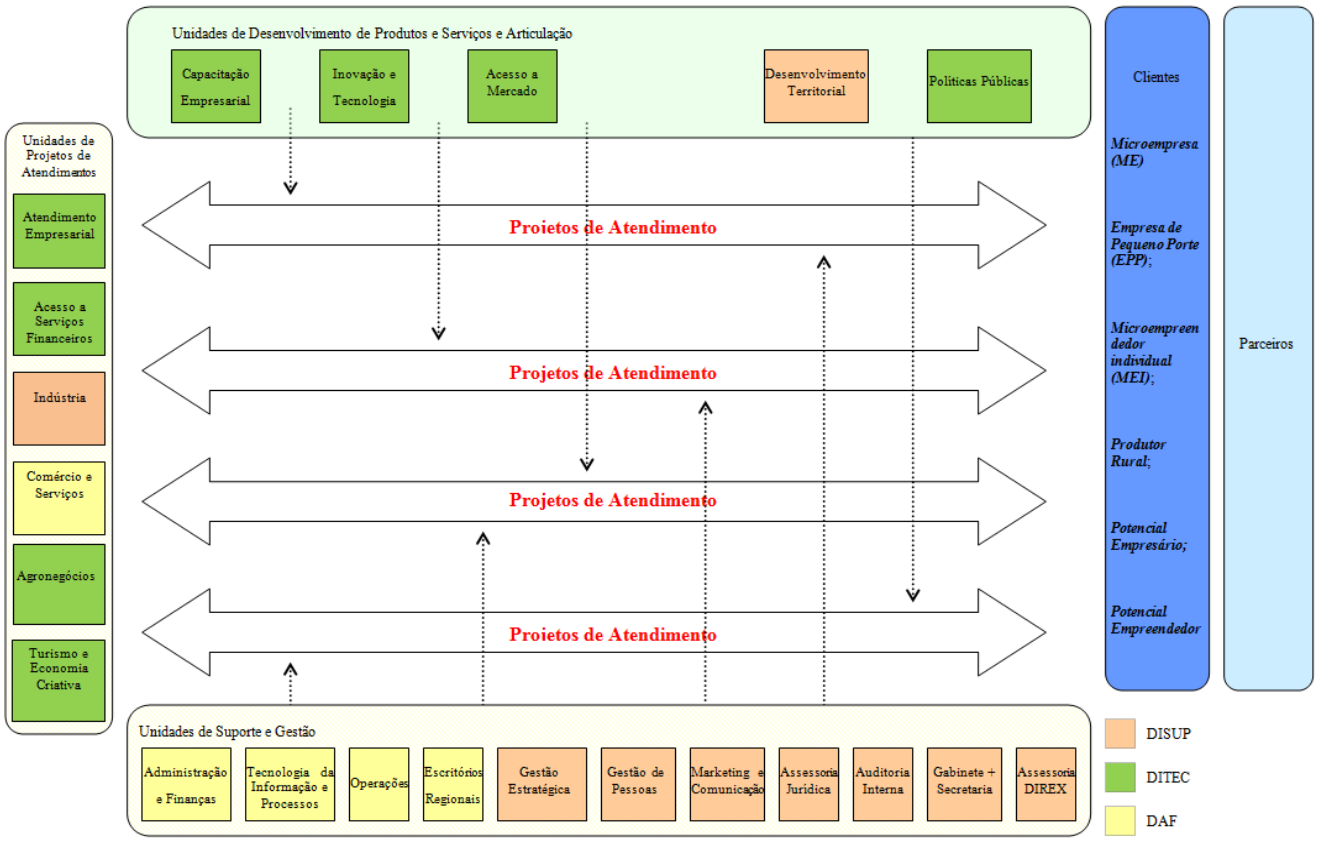
Estado, vem construindo um novo cenário para os empresários que são potenciais fornecedores do poder público.

- Realização dos Fomentas Regionais – Encontro de oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas compras governamentais viabilizando o encontro dos empresários de pequenos negócios com os grandes compradores da administração pública direta e indireta e com empresas estatais - em Santana do Ipanema, Coruripe, Marechal Deodoro e Porto Calvo. Além das 29 capacitações do Curso Como Comprar da MPE e Como Vender para o Governo, realizadas em Maceió e em outros municípios Alagoanos.

2.3. Organograma

A composição da Estrutura Organizacional do SEBRAE/AL está definida no Estatuto Social e Regimento Interno e essa estrutura está subordinada ao Conselho Deliberativo Estadual e ao Conselho Fiscal, a saber:

Figura 16



A Estrutura Organizacional do SEBRAE/AL é composta por **Unidades de Desenvolvimento de Produtos e Serviços e Articulação**, **Unidades de Suporte e Gestão** e **Unidades de Projetos de Atendimento**, a saber:

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES

UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS E ARTICULAÇÃO

As Unidades de Desenvolvimento de Produtos e Serviços e Articulação têm como objetivo a disponibilização de metodologias, referenciais, produtos e serviços, bem como a articulação institucional, voltada a apoiar as micro e pequenas empresas e integram a estrutura organizacional do SEBRAE/AL da seguinte forma:

Unidade de Políticas Públicas - Desenvolver ações e articular políticas públicas visando a criação de ambiente favorável à competitividade e sustentabilidade das micro e pequenas empresas e a formalização dos pequenos negócios.
Gerente: Maria Izabel Vasconcelos Goes

Unidade de Desenvolvimento Territorial - Formular estratégias de integração e articulação nas redes de apoio ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas em territórios específicos, promovendo a competitividade e a sustentabilidade de setores que apresentem adensamento de pequenos negócios, incentivando o desenvolvimento de ações coletivas e articulando parcerias internas e externas.
Gerente: Filomena de Fátima Aguiar Santos

Unidade de Acesso à Mercados - Fortalecer e desenvolver as estratégias de marketing e comercialização das micro e pequenas empresas, desenvolvendo técnicas e metodologias, buscando novas oportunidades de negócios e ampliação de mercados.
Gerente: Maria de Fátima dos Santos

Unidade de Capacitação Empresarial - Capacitar o empreendedor, com o foco no desenvolvimento das competências gerenciais necessárias para a implantação, gestão e ampliação de empreendimentos além de disseminar a cultura empreendedora e da cooperação no Estado.
Gerente: Silvia Cerqueira Chamusca

Unidade de Acesso a Inovação e Tecnologia - Promover a inovação e o acesso à tecnologia, bem como difusão de informações tecnológicas para as micro e pequenas empresas.
Gerente: Sandra Maria Vilela de Moraes
Gerente Adjunto: Fábio Rosa Viana

UNIDADES DE SUPORTE E GESTÃO

As Unidades de Suporte e Gestão têm como objetivo organizar, apoiar, dar suporte, integrar, avaliar e subsidiar à diretoria e as demais unidades nas tomadas de decisões e integram a estrutura organizacional do SEBRAE/AL da seguinte forma:

Unidade de Gestão Estratégica - Promover, articular e catalisar a atuação estratégica do SEBRAE/AL, com foco em resultados, em consonância com o Direcionamento Estratégico em vigor. Sintonizar as ações do SEBRAE/AL com o propósito maior da entidade, com visão de longo prazo, sendo responsável pela elaboração dos objetivos estratégicos, do plano plurianual, do orçamento anual e de seu acompanhamento, bem como, pela contabilidade da Instituição.
Gerente: Rita de Cássia Barbosa de Medeiros

Unidade de Gestão de Pessoas - Instalar e manter equipes, bem como criar condições que favoreçam um ambiente organizacional apropriado à aquisição, retenção e ao desenvolvimento de competências compatíveis com a missão do SEBRAE/AL. Promover um ambiente interno saudável e cooperativo, mantendo os colaboradores permanentemente atualizados e comprometidos com resultados.
Gerente: Eliane Miranda Gonçalves
Gerente Adjunto: Paula Lima Correia

Unidade de Marketing e Comunicação - Fortalecer a imagem da Instituição, o relacionamento e a comunicação entre o SEBRAE/AL e as micro e pequenas empresas, os parceiros internos e externos e promover seus produtos e serviços.
Gerente: Fabrícia Carneiro Fernandes

Unidade de Administração e Finanças - Gerir e controlar os recursos financeiros e administrativos visando dar suporte a Diretoria Executiva (DIREX) e às unidades organizacionais, apoiando na tomada de decisão.
Gerente: Nivaldo Ferrari
Gerente Adjunto: Sérgio André Freitas Lima

Unidade de Operações - Gerir e controlar os recursos operacionais, tais como, transportes, estoques, patrimônio, telefonia, manutenção, dentre outros, garantindo o apoio coordenado a todas as unidades organizacionais.
Gerente: Eligius Evert't Hoen
Gerente Adjunto: Noeme Carvalho Malta

Unidade de Tecnologia da Informação e Processos - Prover o SEBRAE/AL de recursos de Tecnologia da Informação e Gestão de Processos de Negócios, através da especificação, desenvolvimento e suporte, visando a celeridade e segurança para a organização.
Gerente: Gustavo M. S. de Almeida

Unidade de Assessoria Jurídica - Prover a orientação necessária à adequação jurídica dos processos internos; elaborar os instrumentos jurídicos para a efetivação das ações previstas nos projetos e atividades e acompanhar os processos contenciosos nos quais o SEBRAE/AL é parte.
Gerente: Manuella Frazão Lopes Cavalcanti

Unidade de Auditoria – Prover assessoramento a DIREX, para efetiva e a transparente aplicação dos recursos do SEBRAE/AL, tendo como referencial os normativos de controles interno e externo, realizar auditorias preventivas e realizar controles internos.
Gerente: Marly Conceição dos Santos Silva

Escritórios Regionais - Promover suporte operacional a todos os projetos e atividades em suas respectivas regiões.

Escritório Regional de Penedo
Gerente: Liza Myrella Cavalcante Melo

Escritório Regional de Arapiraca
Gerente: Arestides Bezerra Minervino
Gerente Adjunto: Zélia Maria Santos Azevedo

UNIDADES DE PROJETOS DE ATENDIMENTO
As Unidades de Projetos de Atendimento têm como objetivo a elaboração e a gestão de projetos sintonizados com o direcionamento estratégico do SEBRAE/AL e voltados a atender de forma individual ou coletiva aos empreendedores dos micro e pequenos negócios e está dividida da seguinte maneira:

Unidade de Atendimento Empresarial – Prestar orientação e/ou consultorias a empreendedores e empresários quanto à melhoria da gestão dos empreendimentos visando a implantação e a sustentabilidade dos negócios.
Gerente: Marcos Antônio Gonçalves Alencar

Unidade de Acesso a Serviços Financeiros – Promover, ampliar e facilitar o acesso dos micro e pequenos negócios ao crédito e capitalização de forma inovadora e indutora.
Gerente: Sérgio de Almeida Vieira

Unidade de Agronegócios – Formular, implementar e gerir projetos de atendimento coletivo destinados a promover o desenvolvimento, inovação e potencializar a conquista e a ampliação de mercado das micro e pequenas empresas do segmento de agronegócios em Alagoas, com foco nos resultados pactuados.
Gerente: Vânia Brandão de Britto
Gerente Adjunto: Marcos Antônio Martins Fontes

Unidade de Comércio e Serviços – Formular, implementar e gerir projetos de atendimento coletivo destinados a promover o desenvolvimento, inovação e potencializar a conquista e a ampliação de mercado das micro e pequenas empresas do segmento de comércio e serviços em Alagoas, com foco nos resultados pactuados.
Gerente: Sandra Costa Torres de Carvalho

Unidade de Indústria – Formular, implementar e gerir projetos de atendimento coletivo destinados a promover o desenvolvimento, inovação e potencializar a conquista e a ampliação de mercado das micro e pequenas empresas do segmento industrial em Alagoas, com foco nos resultados pactuados.
Gerente: Everaldo Figueiredo

Unidade de Turismo e Economia Criativa– Articular e desenvolver ações que contribuam para o fortalecimento dos pequenos negócios, nas áreas de turismo, artesanato e cultura, de forma integrada e sustentável, agregando valor ao segmento turístico alagoano através da valorização de sua identidade cultural.
Gerente: Vanessa Fagá Rocha

A distribuição das Unidades e Escritórios sujeitas à coordenação e supervisão entre as Diretorias, observará o estabelecido a seguir:

I – Superintendência

a. Unidade de Auditoria Interna
b. Unidade de Assessoria Jurídica
c. Unidade de Gestão Estratégica
d. Unidade de Marketing e Comunicação
e. Unidade de Gestão de Pessoas
f. Unidade de Desenvolvimento Territorial
g. Unidade de Indústria

II – Diretoria Técnica

a. Unidade de Inovação e Acesso a Tecnologia
b. Unidade de Acesso a Mercados
c. Unidade de Capacitação Empresarial
d. Unidade de Atendimento Empresarial
e. Unidade de Agronegócios
f. Unidade de Turismo e Economia Criativa
g. Unidade de Acesso a Serviços Financeiros
h. Unidade de Políticas Públicas

III – Diretoria Administrativa Financeira

a. Unidade de Administração e Finanças
b. Unidade de Operações
c. Unidade de Tecnologia da Informação e Processos
d. Unidade de Comércio e Serviços
e. Escritórios Regionais

3. Planejamento e Resultados Alcançados

3.1. Estratégia de Atuação

O processo de elaboração da estratégia de atuação do SEBRAE/AL contou com participação de Analistas, Gestores, Gerentes, Diretores e Conselheiros. As principais decisões como Mapa Estratégico, Prioridades Locais e Carteira de Projetos e Atividades foram definidas e validadas de forma participativa em evento realizado no SEBRAE/AL.

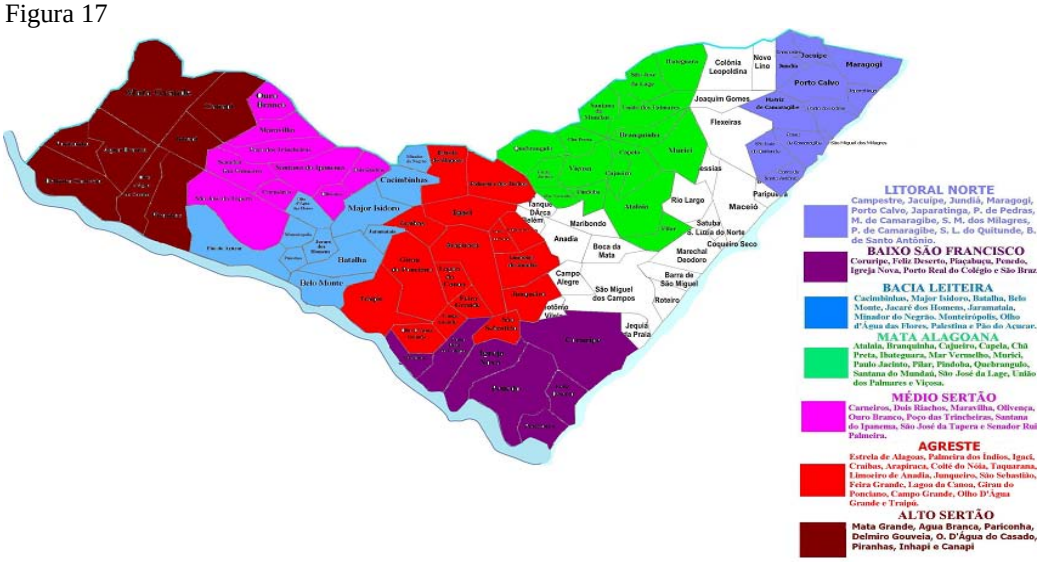
Durante os meses de julho e agosto os colaboradores do SEBRAE/AL estiveram empenhados na definição das metas mobilizadoras e resultados institucionais, bem como, na reformulação dos projetos e atividades de seu portfólio seguindo as orientações definidas nas diretrizes estratégicas divulgadas pelo SEBRAE/NA com base no cenário de atuação local e Direcionamento Estratégico 2009-2015.

Para a definição das Estratégias de Atuação do PPA 2013-2016, foram realizados os eventos relacionados ao nosso Planejamento Estratégico analisando a economia local e o cenário nacional/regional a seguir:

- Workshop de Planejamento Estratégico: apresentação do cenário de atuação e orientações sobre o PPA 2013-2016 realizada por Paulo Jorge e Marcello Maia da UGE/NA contou com a participação da Diretoria Executiva, Coordenadores, Assessores e Gestores de projetos e atividades;
- Reunião do Conselho Deliberativo Estadual (CDE): apresentação do cenário de atuação e orientações sobre o PPA 2013-2016 para os membros do Conselho Deliberativo Estadual e Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Coordenadores, Assessores e o representante da UGE/NA Paulo Jorge;
- Reuniões com parceiros e público alvo: avaliação dos projetos com os Coordenadores e Gestores de projetos;
- Oficina de Planejamento: Apresentação do portfólio de produtos por cliente segmentado (EI, ME, EPP, Produtor Rural e Potencial Empresário) para rodada de negociação dos projetos, com a participação da Diretoria Executiva, Coordenadores, Assessores e Gestores de projetos e atividades;
- Rodada de Negociação dos projetos com as áreas de conhecimento tendo a participação de Coordenadores e Gestores de projetos.

A estratégia local para o PPA 2013-2016 foi formalizada trazendo o contexto do Cenário de Atuação Local, o Mapa Estratégico do SEBRAE/AL, as Prioridades Locais, os Resultados Institucionais, as Metas Mobilizadoras, carteira de projetos e atividades e medidas de gestão da carteira, atendendo ao Estado de Alagoas nas regiões demonstradas a seguir.

Figura 17



3.2. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pelo SEBRAE/AL para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Traduzem as demandas e expectativas das partes interessadas e os desafios a serem enfrentados para os próximos anos.
Foram elaborados 7 objetivos estratégicos para o SEBRAE/AL que, de forma balanceada, estão distribuídos em três perspectivas do mapa estratégico, são eles:

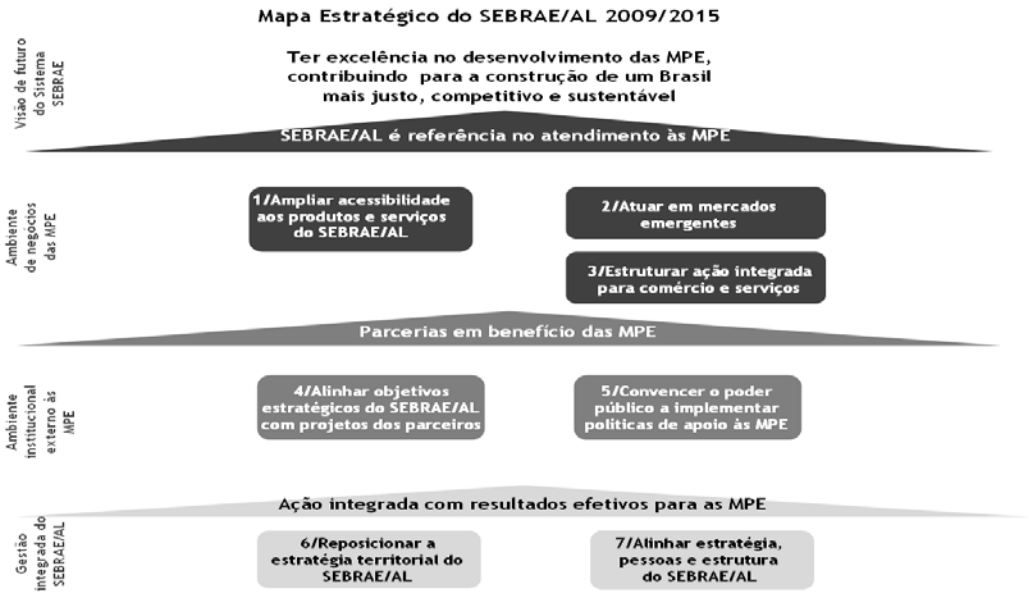
1. Ampliar acessibilidade aos produtos e serviços SEBRAE;
2. Atuar em mercados emergentes;
3. Estruturar ação integrada para comércio e serviços;
4. Alinhar objetivos estratégicos do SEBRAE com projetos dos parceiros;
5. Convencer o poder público a implementar políticas de apoio às MPE;
6. Reposicionar a estratégia territorial do SEBRAE;
7. Alinhar estratégia, pessoas e estrutura.

O Mapa Estratégico é uma ferramenta simples e eficaz que traduz de forma visual os objetivos estratégicos considerados pela alta administração. Materializa a visão e a estratégia adotada pela organização norteada pela missão e pelos valores. Sua maior virtude é proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma visual e direta a estratégia adotada através de uma figura que ocupa um único ambiente visual agrupando os objetivos estratégicos em perspectivas fundamentais.

O mapa aponta, por intermédio do conjunto de objetivos estratégicos balanceados em diversas perspectivas interligados por relações de causa e efeito e gerenciados por indicadores, a forma pela qual ativos intangíveis da organização produzem resultados tangíveis.

A tradução da estratégia por meio desse mapa cria referencial comum de fácil compreensão para todos, proporcionando a clara percepção de como as atividades de cada um estão ligadas aos objetivos gerais da instituição e possibilitando, desse modo, o trabalho coordenado e colaborativo em prol das metas traçadas. Assim, os propósitos do mapa estratégico a seguir são definir e comunicar, de modo claro e transparente a todos os níveis, o foco e a estratégia de atuação escolhidos, a forma como as ações impactam no alcance dos resultados desejados, subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão de ações e de recursos.

Figura 18



Demonstração da execução financeira dos objetivos estratégicos para o exercício de 2013, comparando-se os valores planejados ou previstos, com os efetivamente realizados e justificando as variações significativas, com percentuais de execução abaixo de 85%.

Tabela 03

2013				
Objetivos Estratégicos Orçamento	**Composição**	**Valor Previsto**	**Valor Realizado**	**% de Execução**
A1 - Desenvolver competências e reter talentos internos e externos	2,4%	748.445	702.059	93,8%
A4 - Tecnologias de Informação e Comunicação	2,8%	854.867	835.121	97,7%
P1 - Promover a Inovação nas MPE	22,9%	7.025.428	6.409.482	91,2%
P10 - Ampliação do Acesso a Serviços Financeiros	0,7%	211.566	134.786	63,7%
P11 - Articulação e Apoio a Políticas Públicas	3,0%	934.175	928.317	99,4%
P12 - Excelência em Gestão para Resultados	1,1%	348.136	333.157	95,7%
P2 - Fortalecimento da Cooperação entre as MPE	0,8%	239.910	235.947	98,3%
P3 - Conquista e Ampliação de Mercados	20,4%	6.249.163	5.778.365	92,5%
P4 - Orientação e Capacitação Empresarial	24,2%	7.413.363	6.750.818	91,1%
P5 - Visibilidade Institucional e Imagem do Sebrae	5,3%	1.631.935	1.608.171	98,5%
P7 - Promoção da Cultura do Empreendedorismo	6,5%	1.982.358	1.924.519	97,1%
P8 - Articulação e Fortalecimento de Redes de Parceiros	1,3%	413.169	408.889	99,0%
P9 - Desenvolvimento Territorial e de Sistemas Produtivos Locais	8,4%	2.576.508	2.384.891	92,6%
Total vinculado a Objetivos Estratégicos	**59,4%**	**30.629.023**	**28.434.521**	**92,8%**
Recursos Humanos	73,4%	15.391.959	15.055.863	97,8%
Administração Geral	26,4%	5.532.099	5.273.391	95,3%
Suporte Operacional	0,2%	37.370	37.183	99,5%
Inversão Financeira	0,0%	0	0	0,0%

Total não vinculado a Objetivos Estratégicos	**40,6%**	**20.961.428**	**20.366.438**	**97,2%**
Total Geral	**100,0%**	**51.590.451**	**48.800.959**	**94,6%**
Fonte: Informações de Despesas Orçadas e Executadas do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução são provenientes do Microsiga.				

O objetivo estratégico "Ampliação do Acesso a Serviços Financeiros" teve execução de 63,7% devido aos seguintes motivos:

- Atraso na constituição formal da Cooperativa de Crédito do Agreste Alagoano restringindo a aplicação do recurso previsto, ocasionando um saldo orçamentário que limitou a execução desse objetivo.
- Atraso na publicação dos editais de captação de recursos e disseminação de linhas de crédito com objetivo de viabilizar negócios de startups.

3.3. Prioridades

As Prioridades Locais especificam e direcionam as ações a serem adotadas para consecução dos objetivos estratégicos. As prioridades estabelecem as escolhas da organização para melhor atender o seu público alvo. Além de possibilitar focar as ações para superação dos objetivos, permitem uma visão estratégica do território a partir dos diversos segmentos econômicos que o SEBRAE/AL e seus parceiros desejam fortalecer. As prioridades foram assim enunciadas:

- Promover o fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas (MPE) e Empreendedores Individuais (EI) dos setores do comércio e serviços nos territórios da Cidadania e Maceió entorno atuando na melhoria dos processos de gestão, inovação e acesso a mercado;
- Firmar parcerias com as entidades de apoios às MPE e EI nos Territórios da Cidadania, Maceió e entorno, visando ampliar a capacidade de atuação junto aos clientes SEBRAE;
- Fortalecer a atuação territorial de forma integrada através de projetos no Territórios da Cidadania e Maceió e entorno, Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais, visando à inclusão produtiva com sustentabilidade e competitividade;
- Cuidar do capital humano interno e externo para enfrentar os novos desafios da estratégia, capacitando pessoas, preparando novos produtos e alinhando as estruturas física e organizacional do SEBRAE/AL com esse objetivo.

Demonstração da execução financeira das prioridades locais para o exercício de 2013, comparando-se os valores planejados ou previstos, com os efetivamente realizados e justificando as variações significativas, com percentuais de execução abaixo de 85%.

Tabela 04

Estratégia Atuação 2013	Valor Previsto	Valor Realizado	% de Execução
Cuidar do capital humano interno e externo para enfrentar os novos desafios da estratégia, capacitando pessoas, preparando novos produtos e alinhando as estruturas física e organizacional do Sebrae/AL com esse objetivo.	429.525	407.836	95%
Firmar parcerias com as entidades de apoios às MPE e EI, nos Territórios da Cidadania, Maceió e entorno, visando ampliar a capacidade de atuação, junto aos clientes Sebrae.	3.627.920	3.083.309	85%
Fortalecer a atuação territorial de forma integrada através de projetos nos Territórios da Cidadania e Maceió e entorno, Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais, visando à inclusão produtiva com sustentabilidade e competitividade.	10.097.311	9.208.127	91%
Promover o fortalecimento das MPE e EI dos setores do comércio e serviços, nos territórios da Cidadania e Maceió entorno, atuando na melhoria dos processos de gestão, inovação e acesso a mercado.	8.118.041	7.812.783	96%
Análise da Contribuição dos Projetos **Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)**			

A prioridade local "Firmar parcerias com as entidades de apoios às MPE e EI, nos Territórios da Cidadania, Maceió e entorno, visando ampliar a capacidade de atuação, junto aos clientes SEBRAE" teve execução de 85% decorrente dos seguintes motivos:

- Por decisão do grupo gestor do projeto Cadeia Produtiva de Confecção em Alagoas, não foi realizada a missão internacional com foco no segmento de moda, devido à priorização da agenda de eventos locais e nacionais, incluindo grandes eventos como Trend House, São Paulo Fashion Week e Feira do Empreendedor.
- Atraso ocorrido no processo licitatório de contratação de empresa especializada em desenvolvimento territorial e/ou setorial com foco no setor produtivo com o objetivo de gerir os APL, somente aconteceu em maio de 2013, dificultando a execução do programa.

3.4. Medidas de Gestão do Plano

Estratégias adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício em:

a) **Avaliação dos riscos** - O SEBRAE/AL, nos últimos anos, vem fortalecendo o processo de gestão de riscos estratégicos com a implantação da Metodologia com Foco em Riscos ocorrida em meados de 2011. Na implantação foi realizada uma análise baseada nas ações, estratégias e objetivos do SEBRAE/AL resultando em um documento denominado "*Documento de Entendimento do Negócio do SEBRAE/AL – BUD*" que está em consonância com o Mapa Estratégico do SEBRAE/AL 2009/2015 como também fora identificado e priorizado de acordo com a criticidade os principais processos, gerando o Plano Plurianual das Atividades de Auditoria Interna (PAAAI), vigente para o período de 2011 a 2014. Com a implantação do Modelo de Excelência da Gestão (MEG) surgiu a oportunidade de melhoria de redução do ciclo de vigência do PAAAI, a ser implementado ao término da vigência do atual ciclo.

b) **Revisão de macroprocessos internos da entidade** - O mapeamento de processos é realizado no SEBRAE/AL através da Metodologia de Implantação e Gestão de Processos (MIGP) decorrente do resultado do Projeto Excelência na Gestão, desenvolvido pelo SEBRAE em Alagoas,

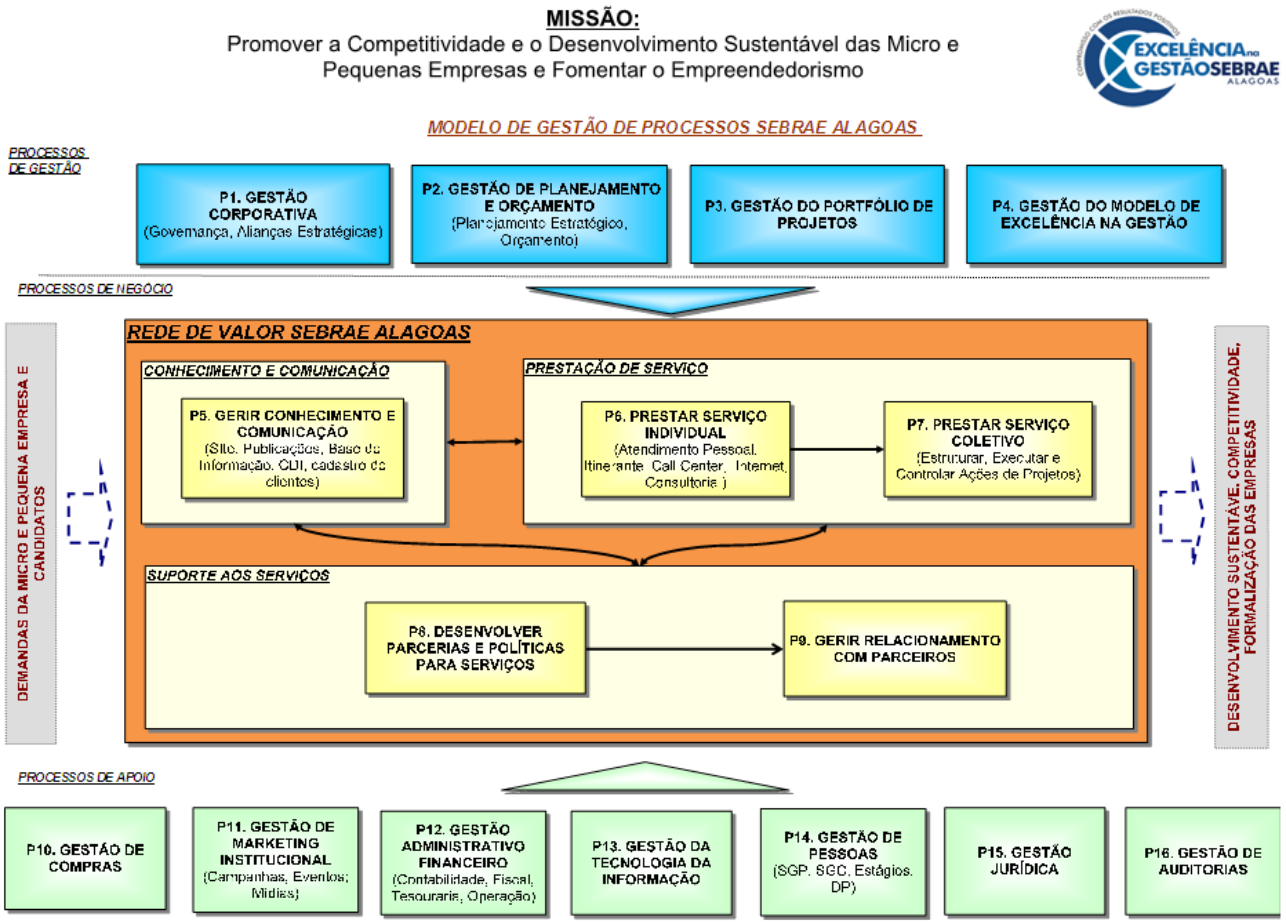
com o objetivo de implantar e desenvolver o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), visando à melhoria contínua da gestão organizacional.

No segundo semestre de 2013, foram mapeados 6 processos nas Unidades de Comunicação e Marketing e Gestão de Pessoas. A gestão da comunicação externa e interna, execução de campanhas de comunicação/publicidade e organização de eventos foram os processos mapeados na Unidade de Comunicação e Marketing. Já na Unidade de Gestão de Pessoas, foram mapeados os processos de Gerenciamento de Pessoas e Gerenciamento de Credenciados.

Focando nessa melhoria contínua dos processos, a Unidade da Tecnologia da Informação e Processos (UTIP) atualizou e revalidou com a Diretoria Executiva, a Rede de Valor do SEBRAE/AL.

Os Macroprocessos estão identificados na rede de valor a seguir:

Figura 19



c) <u>Adequações nas estruturas de pessoal</u> - Na estrutura de pessoal houve a nomeação de 06 gerentes adjuntos com o objetivo de auxiliar o Gerente no planejamento e execução dos projetos e atividades, nas ausências responder pela Gerência dando apoio à gestão da Unidade.

Foram realizados 02 processos seletivos públicos, visando à formação de cadastro de reserva de assistentes e analistas para compor o quadro de empregados do SEBRAE/AL, conforme demanda de vagas.

Em setembro de 2013 foi realizada uma adequação na tabela salarial do SEBRAE Alagoas, visando atender às seguintes premissas:

- Implantação do SGP 7.0;
- Retirada da sobreposição dos salários de Assistente III com Analista I;
- Redução da carreira da Assistente de 30 para 20 steps;
- Linearidade de percentual entre os steps da tabela de Analista;
- Aumento do valor de início da carreira de Analista, baseado em pesquisa salarial, onde Alagoas estava em último lugar no Nordeste, promovendo maior atratividade e retenção do corpo funcional nessa faixa salarial.

d) **Instrutores e Consultores** - Visando atender às demandas organizacionais, foi realizado processo seletivo para credenciamento de instrutores e consultores com vistas a integrar o Cadastro de Prestadores de Serviços de Instrutoria e Consultoria do SEBRAE/AL.

e) **Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados** – O SEBRAE/AL realiza no início de cada ano um evento chamado de "boas vindas" com o objetivo de divulgar para todo o corpo funcional os resultados alcançados no ano anterior e os objetivos traçados para o ano que se inicia.

3.5. Metas

O desempenho do Sistema SEBRAE na execução de sua estratégia é monitorado por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais e Metas Mobilizadoras.

3.5.1 Indicadores Institucionais

Os objetivos estratégicos das perspectivas "Cumprimento da Missão" e "Partes Interessadas" são monitorados por meio de indicadores denominados Resultados Institucionais. O desempenho obtido nesses indicadores é demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 05

Resultado Institucional	Objetivo estratégico relacionado	Escala	Planejado para 2013	Realizado em 2013
Taxa de pequenos negócios atendidos	M1 – Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das MPE	%	23	33,72
Taxa de contribuição do Sebrae na criação de pequeno negócios	M2 – Fomentar o empreendedorismo	%	23	57,74
Índice de favorabilidade da imagem do Sebrae perante a sociedade	C2 – Ser reconhecido como importante instituição indutora do desenvolvimento do país	0–10	8,5	9,17
Índice de favorabilidade da imagem do Sebrae perante os pequenos negócios e os empreendedores	C1 – Ser reconhecido como líder na articulação e gestão de iniciativas que elevem a competitividade das MPE e fomentem o empreendedorismo	0–10	8,5	8,48
Taxa de sobrevivência dos pequenos negócios	M1 – Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das MPE	%	74	77,9(*)
Fonte: Indicadores de Resultados Institucionais – divulgado pela UGE/NA. **(*) Empresas constituídas em 2007 e sobreviventes até 2009.**				

3.5.2 Metas Mobilizadoras

Tabela 06

Meta	Previsto	Realizado	%
Meta 1: Ampliar o número de empresas atendidas	20.000	29.093	145,5%
Meta 2: Atendimento a Pequenos Negócios com soluções específicas de inovação	2.200	4.200	190,9%
Meta 3: Atendimento a Microempreendedores Individuais	10.616	17.986	169,4%
Meta 4: Atendimento a Microempresas	8.784	9.881	112,5%
Meta 5: Atendimento a Empresas de Pequeno Porte	600	1.303	217,2%
Meta 6: Ampliação do número de municípios com a Lei Geral implementada	30	51	170,0%
Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) **Sistema Origem: Atendimentos e Empreendimentos realizados são do SIACWEB.**			

O SEBRAE/AL, por meio das metas mobilizadoras, concentrou esforços para atingir os objetivos estratégicos e as prioridades nacionais, superando as metas propostas no ano de 2013 considerando sua estratégia local, capacidade operacional e universo de cliente. A seguir, justificamos as metas com percentuais de execução acima de 115% entre valores planejados e realizados.

A superação das metas mobilizadoras 1, 2, 3, 4 e 5 foram em virtude das estratégias de ampliação do atendimento ao cliente empresarial, através da realização de ações itinerantes, atendimentos online, consultorias empresariais e orientação técnica. Após a Feira do Empreendedor foram incluídos os atendimentos online, tanto oriundo no site do SEBRAE Alagoas, quanto no site Socioteca, contribuindo assim para a superação das metas mobilizadoras.

É importante ressaltar, ainda, que as ações do Negócio a Negócio, Agentes Locais de Inovação, SEBRAETec, e capacitação empresarial contribuíram, igualmente, para os expressivos resultados.
A meta 6 superou o previsto em virtude do êxito na regulamentação da Lei Geral dos Municípios (LGM), atingindo os 102 municípios do estado de Alagoas em 2013, contribuindo assim para implementação da lei em 51 Municípios.

3.5.3 Metas de Atendimento

O SEBRAE segmenta seus clientes em dois grandes grupos: Empresas e Potenciais Empresários. A tabela abaixo demonstra o desempenho do SEBRAE no atendimento desses públicos.

Tabela 07

Indicador de desempenho	Planejado para 2013	Realizado em 2013	% Realizado
Número de potenciais empresários atendidos	30.147	34.156	113,30
Número de empresas atendidas	9.942	29.093	292,63

O atendimento é feito por meio de seis instrumentos que são apresentados na tabela abaixo, com seus respectivos indicadores de desempenho.

Tabela 08

Metas Físicas		2013		
Instrumento	Indicador	Planejado (a)	Realizado (b)	%Realizado (b/a)
ACESSO A EVENTOS PROMOVIDOS POR TERCEIROS	Nº de empresas (feiras)	190	281	147,89%
	Número de feiras	78	120	153,8%
	Número de missões/caravanas	50	74	148,0%
	Número de rodadas	6	6	100,0%
CONSULTORIA	Número de horas	75.811	92.787	122,4%
CURSO	Número de Cursos	551	750	136,1%
ORIENTAÇÃO TÉCNICA	Número de orientações	93.488	104.860	112,2%
PALESTRA, OFICINA, SEMINÁRIO	Número de Palestras, oficinas, seminários	1.514	2.136	141,1%
PROMOÇÃO E ACESSO A EVENTOS DO SEBRAE	Nº de empresas (feiras)	62	94	151,6%
	Número de feiras	3	3	100,0%
	Número de missões/caravanas	23	37	160,9%
	Número de rodadas	4	10	250,0%

Aplicação por Instrumento – Sebrae/AL
Fonte: Módulo do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) – Sistema Origem: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)/ Sistema de Gestão Estratégica (SGE)

Justificativas das variações significativas entre valores planejados e realizados, com percentuais de execução abaixo de 85% e acima de 115%.

Acesso a eventos - Com a dinâmica do mercado mais aquecida, o público alvo dos projetos de atendimento sentiu necessidade de buscar novas informações e conhecimento com o objetivo de

atender as exigências do consumidor final. Por esse motivo, foram superadas as realizações nos indicadores a seguir: Nº de empresas (feiras) em 147,89%; Número de feiras em 153,8% e Número de missões/caravanas em 148,0% em relação à meta prevista.

Consultoria - A carteira de Comércio e Serviços contribuiu para a superação dessa meta, considerando um aumento substancial nas consultorias demandadas por meio dos atendimentos individuais realizados pelos programas Nacionais ALI, Territórios da Cidadania e Negócio a Negócio, como também pelos atendimentos individuais realizados presencialmente no SEBRAE/AL e nos projetos Salões de Beleza em Maceió e Escritórios Regionais.

Cursos – O resultado de 136,1%, em relação à realização dos cursos, aconteceu em virtude do número de capacitações realizadas pelo parceiro SENAR que possui um convênio firmado com o SEBRAE/AL no atendimento às demandas espontâneas por capacitações técnicas do segmento de Agronegócios. A Carteira de Comércio e Serviços contribuiu nesta métrica para a sua superação, considerando o atendimento das demandas por soluções de cursos para as empresas captadas por meio de atendimentos individuais, realizados pelos programas Nacionais ALI, Territórios da Cidadania e Negócio a Negócio, e pelos atendimentos individuais realizados presencialmente no SEBRAE/AL.

Palestras, oficinas, seminários: A realização de 141,1% em relação ao previsto aconteceu em virtude da programação da Feira do Empreendedor e dos atendimentos realizados pelos programas Nacionais Territórios da Cidadania e Negócio a Negócio, como também pelos atendimentos realizados presencialmente no SEBRAE/AL, por meio das palestras sobre as vantagens da formalização para Micro empreendedores.

Promoção de eventos:

a) **Número de empresas (feiras):** a realização acima do previsto se deu em virtude do interesse do público alvo dos projetos de atendimento, bem como do surgimento de novas oportunidades para as empresas divulgarem seus produtos, gerando assim a ampliação de novos mercados.

b) **Número de missões/caravanas:** diante da dinâmica e necessidade de cada projeto de atendimento, com o foco na demanda do público alvo, foi executado o número de missões/caravanas superior ao previsto em 2013, gerando um percentual de 160,9%.

c) **Número de rodadas**: observa-se a realização de 250% quanto ao número de rodadas previstas, em virtude de interesse do público alvo dos projetos de atendimento, bem como do surgimento de novas oportunidades para empresas divulgarem seus produtos, gerando assim a ampliação de novos mercados.

3.6. Programas Nacionais

Os Programas Nacionais se configuram nos principais elementos viabilizadores da estratégia de atuação planejada pelo Sistema SEBRAE e prevista nos planos de ação dos SEBRAE/UF para o PPA 2013/2016.

Tabela 09 em R$

Programa	Sebrae Nacional			Sebrae/AL								
				Execução CSN			Execução Contrapartida			Nº de Empresas Atendidas		
	CSN Prevista	CSN Transferida	%	Previsto	Executado	%	Previsto	Executado	%	Previsto*	Executado	%
Agentes Locais de Inovação - ALI	164.000	164.000	100,0	164.000	108.000	65,9	289.400	276.340	95,5	350	591	168,9
Atendimento Negócio a Negócio	950.400	950.400	100,0	950.489	950.489	100,0	118.766	118.582	99,8	7.920	8.848	111,7
Sebrae Mais	228.000	228.000	100,0	228.000	228.000	100,0	228.000	180.445	79,1	310	193	62,3
SEBRAE nos Territórios da Cidadania	1.517.130	1.517.130	100,0	1.517.125	1.517.125	100,0	466.220	442.127	94,8	6.065	12.826	211,5
SEBRAETec	1.852.053	1.852.053	100,0	1.927.111	1.917.852	99,5	1.602.171	1.451.247	90,6	1.347	2.117	157,2
Total	**4.711.583**	**4.711.583**	**100,0**	**4.786.724**	**4.721.466**	**98,6**	**2.704.558**	**2.468.742**	**91,3**	**15.992**	**24.575**	**153,7**

Fonte: Unidade de Gestão Estratégica.

3.6.1 Agentes Locais de Inovação (ALI)

O Programa tem como objetivo promover a inovação e aproximação das Pequenas Empresas com os provedores de solução por meio dos Agentes Locais de Inovação.

O agente tem a função de sensibilizar, facilitar, orientar e buscar soluções para as necessidades das pequenas empresas, além de acompanhar a implantação dessas soluções moldadas de acordo com as características de cada empresa.

A identificação das necessidades de cada empresa é realizada através de um diagnóstico específico e exclusivo do Programa no qual são analisadas 13 dimensões da inovação: Oferta, Plataforma, Marca, Clientes, Soluções, Relacionamento, Agregação de Valor, Processos, Organização, Cadeia de Fornecimento, Presença, Rede e Ambiência Inovadora.

Referente à Execução da Contribuição Social Nacional (CSN), o projeto ALI do SEBRAE/AL foi aprovado para a vigência de 26 meses iniciando em abril de 2013 com término em maio de 2015. O valor de CSN aprovado pelo SEBRAE/NA foi de R$ 328.000,00, sendo dividido em dois anos e não pelos meses da vigência do projeto. Foi repassado o valor de R$ 164.000,00 ao SEBRAE/AL, o saldo remanescente será utilizado durante os últimos 04 meses do projeto.

Em relação ao Nº de Empresas Atendidas tivemos um aumento de 68,9% por uma decisão estratégica de alcançar o maior número de empresas no primeiro ano de projeto com objetivo de acompanhar com maior qualidade as empresas no seu segundo ano.

3.6.2 Atendimento Negócio a Negócio

O programa leva orientação empresarial presencial, continuada, gratuita e customizada para promover melhorias nas microempresas e nos microempreendimentos individuais, além de promover o relacionamento com clientes que tradicionalmente não procuram o SEBRAE. Ele oferece atendimento através de metodologia própria com dois ciclos de atendimentos, e, no mínimo, três visitas presenciais gratuitas. Dependendo do interesse do empresário e da estratégia do SEBRAE/UF este ciclo de 3 visitas poderá ser ampliado para 6, sendo, 3 visitas em um ano e as outras 3 restantes no ano seguinte.

Com a estratégia de atendimento desenvolvida, as metas foram superadas dentro de um período seguro para o Sistema contribuindo para que 60% dos clientes tivesse o pós-atendimento, no qual é essencial para a continuidade do relacionamento do SEBRAE com seus clientes. Foi reforçado o contato telefônico, a pesquisa de avaliação do atendimento e visitas de confirmação da qualidade do atendimento prestado.

Com o Relatório de Demandas foi possível analisar as necessidades dos clientes e oferta-las pelos meios presenciais e digitais de comunicação.

3.6.3 SEBRAE Mais

O SEBRAE Mais é um programa de capacitação empresarial, com foco em gestão, destinado às empresas de pequeno porte que tenham preferencialmente mais de 2 anos e mais de 9 funcionários e que desejam avançar em seu modelo de gestão. São ofertadas ao mercado 8 soluções sobre temas estratégicos e fundamentais ao desenvolvimento empresarial. As soluções configuram um serviço que contempla, além da capacitação, uma carga significativa de orientação personalizada (consultoria) e podem ser feitas de maneira independente e flexível.

Foram atendidas 193 Empresas de Pequeno Porte com o Programa, ficando aquém das 310 empresas previstas no projeto. No entanto, esforços extras voltados para mobilização das Empresas de Pequeno Porte foram realizados em 2013 pela Unidade de Atendimento Empresarial e pelos Agentes Locais de Inovação com o objetivo de realizar diagnósticos e consultorias em gestão para estabelecer um relacionamento entre o SEBRAE/AL e as Empresas de Pequeno Porte do Estado de Alagoas, criando um novo cadastro dessas empresas e gerando metas de atendimento bem acima das previstas.

3.6.4 SEBRAE nos Territórios da Cidadania

O Programa Nacional SEBRAE nos Territórios da Cidadania tem por objetivo ampliar o atendimento aos pequenos negócios nas áreas urbanas e rurais dos municípios que compõem os Territórios da Cidadania delineados pelo Governo Federal que atuam nos diversos segmentos econômicos existentes (agronegócios, indústria, comércio e serviços), bem como criar um ambiente favorável aos pequenos negócios por intermédio da implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O aumento de 211,5% na quantidade de empresas atendidas foi devido a ampliação das demandas geradas nos territórios com a disponibilização de soluções para os empresários que manifestaram interesse em iniciar ou ampliar seus empreendimentos.

3.6.5 SEBRAETec

O Programa SEBRAETec - Serviços em Inovação e Tecnologia, tem por objetivo apoiar as empresas com soluções de inovação e tecnologia. Este Programa tem abrangência nacional – sendo um instrumento que permite aos pequenos negócios acesso a conhecimentos tecnológicos existentes nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I), visando à melhoria de processos e produtos e/ou introdução de inovações com foco nas empresas e/ou no mercado, fornecendo recursos e consultoria que auxilia os empresários no desenvolvimento de novos produtos e melhoria de processos.

Referente aos recursos de execução de Contribuição Social Nacional (CSN) e Contrapartida, o programa SEBRAETec executou todos os percentuais adequado ao intervalo de 85 a 115%. Porém, a quantidade de Empresas Atendidas ultrapassou a meta considerada permitida de 115% devido ao aumento de recursos para a Unidade de Agronegócios acrescentando o valor total de R$ 1.030.856,00, com o destaque para o projeto Fortalecimento da Indústria de Leite e Derivados de Alagoas no valor de R$ 832.944,00 para atender a metodologia do Balde Cheio direcionada aos

produtores alagoanos com o intuito de aumentar sua produtividade. Diante desses fatos, houve um aumento considerável no número de empresas atendidas.

3.7. Carteiras de Projetos

Em 2013 a atuação do SEBRAE/AL, junto aos clientes, foi realizada por meio de projetos de atendimento em quatro setores: agronegócios, indústria; comércio e serviços, além dos projetos de atendimento com abordagem territorial, conforme distribuição a seguir:

Tabela 10 R$ (mil)

Setor	Despesa										
	Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total		SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Agronegócios	1.978	4.884	6.862	4.430	15.871	20.301	295,8%	4.176	22.974	27.150	133,7%
Comércio	1.756	0	1.756	1.686	0	1.686	96,0%	1.653	0	1.653	98,0%
Indústria	2.190	1.094	3.284	3.114	571	3.685	112,2%	2.737	607	3.345	90,8%
Serviço	3.427	2.999	6.426	5.199	737	5.936	92,4%	4.807	834	5.641	95,0%
Territorial	5.924	125	6.049	8.621	0	8.621	142,5%	7.872	0	7.872	91,3%
Total	**15.275**	**9.102**	**24.378**	**23.050**	**17.179**	**40.229**	**165,0%**	**21.246**	**24.415**	**45.660**	**113,5%**

Setor	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Agronegócios	2.577	2.132	82,7%	2.543	119,3%
Comércio	700	51	7,3%	3.524	6.909,8%
Indústria	798	801	100,4%	1.728	215,7%
Serviço	935	405	43,3%	3.646	900,2%
Territorial	9.272	5.558	59,9%	23.174	416,9%
Total	**14.282**	**8.947**	**62,6%**	**34.615**	**386,9%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb

A execução dos recursos das carteiras dos projetos de atendimento do SEBRAE/AL em relação ao previsto em 2013 no setor de Agronegócios foi de 133,7%, em virtude de novas parcerias que contribuiu para o aumento na execução das carteiras dos projetos e para o total da execução de todos os setores em 113,5%.

3.7.1 Agronegócio

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Carteira de Projetos do Setor de Agronegócios
Finalidade	Promover transformações qualitativas junto ao público-alvo dos projetos do setor contribuindo para o alcance dos resultados institucionais.
Descrição	Os projetos contemplam um conjunto de ações para desenvolvimento de micro e pequenos agronegócios alagoanos, com atuação em territórios específicos, contribuindo para o alcance dos resultados finalísticos quantitativos e qualitativos junto ao público-alvo.
Diretor responsável pelas decisões estratégicas	Ronaldo de Moraes Silva
Unidade Executora	Atendimento Agronegócio
Gerente da Unidade Executora	Vânia Brandão de Britto
Responsável pela execução da Unidade	Vânia Brandão de Britto

Desempenho dos segmentos do setor e principais projetos com seus resultados e entregas.
Na carteira de Agronegócios, para o atendimento a 9 segmentos econômicos foram executados recursos no montante de R$ 27.152 (mil) incluindo recursos de parceiros, com execução de 133,7% em relação ao previsto ajustado em 2013.

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) têm sido considerados importantes mecanismos de agregação de esforços, especialmente no âmbito das micro e pequenas empresas. Assim, diversos segmentos foram contemplados pelo SEBRAE/AL, dentre eles estão Apicultura, Pesca, Fruticultura, Grãos, Leite e derivados, Mandiocultura, Ovino e Caprino.

No que tange ao Setorial Agronegócios, temos dois projetos visando ampliar o número e a abrangência dos atendimentos do SEBRAE no Sertão, Agreste e entorno atuando com atendimento setorial nos diversos segmentos econômicos do setor, dentre eles aquicultura, horticultura, avicultura, fruticultura, tubérculos e raízes.

Dessa forma, os projetos priorizados em 2013 foram:

- Agronegócios no Agreste e entorno;
- Agronegócios no Alto Sertão e entorno;
- APL Apicultura no Litoral e Lagoas;
- APL Apicultura no Sertão - Etapa II;
- APL Horticultura no Agreste;
- APL Laranja no Vale do Mundaú;
- APL Mandioca Agreste - Etapa II;
- APL Ovinocaprinocultura Sertão - Etapa II;
- APL Piscicultura Delta do São Francisco - Etapa II;
- APL Rizicultura no Baixo São Francisco;
- Fortalecimento da Indústria de Leite e Derivados de Alagoas.

Resultados e entregas

No setor de fruticultura destacamos o Projeto APL Laranja no Vale do Mundaú. Em dezembro de 2013 foi inaugurada uma nova fábrica de suco misto de laranja lima e limão no município de Santana do Mundaú, com capacidade instalada para processar 2.100 litros de suco por dia ou 10.500 litros por semana, a qual processa a produção de 840 produtores de laranja organizados em 26 associações e 01 cooperativa. No momento, esta unidade de beneficiamento emprega 11 pessoas diretamente na fábrica, além 260 postos de trabalho no campo. Considerando-se todas as atividades envolvidas e as famílias envolvidas, o negócio da laranja no Vale do Mundaú está beneficiando 4.400 pessoas com trabalho e melhoria da qualidade de vida.

O setor de horticultura apresentou uma evolução bastante interessante. Os produtores absorveram muito bem as capacitações recebidas e melhoraram significativamente a padronização dos produtos. Com melhor apresentação e qualidade, os produtos se tornaram mais atraentes para o consumidor, estimulando as vendas. Paralelamente, houve melhorias na gestão das cooperativas dos produtores, como a Cooperativa dos Produtores Rurais de Arapiraca LTDA (COOPERAL) e a Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios (CARPIL). Já a Cooperativa Terragreste, recebeu apoio do SEBRAE para a renovação da certificação de produtos orgânicos.

Estes fatores foram determinantes para o sucesso na comercialização dos produtos hortícolas por meio das compras governamentais que atingiu a montante de R$ 730.442,14. No mercado privado, onde as vendas alcançaram R$ 87.384,05 em quatro supermercados de Maceió, um dos quais, é o mais exigente do Estado de Alagoas e onde se encontram os produtos de melhor qualidade.

Nos últimos anos o setor de leite e derivados tem se destacado pela grande mobilização de parceiros, que vem aplicando significativa soma de recursos, tanto em infraestrutura de apoio quanto no atendimento com consultorias a produtores e laticínios. Em 2013, foi firmado o convênio

Alagoas Mais Leite Etapa II entre o SEBRAE/AL e a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Agrário (SEAGRI), o qual possibilitou atender cerca de 400 produtores com a metodologia Balde Cheio. Com isto, os produtores estão melhorando a gestão do empreendimento, reduzindo os custos de produção e aumentando o faturamento e a renda. Exemplo disso é o produtor Praxedes Francisco da Silva, da Fazenda Boi de Carro, localizado no município de Penedo, que venceu o premio MPE Brasil na etapa alagoana e se classificou para concorrer à etapa nacional em 2014. Desde o início do atendimento do SEBRAE e parceiros em sua propriedade em janeiro de 2010, a produção de leite saltou de 60 litros/dia, para 180 litros/dia e o fluxo de caixa médio passou de R$ 777,00/mês para R$ 2.247,00/mês. Assim como o Praxedes, há muitos outros casos de sucesso.

O setor de ovinocaprinocultura é atendido através do projeto de desenvolvimento do APL Ovinocaprinocultura. Visando aumentar a competitividade desse setor, a metodologia Balde Cheio foi adaptada por consultores contratados pelo SEBRAE/AL para atender a ovinocaprinocultura de corte e leite. Quarenta produtores do Médio Sertão foram beneficiados com a nova metodologia que já proporcionou resultados muito interessantes. Em apenas setes meses a produção, do grupo passou de 150 litros/dia para 400 litros/dia. Com o aumento da produção aumentou também o poder de barganha dos produtores, assim o preço do leite passou de R$1,15/litro, para R$ 1,68/litro, representando um aumento de 46,08%. Associando o aumento da produção com o aumento do preço, o faturamento do grupo de produtores passou de R$ 5.160,00/mês para R$ 20.160,00/mês, ou seja, um aumento de 290,7%.

Outro grupo de 200 produtores do Alto Sertão foi assistido por Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável (ADRS) da Fundação Banco do Brasil e atendidos com capacitações e missões realizadas pelo SEBRAE/AL. Esse grupo apresentou significativa redução nos índices de mortalidade dos borregos, além de ter realizado compras coletivas de animais e com isso obtiveram melhores preços.

Tudo isso foi possível em virtude dos investimentos do Convênio Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE), por meio, do qual esses produtores foram contemplados com os animais, ração, cerca elétrica entrou outros itens.

Resultados:

Indicadores e parâmetros utilizados: Previsto X Execução, % de Variação entre o Previsto Original e o Previsto Ajustado e % de Execução em relação ao Previsto Ajustado.

Tabela 11 R$ (mil)

Setor Agronegócios /Segmento Econômico	Projeto	Valor Previsto Anual 2013										
		Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Executado		Total	
		Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Executado	% Execução
Agroecologia	APL Horticultura no Agreste	145	702	847	267	702	969	114,4%	262	0	262	27,1%
Apicultura	APL Apicultura no Litoral e Lagoas	70	0	70	200	0	200	286,4%	188	0	188	94,0%
	APL Apicultura no Sertão - Etapa II	120	0	120	212	6.500	6.712	5593,7%	209	6.500	6.709	99,9%
Aqüicultura e Pesca	APL Piscicultura Delta do São Francisco - Etapa II	92	858	950	171	858	1.029	108,3%	170	200	370	35,9%
Fruticultura	APL Laranja no Vale do Mundaú_	111	712	823	189	712	901	109,5%	184	5.569	5.753	638,6%
Grãos	APL Rizicultura no Baixo São Francisco	78	1.066	1.143	166	1.066	1.231	107,7%	119	1.153	1.272	103,3%
Leite e Derivados	Fortalecimento da Indústria de Leite e Derivados de Alagoas.	220	0	220	1.411	0	1.411	641,3%	1.250	0	1.250	88,5%
Mandiocultura	APL Mandioca Agreste - Etapa II	74	0	74	125	4.487	4.612	6238,4%	123	3.560	3.683	79,9%
Ovino e Caprino	APL Ovinocaprinocultura Sertão - Etapa II	232	1.546	1.778	418	1.546	1.964	110,5%	415	5.991	6.406	326,2%
Setorial Agronegócios	Agronegócios no Agreste e entorno	423	0	423	821	0	821	194,1%	813	0	813	99,0%
	Agronegócios no Alto Sertão e entorno	415	0	415	450	0	450	108,6%	446	0	446	99,1%
Total		**1.978**	**4.884**	**6.862**	**4.430**	**15.871**	**20.301**	**295,8%**	**4.178**	**22.974**	**27.152**	**133,7%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do SGE e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb

Tabela 12

Segmento Econômico	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Agroecologia	200	280	140,0%	227	81,1%
Apicultura	150	140	93,3%	237	169,3%
Aqüicultura e Pesca	256	256	100,0%	130	50,8%
Fruticultura	75	0	0,0%	193	0,0%
Grãos	50	200	400,0%	67	33,5%
Leite e Derivados	416	416	100,0%	308	74,0%
Mandiocultura	10	40	400,0%	87	217,5%
Ovino e Caprino	1.200	700	58,3%	356	50,9%
SETORIAL AGRONEGÓCIOS	220	100	45,5%	844	844,0%
Total	**2.577**	**2.132**	**82,7%**	**2.449**	**114,9%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do SGE e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb
Nota: A coluna "Previsto Ajustado" do quadro "Quantidade de Empresas" não está contabilizando "Potenciais Empresários" como empresas, enquanto na coluna "Previsto Original" está considerando os "Potenciais Empresários". Esse procedimento foi alterado no SGE com a segmentação do público alvo na elaboração do PPA 2014-2017.

Análise/comentários sobre os percentuais de variações e execuções encontrados no Setor/Segmento, considerando os percentuais que deverão ser justificados, com variação e execução abaixo de 85% e acima de 115%.

Houve um aporte de recursos para a governança de todos os arranjos produtivos locais, no orçamento do SEBRAE/AL por meio do Convênio Nº 02/2013, firmado entre o SEBRAE/AL e a Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE), o que justifica a variação positiva entre a previsão original e a previsão ajustada.

O segmento de apicultura apresentou variação positiva entre a previsão original e a previsão ajustada no aporte de recursos dos parceiros e do SEBRAE/AL devido ao investimento da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) no Programa Brasil sem Miséria do projeto APL Apicultura no Sertão Etapa II. Já no SEBRAE/AL, houve incorporação de saldo do exercício 2012, além do já citado recurso para a governança do APL.

O segmento de leite e derivados apresentou variação positiva de 641,3% no aporte de recursos do SEBRAE/AL, em virtude de recursos recebidos da 1ª parcela do Convênio 06/2013, firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário (SEAGRI).

No segmento de mandiocultura, além da variação positiva no aporte de recursos comum a todos os projetos de APL, houve variação positiva nos investimentos dos parceiros decorrente dos investimentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas(FAPEAL), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) na construção do Instituto Agroalimentar de Arapiraca, da ordem de R$ 3,5 milhões.

No segmento de agroecologia, a execução ficou em 27,1% devido aos parceiros não terem encaminhado a comprovação dos investimentos realizados em tempo hábil para o registro em 2013. Cabe ressaltar, que os investimentos realizados atingiram o valor de R$966.842,14.

No segmento aquicultura e pesca a execução de 35,9% foi devido ao atraso na entrega do documento comprobatório dos investimentos realizados pela CODEVASF em 2013 ao SEBRAE/AL, esses investimentos foram no valor de R$ 1.965.223,80.

No segmento da fruticultura, a meta para aplicação de recursos dos parceiros se baseou no limite estipulado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para as compras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fixado em R$ 600.000,00/município/ano. No decorrer do ano, a CONAB abriu mão desse limite, possibilitando aumentar o volume de compras em Santana do Mundaú, proporcionando maior renda aos produtores.

No segmento de mandiocultura a execução de 79,9% foi devido ao atraso na entrega dos documentos comprobatórios dos investimentos realizados por parceiros em 2013 ao SEBRAE/AL.

O segmento de ovinocaprinocultura apresentou variação positiva de 326,2% devido à meta ter sido estipulada com base nos investimentos sinalizados durante a rodada de negociação do APL. Entretanto, no decorrer do ano, parceiros que não haviam sinalizado com investimentos durante a rodada de negociação realizaram novos investimentos, superando desta forma a previsão ajustada.

No segmento de agroecologia a quantidade de empresas foi aumentada para 140% em relação à previsão original com base no número de produtores interessados e integrantes dos grupos que seriam trabalhados. No entanto, devido à seca, alguns produtores não tiveram como produzir e, portanto não foram atendidos. Assim, a execução atingiu 81,1% em relação ao previsto ajustado.

No segmento apicultura a execução de 169,3% na quantidade de empresas atendidas foi devido aos investimentos da CODEVASF, com recursos do Programa Brasil Sem Miséria, que contribuíram para ampliar o atendimento aos novos produtores.

No segmento aquicultura e pesca a execução de 50,8% na quantidade de empresas atendidas ocorreu por ter sido considerado na previsão o total de empresas cadastradas no público alvo do APL. Porém, foram registradas apenas as empresas que participaram nos cursos, palestras e missões.

No segmento de fruticultura a quantidade de empresas previstas a serem atendidas foi zerada indevidamente. Entretanto, foram atendidas 193 empresas, em virtude dos atendimentos serem coletivos, por meio da utilização de unidades demonstrativas.

A atuação do SEBRAE/AL no segmento de grãos decorre por meio do projeto de desenvolvimento do APL Rizicultura no Baixo São Francisco, que possui apenas um ano de atividade. As metas foram estabelecidas inicialmente considerando a capacidade de atendimento direto no primeiro ano. Posteriormente, as metas foram ajustadas considerando o número total de empresas presentes naquele arranjo. Porém, foram atendidas as empresas que participaram de cursos, palestras e outras metas.

No segmento de leite e derivados as cooperativas demoraram a passar para o SEBRAE/AL e para a SEAGRI a relação dos produtores interessados em aderir ao projeto, atrasando a formação dos grupos de produtores atendidos, o que contribui negativamente para que o executado atingisse 74% do previsto ajustado.

No segmento mandioca, os preços atraentes da farinha de mandioca aliado aos ótimos resultados obtidos com a ferramenta Comércio Brasil estimularam o aumento a meta de quantidade de empresas atendidas em 400%. De modo surpreendente este acréscimo não foi suficiente para abrigar o aumento de demanda do segmento, ocasionada por preços muito atraentes da farinha de mandioca e pelos ótimos resultados obtidos com a ferramenta Comércio Brasil, cujas vendas superaram o valor de R$3.560.660,00. Assim, mesmo com o ajuste a execução atingiu 217,5% do previsto ajustado.

A quantidade de empresas do segmento ovinocaprinocultura apresentavam na previsão original os valores acumulados para 2012 e 2013, portanto foram ajustadas para contemplar a previsão relativa ao ano de 2013. Ao registrar os atendimentos realizados em 2013, deparou-se com inúmeros produtores que não possuíam DAP e CPF inválidos, impossibilitando o registro das metas. Muitos produtores não realizam o recadastramento obrigatório do CPF, que deve ser realizado anualmente. Com isso o CPF torna-se inválido.

No Setorial agronegócios a meta foi reduzida porque os projetos deste segmento trabalham com demandas espontâneas, cujos grupos não são conhecidos previamente. Assim, estimou-se que cerca de 45% dos produtores apresentariam Declaração de Aptidão (DAP) ao Pronaf, permitindo assim o registro das metas no sistema do SEBRAE/AL. Todavia, encontrou-se grupos em que praticamente todos os produtores apresentaram as DAP, além disso, o SEBRAE foi contratado pela SEAGRI para realizar capacitações *"Ganhe Dinheiro com o PAIS"*, bem como houve aporte de recursos de contribuição social nacional para realizar cursos Negócio Certo Rural, contemplando grupos de produtores não previstos originalmente.

3.7.2 Comércio

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Carteira de Projetos do Comércio
Finalidade	Promover transformações qualitativas junto ao público-alvo dos projetos do setor contribuindo para o alcance dos resultados institucionais.
Descrição	Os projetos contemplam um conjunto de ações que atuam num determinado território contribuindo para o alcance dos resultados finalísticos junto ao público-alvo dos projetos, como por exemplo: aumento da renda, da produção, das vendas, etc.
Diretor responsável pelas decisões estratégicas	José Roberval Cabral da Silva Gomes
Unidade Executora	Atendimento Comércio e Serviço
Gerente da Unidade Executora	Sandra Costa Torres de Carvalho
Responsável pela execução da Unidade	Sandra Costa Torres de Carvalho

Desempenho dos segmentos do setor e principais projetos com seus resultados e entregas.

O desempenho do setor de Comércio no Brasil em 2013 foi bastante satisfatório, tendo como destaque os Estados do Nordeste que, exceto o Ceará, alcançaram desempenho superior ao do Brasil, com crescimento de 32,4% e com destaque para o estado de Alagoas, cujo comércio cresceu 53,7%. (dados de pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste).

Na carteira de Comércio foram executados recursos no montante de R$ 1.653 (mil), com execução de 98% em relação ao previsto ajustado em 2013. Os projetos executados no setor de comércio concentraram-se em alguns segmentos mais expressivos no estado, devido a uma necessidade percebida e diagnosticada junto às empresas.

O projeto Expoart, criado com a finalidade de selecionar até 30 empresas alagoanas de artesanato para vender seus produtos durante a Copa do Mundo FIFA de Futebol, teve destaque por ter sido o primeiro Edital de Chamada Pública do artesanato em Alagoas, e será uma oportunidade de negócios e disseminação da cultura alagoana nas quatro cidades sedes escolhida, repercutindo o trabalho no exterior. Além disso, teve adesão de 08 mestres artesãos alagoanos com seus trabalhos artísticos, e que se formalizaram, o que representa um salto na saída da informalidade com o

objetivo estratégico de promover a cultura do empreendedorismo. Os resultados do projeto somente serão sentidos após a realização efetiva das vendas no período da Copa FIFA de Futebol, em 2014.

O projeto Comércio em Maceió e Escritórios Regionais, em média com 3.000 empresas captadas pelos Programas ALI, Negócio a Negócio e Território da Cidadania receberam atendimento nas diversas necessidades de melhoria em gestão, além da priorização de dois grupos mais especificamente: Minimercado e Material de Construção.

Resultados e entregas

Em outubro de 2013 foi aprovado pelo SEBRAE/NA o projeto Minimercados em Maceió, Médio e Alto Sertão para incrementar ainda mais o grupo de empresários que vem sendo trabalhado desde 2011 em projeto local, porém percebemos a necessidade de ampliar o nº de empresários participantes. O grupo de Maceió está com a Central de Negócios legalizada e o grupo de Delmiro Gouveia recebeu o repasse da metodologia do programa Central de Negócios que foi formalizado como Centro de Distribuição. Em dezembro, captamos mais 20 empresários para começarem a participar do projeto e serem devidamente atendidos com soluções para o segmento.

Resultados:

Indicadores e parâmetros utilizados: Previsto X Execução, % de Variação entre o Previsto Original e o Previsto Ajustado e % de Execução em relação ao Previsto Ajustado.

Tabela 13 R$ (mil)

Setor Comércio / Segmento Econômico	Projeto	Valor Previsto Anual 2013										
		Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Executado		Total	
		Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiros	Executado	% Execução
Artesanato	EXPOART 2014 - AL	0	0	0	254	0	254		253	0	253	99,8%
Mini mercados, mercadinhos e mercearias	Mini mercados em Maceió, Alto e Médio Sertão	0	0	0	18	0	18		6	0	6	33,3%
SETORIAL COMÉRCIO	Comércio em Maceió e Escritórios Regionais	1.756	0	1.756	1.414	0	1.414	80,5%	1.394	0	1.394	98,5%
Total		**1.756**	**0**	**1.756**	**1.686**	**0**	**1.686**	**96,0%**	**1.653**	**0**	**1.653**	**98,0%**

Segmento Econômico	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Artesanato	0	16	0,0%	54	337,5%
Mini mercados, mercadinhos e mercearias	0	35	0,0%	70	200,0%
SETORIAL COMÉRCIO	700	0	0,0%	3.141	0,0%
Total	**700**	**51**	**7,3%**	**3.265**	**6.402,0%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb
Nota: A coluna "Previsto Ajustado" do quadro "Quantidade de Empresas" não está contabilizando "Potenciais Empresários" como empresas, enquanto na coluna "Previsto Original" está considerando os "Potenciais Empresários". Esse procedimento foi alterado no SGE com a segmentação do público alvo na elaboração do PPA 2014-2017.

Análise/comentários sobre os percentuais de variações e execuções encontrados no Setor/Segmento, considerando os percentuais que deverão ser justificados, com variação e execução abaixo de 85% e acima de 115%.

O Projeto Minimercado em Maceió, Alto e Médio Sertão teve o desempenho baixo devido ao atraso na aprovação do projeto por parte do SEBRAE/NA, que deveria ter sido em fevereiro de 2013 e só em outubro de 2013 foi liberado. No entanto, conseguimos cumprir algumas ações dentre elas citamos a articulação com 70 empresários de minimercados convidando-os a participar da reunião realizada em dezembro com objetivo de obter a adesão ao projeto, durante a reunião prospectamos mais 20 novos minimercados onde todos assinaram o termo de compromisso e aderiram a sua participação até 2015. No projeto inicial a quantidade de empresas previstas é de 35, sendo assim, até abril do próximo ano devemos concluir as 35 empresas previstas.

O projeto EXPOART teve aumento de 254 empresas em relação a previsão, devido à estratégia que foi utilizada para divulgar o primeiro Edital de Chamada Pública, alcançando um número maior de empresas, associações e mestres artesãos.

3.7.3 Indústria

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Carteira de Projetos da Indústria
Finalidade	Promover transformações qualitativas junto ao público-alvo dos projetos do setor contribuindo para o alcance dos resultados institucionais.
Descrição	Os projetos contemplam um conjunto de ações que atuam num determinado território contribuindo para o alcance dos resultados finalísticos junto ao público-alvo dos projetos, como por exemplo: aumento da renda, da produção, das vendas, etc.
Diretores responsáveis pelas decisões estratégicas	Marcos Antonio da Rocha Vieira e José Roberval Cabral da Silva Gomes
Unidades Executoras	Atendimento Indústria e Escritório Arapiraca
Gerentes das Unidades Executoras	Everaldo Figueiredo e Arestides Bezerra Minervino
Responsáveis pela execução das Unidades	Everaldo Figueiredo e Arestides Bezerra Minervino

Desempenho dos segmentos do setor e principais projetos com seus resultados e entregas.

A indústria de transformação no Brasil teve um índice de cerca de 2,4% de crescimento em 2013, recuperando um pouco a queda do mesmo índice que havia sido verificada em 2012. Já para 2014, o segmento da Indústria tem uma previsão para o setor um pouco mais otimista, ou seja, espera-se que a Indústria de Transformação tenha um aumento em torno de 2% em relação a 2013, bem aquém dos dois dígitos de crescimento anotados em 2010, quando o crescimento ficou em 10,1%, com PIB de 7,5%.

Os especialistas reforçam que este baixo crescimento é decorrente da burocracia, da falta de logística, da elevação da taxa Selic e a carga tributária, fatores que reduzem a competitividade da Indústria e desacelera o seu crescimento.

Em Alagoas, a situação não é diferente do resto país, apesar de termos nos últimos 05 anos a implantação de 100 novas Indústrias no estado nos segmentos da Química e do Plástico, Confecções, Metal Mecânico, Madeira e Móveis e de Alimentos e Bebidas, mesmo assim, a Indústria Alagoana ainda depende e muito dos Índices alcançados pelo Setor Sucroalcooleiro.

Em síntese, em 2012 a indústria alagoana cresceu (10,3%) com destaque para o resultado positivo da indústria de transformação que obteve um crescimento de (9,5%). O bom desempenho da indústria foi decorrente entre outros fatores, pela inauguração de uma nova planta na cadeia químico-plástico, da retomada aos patamares de produção da principal fábrica de PVC e pelos números no tocante ao consumo de cimento que impactaram positivamente na construção civil. Dos índices que compõem a indústria de transformação, o setor de alimentos e bebidas apresentou um acréscimo de (5,9%), e os produtos químicos, que engloba toda a Cadeia da Química e do Plástico do Estado cresceu (22,8%). As perspectivas para o setor industrial alagoano são bastante animadoras. A cadeia química e do plástico vem se fortalecendo no Estado com a instalação de novas plantas e ampliação nas capacidades das empresas existentes.

Destaque para uma indústria de cimento ecológico e empresas de grande porte na área de insumos para construção civil que começaram a montar novas unidades em Alagoas com estimativas de mais de 700 novas admissões e inversões de cerca de R$ 200 milhões de reais. É notória que a estrutura produtiva industrial alagoana é concentrada na produção dos derivados da cana-de-açúcar, porém, um balanço do setor industrial do Estado no ano de 2012 reflete o esforço do governo estadual na dinamização da economia alagoana. Esta política se traduz na atração de indústrias para o Estado por meio do subsídio fiscal. Ao longo deste ano 12 (doze) indústrias se instalaram ou estão próximas de se instalar no território alagoano, onde: quatro delas já estão em operação, cinco estão em obras e três no projeto. Estas plantas correspondem a um investimento produtivo na ordem de R$ 464.950.204,69.

Os segmentos contemplados foram: bioenergia, alimentos, bebidas, derivados de plástico e metal, equipamentos eletrônicos, hotelaria, estofados, movelaria e derivados da construção civil. Este tipo de esforço tem capacidade de gerar impactos positivos em todos os setores da economia, seja na geração de renda e emprego de qualidade, assim como no desenvolvimento de uma dinâmica autônoma da economia alagoana.

Diante deste cenário Alagoano, o SEBRAE/AL em parcerias com diversas entidades públicas e privadas e em consonância com o desenvolvimento do estado dentro das suas potencialidades, vem investindo recursos e esforços nos setores de madeira e móveis, Construção Civil, Oleiro Cerâmico, Petróleo e Gás, Químico e Plástico, alimentos e bebidas e têxtil e Confecções.

Resultados:

Indicadores e parâmetros utilizados: Previsto X Execução, % de Variação entre o Previsto Original e o Previsto Ajustado e % de Execução em relação ao Previsto Ajustado.

Tabela 14 R$ (mil)

Setor Indústria / Segmento Econômico	Projeto	Valor Previsto Anual 2013										
		Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Executado		Total	
		Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiros	Executado	% Execução
Madeira e Móveis	APL Móveis Agreste - Etapa II	71	80	151	137	80	217	143,9%	135	0	135	62,0%
Madeira e Móveis	APL Móveis em Maceió	220	220	440	254	0	254	57,8%	236	0	236	92,7%
Oleiro Cerâmico	Indústria Cerâmica no Agreste	120	350	470	336	350	686	145,9%	335	544	879	128,3%
Petróleo, Gás e Energia	Adensamento da CP de Petróleo, Gás, Energia e PVC em Alagoas - Fase 2	688	44	732	699	46	746	101,8%	608	3	611	82,0%
Química e PVC	Química, Plástico e Reciclagem em Maceió e entorno	200	400	600	609	95	704	117,4%	594	60	654	92,9%
SETORIAL INDÚSTRIA	Indústria em Maceió e entorno	290	0	290	454	0	454	156,5%	428	0	428	94,4%
Têxtil e Confecções	Cadeia Produtiva de Confecção em Alagoas	601	0	601	625	0	625	104,0%	401	0	401	64,2%
Total		**2.190**	**1.094**	**3.284**	**3.114**	**571**	**3.685**	**112,2%**	**2.737**	**607**	**3.345**	**90,8%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb

Tabela 15

Segmento Econômico	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Madeira e Móveis	0	85	0,0%	75	88,2%
Oleiro Cerâmico	10	25	250,0%	136	544,0%
Petróleo, Gás e Energia	50	0	0,0%	127	0,0%
Química e PVC	25	25	100,0%	190	760,0%
SETORIAL INDÚSTRIA	683	615	90,0%	808	131,4%
Têxtil e Confecções	30	51	170,0%	178	349,0%
Total	**798**	**801**	**100,4%**	**1.514**	**189,0%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb
Nota: A coluna "Previsto Ajustado" do quadro "Quantidade de Empresas" não está contabilizando "Potenciais Empresários" como empresas, enquanto na coluna "Previsto Original" está considerando os "Potenciais Empresários". Esse procedimento foi alterado no SGE com a segmentação do público alvo na elaboração do PPA 2014-2017.

Análise/comentários sobre os percentuais de variações e execuções encontrados no Setor/Segmento, considerando os percentuais que deverão ser justificados, com variação e execução abaixo de 85% e acima de 115%.

No APL Móveis Agreste a execução financeira ficou em 62,0% devido aos parceiros não efetuarem a entrega das suas comprovações de recursos na execução das ações, por isso, não foram contabilizados nas ações dos projetos.

O projeto Indústria Cerâmica no Agreste atingiu 128,3% da sua execução financeira em virtude dos novos recursos disponibilizados pela DIREX para atendimento de convênio firmado com os parceiros, Federação da Indústria, SEPLAND e SINDCER, de cujo objeto é a melhoria da qualidade e competitividade das pequenas empresas da cadeia, além da alavancagem de contrapartida econômica do Sindicato da Indústria Cerâmica do Estado de Alagoas (SINDICER) em 2 missões.

O projeto Adensamento da CP de Petróleo, Gás, Energia e PVC em Alagoas - Fase 2 Atingiu 82% da sua execução financeira em função da não assinatura do convênio com ALGÁS e da não realização da contrapartida econômica do Laboratório de Computação Científica e Visualização LCCV- UFAL.

O projeto Cadeia Produtiva de Confecção em Alagoas ficou com sua execução financeira abaixo do previsto apresentado 64,2% de realização em virtude da não realização de 01 missão internacional, da divisão dos valores do patrocínio dos eventos Trend House e semana moda palato com o projeto de artesanato, e não realização de 01 rodada de negócios, que foi pago pelo SEBRAE/NA, além da não realização de capacitações técnicas em virtude da demora e da dificuldade de contratação do SENAI.

Os projetos da unidade da indústria tiverem no indicador Atendimento a Empresa 189% em função das 927 empresas atendidas acima do previsto e em virtude dos atendimentos feitos no espaço de responsabilidade de indústria na feira do empreendedor.

3.7.4 Serviços

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Carteira de Projetos de Serviços
Finalidade	Contribuir para o fortalecimento dos pequenos negócios do setor, em destaque nas áreas de tecnologia da informação, turismo, artesanato e cultura, de forma integrada e sustentável, agregando valor aos segmentos de tecnologia da informação e do turismo alagoano através da valorização de sua identidade cultural.
Descrição	Os projetos atendem a um recorte territorial, traçado em consonância com o Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo. O artesanato e a cultura são trabalhados de forma a valorizá-los como produção associada ao turismo e no resgate da identidade alagoana.
Diretores responsáveis pelas decisões estratégicas	José Roberval Cabral da Silva Gomes e Ronaldo de Moraes Silva
Unidades Executoras	Atendimento Comércio e Serviço e Atendimento Turismo e Economia Criativa
Gerentes das Unidades Executoras	Sandra Costa Torres de Carvalho e Vanessa Rocha
Responsáveis pela execução das Unidades	Sandra Costa Torres de Carvalho e Vanessa Rocha

Desempenho dos segmentos do setor e principais projetos com seus resultados e entregas.

O setor de serviços teve um incremento positivo de mais de 61.349 postos de trabalhos, se comparado com 2012, enquanto o setor de comércio teve mais 3.160 postos de trabalho. Com isso, percebe-se que o Setor de Serviços tem se destacado na economia do Brasil e consequentemente de Alagoas. Apesar de Alagoas ter tido uma queda de 4,3% de postos de trabalho em relação a 2012, mesmo assim este setor se caracteriza como bastante promissor.

A carteira de Serviços é composta por 7 segmentos econômicos e abrange recursos executados no montante de R$ 5.641 (mil), com execução de 95% em relação ao previsto ajustado em 2013. O setor de Serviços no SEBRAE/AL é atendido por duas unidades distintas:

- Atendimento Comércio e Serviços, gerenciada por Sandra Costa Torres de Carvalho. Contempla os projetos: APL Tecnologia de Informação Maceió – Etapa II, Inclusão Digital através de Lan Houses em Alagoas, Startups em Maceió e entorno, Serviços Educacionais em Maceió e Serviços em Maceió e Escritórios Regionais.
- Atendimento Turismo e Econômia Criativa, gerenciada por Vanessa Fagá Rocha. Contempla os projetos: APL Turismo Caminhos do São Francisco – Etapa II, APL Turismo Costa dos Corais – Etapa II, APL Turismo Lagoas e Mares do Sul – Etapa II e Serviços de Turismo e Economia Criativa em Maceió e entorno.

Em 2013, foram trabalhados diversos segmentos do setor de Serviços por meio do projeto Serviços em Maceió e Escritórios Regionais com atendimento em média de 2.600 empresas captadas pelos Programas ALI, Negócio a Negócio e Território da Cidadania, com atendimento às diversas necessidades de melhoria da gestão dessas empresas. Como também atendeu aos segmentos a seguir: Salões de Beleza, Escolas, Pet Shop, Startups, Tecnologia da Informação e Inclusão Digital através de Lan houses.

Resultados e entregas

Em agosto de 2013, foi aprovado pelo SEBRAE/NA com recursos de Contribuição Social Nacional, o projeto Salões de beleza em Maceió, entorno e Alto Sertão com objetivo de apoiar o grupo de empresários que desde 2011, vem sendo trabalhado por este SEBRAE com recursos locais. Fazem parte desse projeto 147 empresários que estão bastante empenhados e participam efetivamente de todas as soluções do SEBRAE.

Os representantes das duas primeiras turmas do projeto de Salões montaram uma Central de Negócios com a metodologia do SEBRAE e hoje funcionam muito bem, fazem compras e negócios coletivos que beneficia ao grupo associado. Os demais estão profissionalizando sua gestão, muitos se candidataram ao Prêmio da Micro e Pequena Empresa.

Em setembro de 2013, 44 empresários participaram da Missão Beautiful Hair, onde adquiriram novas tecnologias, materiais e equipamentos para seus salões, no qual efetivaram R$ 45.000,00 em compras. Os empresários também participaram de 13 capacitações e atribuíram ao evento o índice de 95% de satisfação geral com a Missão.

Destacamos que vários empresários do projeto de salões participaram de entrevistas, mostrando a evolução dos seus negócios, contribuindo assim para divulgação do desempenho do projeto.

Em setembro de 2013, foi aprovado pelo SEBRAE/NA com recursos de Contribuição Social Nacional para o projeto de Serviços Educacionais em Maceió, com objetivo de apoiar o grupo de empresários que vem sendo trabalhado desde 2012 por este SEBRAE com recursos locais. O grupo conta hoje com 26 empresários de escolas de Maceió, bastante engajados na melhoria de seus negócios. Esses empresários participaram ao longo do ano de soluções de capacitação, consultorias, missão e alguns se candidataram ao Prêmio da Micro e Pequena Empresa obtendo bons resultados.

Em maio de 2013, 17 empresários participaram da Missão Educar 2013 pela primeira vez por meio de participação em capacitações, debates e oficinas nas áreas de Coaching Educacional, Gestão Escolar, Gestão Pedagógica, Motivacional, Gestão Financeira, Sistemas Educacionais: Avanços e retrocessos, Gestão de Pessoas, Robótica, dentre outros, além de juntos terem comprado R$ 90.000,00 em materiais escolares. No geral obtivemos 98% de satisfação com a missão.

Em agosto de 2013, foi aprovado pelo SEBRAE/NA com recursos de Contribuição Social Nacional o projeto Startups em Maceió. A meta do SEBRAE/AL era obter a adesão de 30 empresas em 2013, porém alcançamos a adesão de 101 startups que efetivamente participam de ações como reuniões mensais do grupo com o gestor do projeto, capacitações, subsídio para participações em eventos do segmento, dentre outros.

O segmento de startups tem sido fomentado também pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia. O projeto Startups em Maceió tem sido destaque pelo modelo de governança que se criou no Estado, além de receber o reconhecimento pela qualidade dos produtos de diversos empreendedores, alguns premiados internacionalmente, como Hand Talk.

O destaque para 2013 no segmento startups se deu com 4 eventos: Demo Day Alagoas, onde houve a participação de 800 pessoas, dentre elas, 15 empreendedores tiveram a oportunidade de apresentar em pitchs de 5 min dos seus produtos para uma banca de Investidores, o 2º lugar do evento Demo Day Alagoas, também ganhou sua participação efetiva para apresentar seu produto na Rio Info, alcançando o 1º lugar em sua categoria. Outro evento foi a Feira do Empreendedor 2013, onde o espaço mais badalado da Feira foi o destinado às startups, com uma programação intensa onde compareceram 150 pessoas, em média, todos os dias naquele ambiente participando, efetivamente, da programação e fazendo negócio com investidores que vinham visitar a Feira ou participar de algum painel. O espaço passou a ser referência para outros SEBRAE em suas Feiras do Empreendedor. O terceiro destaque do evento foi a startup weekend. O SEBRAE apoiou a iniciativa de alguns empreendedores para a realização deste evento, o qual teve fomento a diversas ideias que hoje são sucesso para Alagoas e para o Brasil, como é o caso da Tracto pro (aplicativo para elaboração em 5 min de proposta orçamentárias), Xoboi (e-acommerce para produtos de agronegócios) e Crowdmobi (aplicativo que analisa como estão os sinais das operadoras de celular). Por fim o evento que teve bastante peso na questão da internacionalização para esses negócios foi a capacitação que o SEBRAE/NA articulou com a APEX para treinarmos algumas startups que pudessem se submeter a realização de pitchs num evento no Vale do Silício, o Tech crunch Disrupt, onde houve 4 aprovadas no treinamento realizado com duas mentoras americanas, realizado todo em inglês.

O projeto Inclusão Digital através de Lan Houses teve convênio firmado em 2010 entre SEBRAE/AL e ITEC/AL. O objetivo do projeto foi a alfabetização digital de 50.000 cidadãos em Alagoas, por meio das lan houses que foram as ofertantes da plataforma de educação à distância. O SEBRAE além de ajudar a melhorar o índice de alfabetização digital no estado, também apoiou as lan houses para que pudessem melhorar sua gestão, diversificando seus serviços, profissionalizando-as como um centro de inclusão digital. Das 120 lan houses participantes do projeto, pelo menos 50 são parceiras do Governo do Estado e do Município em algumas ações, que esses entes públicos precisam capilarizar os serviços aos cidadãos, como por exemplo, a retirada de boletos de Darfs, IPTU, taxas, etc. Em dezembro de 2013, foram concluídos os 50.000 cidadãos

com alfabetização digital. Com esse resultado o Governo do Estado tem a intenção de efetivar um novo Convênio a partir de 2014.

Existente desde 2002, as empresas participantes do projeto APL Tecnologia da Informação, precisavam ser divididas em categoria de nível de evolução da gestão, visto que a maioria participou de diversas soluções do SEBRAE e não tínhamos soluções disponíveis para atender a muitas demandas. Diante desse fato, nossa primeira ação foi segregar por evolução da gestão e atender a necessidade real. Após uma reunião de planejamento ficou definido que a maioria das soluções tinha foco em temas técnicos específicos para o segmento de TI, dos quais não tínhamos como atender de imediato. Procuramos à parceria da Associação dos empresários de TI (Assespro) para que eles nos indicassem empresas que pudessem fazer os cursos demandados. Conseguimos trazer exatamente os 3 cursos técnicos que eles precisavam com resultados excelentes de satisfação geral.

Em maio de 2013, 10 empresários participaram da Feira Bits em Porto Alegre-RS onde por meio da Articulação da Assespro com a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e o Governo do Estado conseguiram um stand institucional para divulgar seus serviços e o APL-TI Alagoas. A participação na BITS 2013 possibilitou que o grupo de empresas do APL-TI pudesse ter acesso a novas tecnologias e manter contatos comerciais com várias empresas do Brasil, da América Latina e da Europa. Alguns desses contatos já geraram negócios de forma imediata e outros estão na forma de parceria para consolidação de negócios futuros representando R$ 1.703.000,00 (um milhão, setecentos e três mil reais) de negócios gerados.

Tratando-se do setor turístico, destacamos duas importantes conquistas: foi homologado em São Miguel dos Milagres, um dos municípios que compõe o APL Turismo Costa dos Corais, o Conselho Municipal de Turismo (CONTUR), que dada a sua característica de Conselho Municipal, é uma instância de planejamento participativo nas gestões locais, sendo constituído como um fórum deliberativo no tema turismo. E foi homologado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente em Japaratinga (CODEMA), que por tratar-se de um Conselho na esfera municipal, é um órgão consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência que deve assessorar o Poder Executivo do município nas questões ambientais.

Em termos de divulgação na mídia, a região Costa dos Corais teve destaque local e nacional como no programa Mais Você da rede Globo, o programa Feito pra Você e o Auto Esporte, ambos da afiliada da rede Globo TV Gazeta. Nestes programas foram mostrandas as belezas naturais e a preservação do meio ambiente, além do empreendedorismo dos atores locais.

Para potencializar a conquista e ampliação dos mercados, São Miguel dos Milagres recebeu o projeto “TAMO JUNTO”, com a realização de 07 eventos, entre eles o “Reveillon dos Milagres”, evento já consolidado no calendário nacional que gerou um volume de negócios da ordem de R$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais) durante 10 dias beneficiando os pequenos negócios da região.

Em novembro, através do fomento de turismo de eventos, a região de Maragogi e Japaratinga obteve uma taxa de ocupação média de 100% com a realização do 4º Festival Gastronômico da Lagosta de Maragogi e Japaratinga. Já no litoral sul com a realização da 3ª FLIMAR, em setembro, a taxa de ocupação média foi de 80%.

Ainda com foco no Turismo de Negócios e Eventos, a marca SEBRAE foi amplamente divulgada por meio de apoios e patrocínios a eventos, tais como o Festival Brasil Sabor, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), que movimentou 38 pequenos negócios, gerando a venda de 2.420 pratos, num montante de R$ 48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais) em 20 dias.

No artesanato como produção associada ao turismo, com o objetivo estratégico de potencializar a conquista e ampliação de mercados, foi criado e lançado o catálogo de Presentes Sustentáveis, contemplando 04 associações atendidas pelos projetos de turismo: Associação das Artesãs de Feliz Deserto, Associação dos Artesãos do Pontal de Coruripe, Associação das Bordadeiras de Penedo (Pontos e Contos) e o Centro de Apoio à Cultura do Município de Atalaia. Os produtos obedecem aos 3 pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. O volume de negócios articulados, entre os meses de setembro a dezembro, foi na ordem de R$ 41.300,00 (quarenta e um mil e trezentos reais).

Concretizamos o Empório SEBRAE, um estande com a exposição e venda de produtos artesanais no porto de Maceió durante a temporada de cruzeiros, o que gerou o montante de R$ 15.682,00 (quinze mil, seiscentos e oitenta e dois reais) em vendas de produtos.

No que tange à estruturação do processo de obtenção do registro da Identificação Geográfica – modalidade Indicação de Providência – do Bordado Filé junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), houve a criação do Conselho Regulador do Instituto da marca do mesmo e do caderno de normas que define os regulamentos que irão compor o estatuto da Associação Reguladora e detentora do Registro de IG junto ao INPI. Fruto de convênio com o Governo do Estado.

Atendendo a dois objetivos estratégicos, de potencializar a conquista e ampliação de mercados, e orientar e capacitar em gestão, tecnologia e processos foi firmada parceria com a grife nacional de roupas Cantão que desenvolveu uma coleção alto verão 2014 agregando o bordado filé às suas peças. O volume de vendas gerado para o Instituto Bordado Filé foi de R$ 78.000,00 para 38 artesãs.

Em consonância com o objetivo estratégico de Articular e fortalecer redes de parceiros em prol das MPE, além das ações do APL Turismo Caminhos dos São Francisco está em andamento o projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco, com investimentos do BID em 2013 da ordem de R$600.000,00.

Focando na formalização, em uma só associação artesanal de Penedo, transformaram-se em MEI 12 associadas de um total de 37 artesãs. Fruto de parcerias com associações representativas do setor de hospedagem em Maceió, convênios para divulgação dos destinos turísticos possibilitaram uma ocupação média anual em Maceió de 71,62%, sendo que na alta temporada, este número médio foi de 92%.

Resultados:

Indicadores e parâmetros utilizados: Previsto X Execução, % de Variação entre o Previsto Original e o Previsto Ajustado e % de Execução em relação ao Previsto Ajustado.

Tabela 16 R$ (mil)

Setor Serviços / Segmento Econômico	Projeto	Valor Previsto Anual 2013										
		Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Executado		Total	
		Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Executado	% Execução
Beleza e Bem-estar	Salões de Beleza em Maceió Entorno e Alto Sertão	0	0	0	185	0	185	0,0%	92	0	92	49,7%
Educação	Serviços Educacionais em Maceió	0	0	0	69	0	69	0,0%	13	0	13	18,8%
Serviços	Inclusão Digital através das Lan Houses em Alagoas	300	0	300	300	0	300	100,0%	300	0	300	100,0%
SETORIAL SERVIÇOS	Serviço em Maceió e Escritórios Regionais	1.407	0	1.407	1.928	0	1.928	137,0%	1.913	0	1.913	99,2%
	Serviços de Turismo e Economia Criativa em Maceió e entorno	912	0	912	1.584	0	1.584	173,8%	1.582	0	1.582	99,9%
Startups	Startups em Maceió e entorno	0	0	0	371	0	371	0,0%	227	0	227	61,2%
Tecnologia da Informação	APL Tecnologia de Informação Maceió - Etapa II	598	2.262	2.860	297	0	297	10,4%	218	0	218	73,3%
Turismo	APL Turismo Caminhos do São Francisco - Etapa II	70	335	405	161	335	496	122,5%	160	278	438	88,3%
	APL Turismo Lagoas e Mares do Sul - Etapa II	71	202	273	138	202	340	124,9%	138	278	416	122,1%
	APL Turismo na Costa dos Corais - Etapa II	70	200	270	165	200	365	135,3%	164	278	442	120,9%
Total		**3.427**	**2.999**	**6.426**	**5.199**	**737**	**5.936**	**92,4%**	**4.807**	**834**	**5.641**	**95,0%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb

Tabela 17

Segmento Econômico	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Beleza e Bem-estar	0	25	0,0%	147	588,0%
Educação	0	30	0,0%	9	30,0%
Serviços	120	120	100,0%	10	8,3%
SETORIAL SERVIÇOS	500	150	30,0%	2.614	1.742,7%
Startups	0	10	0,0%	101	1.010,0%
Tecnologia da Informação	65	0	0,0%	68	0,0%
Turismo	250	70	28,0%	200	285,7%
Total	**935**	**405**	**43,3%**	**3.149**	**777,5%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb
Nota: A coluna "Previsto Ajustado" do quadro "Quantidade de Empresas" não está contabilizando "Potenciais Empresários" como empresas, enquanto na coluna "Previsto Original" está considerando os "Potenciais Empresários". Esse procedimento foi alterado no SGE com a segmentação do público alvo na elaboração do PPA 2014-2017.

Análise/comentários sobre os percentuais de variações e execuções encontrados no Setor/Segmento, considerando os percentuais que deverão ser justificados, com variação e execução abaixo de 85% e acima de 115%.

O projeto Salão de Beleza em Maceió, entorno e Escritórios Regionais teve sua execução financeira baixa devido ao atraso na aprovação do projeto pelo SEBRAE/NA, que deveria ter sido em fevereiro de 2013 e foi aprovado em setembro de 2013, por este motivo, não houve tempo hábil para executar todas as ações.

A quantidade de empresas atendidas foi bem superior ao previsto devido ao excelente resultado alcançado junto aos empresários do segmento de beleza e bem-estar e a participação de vários empresários no seminário para Salões de Beleza na Feira do Empreendedor. O projeto atende ao grupo de empresários que iniciou em 2011 e as 56 novas empresas de salões que formaram uma nova turma em 2013.

O projeto Serviços Educacionais em Maceió também só foi aprovado pelo SEBRAE/NA em outubro de 2013, o que deveria ter ocorrido em fevereiro de 2013, por este motivo, não houve tempo hábil para executar todas as ações previstas com as 26 escolas já clientes do SEBRAE desde 2012 e que vinham sendo atendidas pelo projeto setorial.

Em relação ao projeto Serviços em Maceió e Escritórios Regionais**,** foram trabalhados diversos segmentos do setor de Serviços, atendendo 2.614 empresas captadas pelos Programas ALI, Negócio a Negócio e Território da Cidadania em diversas necessidades de melhoria na gestão dessas empresas.

O projeto Startup Maceió foi aprovado pelo SEBRAE/NA em agosto de 2013, o que deveria ter ocorrido em fevereiro de 2013, por este motivo, não houve tempo hábil para realizarmos todas as ações que estavam previstas.

Ressaltamos a adesão de 101 startups ao projeto que ao longo de 5 meses participaram das soluções de consultoria SEBRAE, reunião grupal, Feira do Empreendedor, eventos patrocinados pelo SEBRAE, dentre outros. A previsão era construir um grupo de no máximo 60 empresas ao longo dos 3 anos, porém, devido a alta adesão e contando com a atuação da Secretaria de Ciência e Tecnologia foi possível descobrir e buscar esses empreendedores, por isso rapidamente alcançamos uma quantidade que não imaginávamos, contribuindo para o resultado qualitativo do projeto.

No APL de Tecnologia da Informação a execução orçamentária baixa de 73,3% foi devido ao atraso na contratação do gestor para o APL que só ocorreu em novembro de 2013, com isso, o recurso de quase R$ 70.000,00 aportado pelo Governo do Estado para pagamento do mesmo ao longo do ano ficou sem execução até novembro. Neste APL, foram poucos os parceiros que atuaram com o SEBRAE/AL pois as ações de 2013 se concentraram em ações do próprio SEBRAE. Os recursos por parte do SEBRAE/AL foram reduzidos por determinação da Diretoria.

O percentual de investimentos do SEBRAE nos APL de Turismo superou o previsto devido a incorporação de recursos na ação "Governança do APL" em consequência de convênio firmado com o Governo do Estado. Houve também a incorporação de recursos para patrocínios a eventos na região e que movimentam a economia local, gerando emprego e renda para os atores locais, público destes projetos, como a Feira Literária de Marechal Deodoro (FLIMAR), 4º Festival Gastronômico da Lagosta de Maragogi e Japaratinga, e no São Francisco, o projeto Cinema no Balanço das Águas.

Quanto ao projeto Serviços de Turismo e Economia Criativa em Maceió e Entorno, o aporte de recursos financeiros no projeto foi expressivo em 2013, pois o SEBRAE aprovou apoios e patrocínios a eventos que pomovia o desenvolvimento, inovação e fortalecimento para os pequenos negócios do setor turístico.

O percentual de aporte financeiro nos APL Turismo Lagoas e Mares do Sul e APL Turismo Costa dos Corais, de 122,10% e 120,9% respectivamente devem-se principalmente a investimentos em participação em feiras maior que o previsto anteriormente informado pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR).

O projeto Serviços de Turismo e Economia Criativa em Maceió e Entorno atendeu a demandas por meio de soluções que contribuíram para o registro de mais empresas que o previsto, ocasionando o aumento no percentual de empresas atendidas. Como também, a inserção das empresas do setor atendidas pelo o projeto ALI e com a mudança na estratégia do programa Negócio a Negócio que previa inicialmente o atendimento apenas ao público de ambulantes e permitiu o atendimento também a empresas formalizadas, contribuindo para este aumento no número de empresas atendidas.

3.7.5 Territorial

Dados Gerais:

	Descrição
Tipo	Carteira de Projetos do Desenvolvimento Territorial
Finalidade	Atender, orientar e propor soluções em gestão empresarial para empreendedores e empresários de micro e pequenas empresas, seja presencial ou virtualmente, contribuindo para a ampliação do número de clientes (pessoas físicas e jurídicas) atendidas pela Instituição, por meio de um atendimento empresarial focado nas necessidades do público-alvo do SEBRAE; e contribuir para a ampliação do número de municípios com a Lei Geral regulamentada.
Descrição	Por meios dos projetos Negócio a Negócio, Orienta Fácil, Atendimento Individual, ALI - Agentes Locais de Inovação/AL e Territórios da Cidadania, foram realizadas diversas ações contribuindo para o alcance dos resultados finalísticos junto ao público-alvo dos projetos, como aumento da renda, da produção, das vendas, implementação da lei geral, etc.
Diretores responsáveis pelas decisões estratégicas	Marcos Antonio da Rocha Vieira e Ronaldo de Moraes e Silva
Unidades Executoras	Desenvolvimento Territorial, Atendimento Individual, Capacitação Empresarial, Acesso a Inovação e Tecnologia, Acesso a Serviços Financeiros.
Gerentes das Unidades Executoras	Filomena de Fátima Aguiar Santos, Marcos Antônio Gonçalves de Alencar, Silvia Cerqueira Chamusca, Sandra Maria Vilela Moraes, Sergio de Almeida Vieira.
Responsáveis pela execução das Unidades	Filomena de Fátima Aguiar Santos, Marcos Antônio Gonçalves de Alencar, Silvia Cerqueira Chamusca, Sandra Maria Vilela Moraes, Sergio de Almeida Vieira.

Desempenho dos segmentos do setor e principais projetos com seus resultados e entregas.

Os projetos que fazem parte da carteira de projetos Territorial contemplam um conjunto de clientes de um mesmo território. Esses projetos contribuem não só para as metas das unidades coordenadoras, como também, geram demandas para as outras unidades, impactando desta forma no alcance das metas mobilizadoras do SEBRAE/AL.

Os 06 Projetos dos Territórios da Cidadania de Alagoas vinculados ao Programa Nacional SEBRAE nos Território da Cidadania, visam fomentar e fortalecer os micro e pequenos empreendimentos existentes nos municípios que compõem os territórios delineados pelo Governo Federal. Essas localidades são caracterizadas por elevada desigualdade socioeconômica, baixo dinamismo empresarial, alta concentração de beneficiários de programas sociais, baixos índices de desenvolvimento humano, dentre outros. Diante desse cenário, foram implementadas ações de atendimento individual e coletivo para os diversos segmentos econômicos existentes, bem como a

criação de um ambiente favorável aos negócios por intermédio da implementação da Lei Geral da MPE, visando o desenvolvimento sustentável dessas localidades.

Resultados e entregas

Os resultados alcançados pelo Programa SEBRAE nos Territórios da Cidadania em Alagoas em 2013 foram:

- O programa Negócio a Negócio, implementado pelo SEBRAE em todo o país atendeu em 33 municípios que fazem parte dos Territórios da Cidadania em Alagoas mais de 3.600 negócios, ofertando informações técnicas e gerenciais e promovendo o acesso à orientação e consultoria, bem como, soluções de educação e tecnologias disponíveis. O programa nos 06 Territórios da Cidadania realizou: 3.638 horas de consultoria e 7.276 orientações técnicas.
- Nos 33 (trinta e três) municípios foram realizadas 35 (trinta e cinco) ações empreendedoras, sendo 08 (oito) na Mata Alagoana, 05 (cinco) no Médio Sertão, 04 (quatro) no Litoral Norte, 03 (três) no Alto Sertão, 10 (dez) no Agreste e 03 (três) na Bacia Leiteira.
- A Unidade de Políticas Públicas (UPP) apoiou a Implementação da Lei Geral em 51 municípios.

Esses resultados contribuíram para realização das metas mobilizadoras: 1 - Ampliar o número de empresas atendidas, com as ações no programa Negócio a Negócio e Ação Empreendedora; 3 - Atendimento a Microempreendedores Individuais com a realização de 35 ações empreendedoras, onde foram formalizados 256 Empreendedores Individuais; e 6 - Ampliação do número de municípios com a Lei Geral implementada, conseguindo implementar a Lei em 51 municípios alagoanos.

Resultados:
Indicadores e parâmetros utilizados: Previsto X Execução, % de Variação entre o Previsto Original e o Previsto Ajustado e % de Execução em relação ao Previsto Ajustado

Tabela 18 R$ (mil)

Setor Territorial /Segmento Econômico	Projeto	Valor Previsto Anual 2013										
		Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Executado		Total	
		Sebrae	Parceiro	Total	Sebrae	Parceiro	Total		Sebrae	Parceiro	Executado	% Execução
Desenvolvimento Territorial	Atendimento Maceió e entorno	1.931	0	1.931	3.820	0	3.820	197,8%	3.481	0	3.481	91,1%
Desenvolvimento Territorial	Crédito em Maceió e entorno	181	0	181	155	0	155	85,6%	125	0	125	80,5%
Desenvolvimento Territorial	Educação Empreendedora em Maceió e Escritórios Regionais	956	0	956	1.597	0	1.597	167,0%	1.267	0	1.267	79,3%
Desenvolvimento Territorial	Feira do Empreendedor	1.050	125	1.175	1.066	0	1.066	90,7%	1.040	0	1.040	97,6%
Desenvolvimento Territorial	Sebrae/AL no Território da Cidadania Agreste de Alagoas	418	0	418	449	0	449	107,4%	447	0	447	99,5%
Desenvolvimento Territorial	Sebrae/AL no Território da Cidadania Alto Sertão de Alagoas	237	0	237	243	0	243	102,7%	241	0	241	99,4%
Desenvolvimento Territorial	Sebrae/AL no Território da Cidadania Bacia Leiteira de Alagoas	317	0	317	322	0	322	101,5%	310	0	310	96,4%
Desenvolvimento Territorial	Sebrae/AL no Território da Cidadania Litoral Norte de Alagoas	258	0	258	311	0	311	120,8%	310	0	310	99,7%
Desenvolvimento Territorial	Sebrae/AL no Território da Cidadania Mata Alagoana de Alagoas	298	0	298	375	0	375	126,0%	372	0	372	99,2%
Desenvolvimento Territorial	Sebrae/AL no Território da Cidadania Médio Sertão de Alagoas	279	0	279	284	0	284	101,9%	279	0	279	98,4%
Total		**5.924**	**125**	**6.049**	**8.621**	**0**	**8.621**	**142,5%**	**7.872**		**7.872**	**91,3%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb

Tabela 19

Segmento Econômico	Quantidade de Empresas				
	Previsto Original	Previsto Ajustado	% Variação	Empresas Atendidas	% Execução
Desenvolvimento Territorial	9.272	5.558	59,9%	24.879	447,6%
Total	**9.272**	**5.558**	**59,9%**	**24.879**	**447,6%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME)
Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga e SIACweb
Nota: A coluna "Previsto Ajustado" do quadro "Quantidade de Empresas" não está contabilizando "Potenciais Empresários" como empresas, enquanto na coluna "Previsto Original" está considerando os "Potenciais Empresários". Esse procedimento foi alterado no SGE com a segmentação do público alvo na elaboração do PPA 2014-2017.

Análise/comentários sobre os percentuais de variações e execuções encontrados no Setor/Segmento, considerando os percentuais que deverão ser justificados, com variação e execução abaixo de 85% e acima de 115%.

Os projetos Atendimento Maceió e entorno e Educação Empreendedora em Maceió e Escritórios Regionais tiveram incorporações de recursos superior a 115% entre o previsto original e ajustado, devido demandas de empresas captadas pelos Programas ALI e Negócio a Negócio, como também eventos apoiados pelo SEBRAE como Semana do Empreendedor.

No projeto de Crédito em Maceió e entorno a baixa execução foi decorrente do atraso na constituição formal da Cooperativa de Crédito do Agreste Alagoano, restringindo a aplicação do recurso previsto.

O projeto Educação Empreendedora em Maceió e Escritórios Regionais apresentou uma execução de 79,3% devido à captação extra de recursos do SEBRAE/NA em outubro de 2013, no valor de R$ 252.969,00, por meio do edital 001/13 de Educação Empreendedora do SEBRAE/NA para apoiar ações nos anos de 2014 e 2015 que incentivem o Empreendedorismo no ambiente universitário e que não conseguiram ser repassados para as Instituições de Ensino Superior até dezembro de 2013, em virtude dos trâmites de negociação e ajustes do instrumento jurídico que será firmado entre o SEBRAE/AL e as mesmas.

Nos projetos SEBRAE/AL no Território da Cidadania Litoral Norte de Alagoas e SEBRAE/AL no Território da Cidadania Mata Alagoana de Alagoas tiveram incorporação de recursos superior a 115% entre o previsto original e ajustado, devido a ampliação das demandas geradas nos territórios com a disponibilização de soluções para os empresários que manifestaram interesse em iniciar ou ampliar seus empreendimentos.

O aumento de 447,6% na quantidade de empresas atendidas foi em virtude da ampliação das estratégias de atendimento e o apoio das estratégias de divulgação nas mídias sociais, por meio de atendimentos efetuados com abordagem à distância. Com o avanço da tecnologia de atendimento e relacionamento, cada vez mais ampliaremos a participação de clientes online, reduzindo o tempo de espera dos mesmos e oferecendo, de forma contínua, as soluções.

4. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

4.1. Estrutura de Governança

A Estrutura de Governança do SEBRAE/AL está regulamentada em seu Estatuto Social e em Regimentos Internos aprovados mediante Resoluções a saber: CDE nº 201/2009 - Estatuto Social Resolução CDE nº 002/2011 - Regimento Interno do SEBRAE/AL, Resolução CDE nº 003/2011 – Regimento Interno Conselho Deliberativo Estadual de Alagoas, Resolução CDE nº 004/2011 – Regimento Interno do Conselho Fiscal, sendo composta pelas seguintes instâncias a saber:

Conselho Deliberativo Estadual (CDE) - o Conselho Deliberativo Estadual é o órgão colegiado de direção superior, detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/AL e exerce suas prerrogativas fundamentalmente nas esferas do estabelecimento de princípios e diretrizes, do planejamento, da coordenação e da supervisão das atividades do SEBRAE/AL, simultaneamente com o exercício de ações preventivas e concernentes ao poder de correição.

Conforme disposto no Art. 12 do Estatuto Social do SEBRAE/AL compete ao CDE, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação pertinente, no Estatuto Social e nos Regimentos Internos do SEBRAE/AL:

I. Eleger, o seu Presidente, dentre os membros titulares do Conselho Deliberativo Estadual, para o mandato de 04(quatro) anos, com o voto concorde, no mínimo, de oito (08) conselheiros em reunião especialmente convocada para esse fim;
II. Eleger, com o voto concorde, no mínimo de oito (8) conselheiros, o Diretor Superintendente e os demais Diretores do SEBRAE/AL e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim;
III. Destituir “ad nutum” ou em decorrência da representação de que trata o § 9º deste artigo, com o voto concorde, no mínimo, de onze (11) conselheiros, em reunião especialmente convocada para este fim, o Diretor Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal, titular ou suplente ;
IV. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva que levará em conta a realidade regional e que não poderá exceder a paga pelo SEBRAE;
V. Elaborar e aprovar o Regimento Interno do próprio CDE;
VI. Estabelecer, mediante resolução específica, regras sobre o processo de eleição de seu Presidente, do Diretor Superintendente e demais
VII. Diretores e dos membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, observadas as normas que a respeito o CDN tiver baixado;
VIII. Decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens, com o voto concorde de, no mínimo, treze (13) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim;
IX. Deliberar sobre a alteração do presente Estatuto, com o voto concorde de, no mínimo, onze (11) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim;
X. Interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, com o voto concorde de, no mínimo, oito (08) conselheiros;
XI. Fiscalizar a execução das ações, projetos, programas e convênios, a cargo da Diretoria Executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE, como do SEBRAE/AL e das resoluções do CDN e da Diretoria Executiva do SEBRAE;

XII. Apresentar ao CDN proposições fundamentadas, relacionadas com a integridade, eficácia e ampliação das ações do Sistema SEBRAE;
XIII. Designar os representantes do SEBRAE/AL em órgãos colegiados de instituições estaduais, observada a competência de que trata o art. 20, inciso X, do Estatuto.

De acordo com o Art. 7º do Regimento Interno do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/AL, são atribuições do CDE além do estabelecido no art. 12 do Estatuto Social:

I. Promover ampla discussão acerca das diretrizes para a elaboração de planos, projetos e programas do SEBRAE/AL;
II. Aprovar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual, bem como as alterações que se fizerem necessárias, a serem encaminhadas ao Conselho Deliberativo Nacional para que este, após consolidação e inserção de tais pelas nas propostas de Plano Plurianual e de Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, os aprove, observados o Direcionamento Estratégico e as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual definidos pela Conselho Deliberativo Nacional;
III. Eleger o seu Presidente, com o voto concorde de no mínimo oito (08) conselheiros, para um mandato de quatro (04) anos, vedada a recondução;
IV. Eleger os membros da Diretoria Executiva e os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, para um período de quatro (04) anos, sendo exigido voto concorde de no mínimo oito (08) conselheiros, permitida a recondução;
V. Decidir sobre os pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, dispondo a respeito da concessão;
VI. Fiscalizar a execução das ações, projetos, programas e convênios, a cargo da Diretoria Executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE/AL;
VII. Analisar periodicamente os relatórios de execução técnica e orçamentária a cargo da Diretoria Executiva, emitindo as recomendações que entender pertinentes;
VIII. Constituir comissões especiais, de caráter temporário, compostas por membros do colegiado, para estudo e emissão de parecer sobre matérias relevantes e específicas para o SEBRAE/AL, caso seja verificada a sua necessidade;
IX. Interpretar o Estatuto Social do SEBRAE/AL e o Regimento, decidindo sobre os casos omissos, com o voto concorde de, no mínimo, oito (08) conselheiros;
X. Deliberar a alteração do presente Regimento, bem como dos Regimentos do Conselho Fiscal e do SEBRAE/AL com o voto concorde de, no mínimo, onze (11) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim.

Conselho Fiscal (CF) - o Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira.

Conforme disposto no Art. 14 do Estatuto Social compete ao Conselho Fiscal:

I. Eleger o seu Presidente;
II. Elaborar proposta de seu Regimento Interno e submetê-lo ao CDE;
III. Examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do SEBRAE/AL;

IV. Emitir pareceres sobre balancetes de verificação ou realizar exames específicos, sempre que o CDE solicitar;
V. Emitir parecer, quando solicitado pelo CDE, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis;
VI. Acompanhar a implementação, se for o caso, de medidas relacionadas com as recomendações da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE e de órgãos de controle externo.

De acordo com o Art. 2 do Regimento Interno do Conselho Fiscal, são atribuições além do disposto no Art. 14 do Estatuto Social;

I. Idem item I do Estatuto Social;
II. Elaborar proposta de seu Regimento Interno, e respectivas alterações, e submetendo-as ao CDE;
III. Idem item III do Estatuto Social;
IV. Idem item IV do Estatuto Social;
V. Idem item V do Estatuto Social;
VI. Atender a outras demandas do CDE não expressamente previstas neste artigo relativamente a matérias de sua competência;
VII. Idem item VI do Estatuto Social.

DIRETORIA EXECUTIVA (DIREX) - é o órgão colegiado de natureza executiva, é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/AL e está composta da seguinte forma:

Superintendência:

São competências do Diretor Superintendente de acordo com o Art. 21 do Estatuto Social:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções e decisões do CDN, as resoluções do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/AL, nos termos do art. 16 deste Estatuto;
II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
III. Baixar os atos e as resoluções aprovadas pela Diretoria Executiva;
IV. Coordenar as ações operacionais desenvolvidas nas áreas de atuação setorial dos demais Diretores;
V. Decidir sobre a demissão e demais atos de movimentação de pessoal, processar a admissão, bem como operacionalizar o Sistema de Gestão de Pessoas que contempla o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários e os respectivos reajustes, os critérios de avaliação de desempenho e os benefícios do SEBRAE/AL;
VI. Decidir sobre a demissão e demais atos de movimentação de pessoal, bem como processar a admissão, neste caso observados art. 12, § 2º, alínea i e o art. 21, inciso IX, deste Estatuto;
VII. Prover as funções de confiança previstas na estrutura operacional do SEBRAE/AL, ressalvado o disposto nos incisos VIII e IX do art. 20 deste Estatuto;
VIII. Supervisionar e coordenar, em conjunto com os demais Diretores, a elaboração das propostas que devam ser submetidas ao CDE, em conformidade com o que dispõe o presente Estatuto;

IX. Representar o SEBRAE/AL, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, ressalvados os casos em que o Estatuto exija a assinatura de outro Diretor; e,
X. Assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e quaisquer instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receita, na prestação de garantia ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos.

Conforme disposto no Art. 7º do Regimento Interno a Articulação Interna e Institucional é desenvolvida principalmente pelo Diretor Superintendente e consistem na articulação das ações das Diretorias, na relação com os membros do Conselho, na representação e comunicação com as outras instituições, parceiros, clientes e a comunidade em geral e abrangem sem prejuízo do disposto no art. 21 do Estatuto Social, os seguintes itens:

I. Promover a articulação de rede de parceiras, com instituições públicas e privadas, visando o fortalecimento das ações voltadas aos pequenos negócios;
II. Estimular a integração do SEBRAE/AL visando a sua unidade de propósitos, convergência de ações, modernização administrativa, atualização técnica e constante adaptação às mudanças.

Diretor Superintendente: Marcos Antonio da Rocha Vieira

Diretoria Técnica:

De acordo com o Art. 8º do Regimento Interno do SEBRAE/AL a responsabilidade do Diretor Técnico compreende a Gestão Técnica dos negócios do SEBRAE/AL. A orientação, implementação e acompanhamento das ações baseadas nas políticas e diretrizes expressas no Direcionamento Estratégico da Entidade, mediante o desenvolvimento de metodologias, tecnologias e instrumentos de apoio, assim como a promoção da interdependência das ações do SEBRAE/AL e abrange, sem prejuízo do disposto no art. 22 do Estatuto Social, os seguintes itens:

I. Prospectar, coordenar e supervisionar a implantação e a avaliação dos projetos e atividade de caráter técnico, que compõem o Plano de Trabalho aprovado pelo CDE/AL;
II. Estabelecer formas de monitoramento da efetividade da atuação do SEBRAE/AL e seu impacto nas empresas beneficiadas de sua ação;
III. Identificar, selecionar e desenvolver novas metodologias e tecnologias que visem, à ampliação e o aprimoramento do apoio aos empreendimentos de micro e pequeno porte;
IV. Identificar e apoiar a implementação de ações na área de cooperação com Instituições parceiras.

Diretor Técnico: Ronaldo de Moraes e Silva

Diretoria de Administração e Finanças:

Conforme disposto no Art. 9º do Regimento Interno a responsabilidade do Diretor de Administração e Finanças compreende a Gestão Administrativa e Financeira da organização, a coordenação, a execução e o controle das atividades administrativas do SEBRAE/AL e abrangem sem prejuízo do disposto no art. 22 do Estatuto Social, os seguintes itens:
I. Gerir os recursos materiais e financeiros que o SEBRAE/AL necessita;
II. Propor normas administrativas de funcionamento do SEBRAE/AL;

III. Controlar a execução da gestão administrativa e financeira, visando submeter os resultados obtidos ao CDE;
IV. Definir diretrizes para a implantação e operacionalização dos sistemas de informações gerenciais e/ou operacionais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões;
V. Nortear as unidades operacionais quanto aos métodos e processos de modernização necessários ao aprimoramento de suas atividades;
VI. Analisar balancetes mensais e cumulativos para acompanhamento da execução financeira e contábil do SEBRAE/AL.

Diretor de Administração e Finanças: José Roberval Cabral da S. Gomes

Compete também ao Diretor de Administração e Finanças e ao Diretor Técnico de acordo com o Art. 22 do Estatuto Social:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, as diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções e decisões do CDN, do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/AL, nos termos do art. 16 deste Estatuto;
II. Participar das reuniões da Diretoria Executiva, podendo solicitar ao Diretor Superintendente que as convoque;
III. Planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as ações das unidades funcionais sob sua supervisão;
IV. Indicar ao Diretor Superintendente as pessoas que exercerão as funções de confiança das unidades funcionais sob sua supervisão;
V. Submeter à apreciação da Diretoria Executiva o seu plano anual de trabalho e correspondente orçamento, bem como suas eventuais alterações;
VI. Apresentar à Diretoria Executiva o relatório de acompanhamento semestral das unidades funcionais sob sua supervisão;
VII. Acompanhar a execução físico-financeira do Orçamento Anual do SEBRAE/AL;
VIII. Assinar, em conjunto com o Diretor Superintendente, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e demais instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receitas, na prestação de garantias ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos;
IX. Substituir o Diretor Superintendente nos casos de afastamento ou impedimento temporário em suas ausências e impedimentos;
X. Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, qualquer Diretor poderá delegar suas atribuições a outros Diretores ou a ocupante de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade e com prazo determinado.

A UJ ainda dispõe de uma Unidade de Auditoria Interna, onde suas respectivas competência e atribuições estão detalhadas nos itens 2.3, 4.4 e 8.3 deste Relatório de Gestão, além de ter instituído na Entidade o Comitê de Segurança da Informação e o Comitê Gestor do Modelo de Excelência da Gestão (MEG) detalhados nos itens 6.3 e 6.4 respectivamente.

4.2.Dirigentes e Membros de Conselhos

Tabela 20

Nome	Segmento	Entidade	Função	Período de Gestão	
				Início	Fim
Maria Célia Nacfur Sfair Macedo	CDE	SEBRAE	Conselheira Titular	01.01.11	31.12.14
Reginaldo Barrosos de Resende	CDE	SEBRAE	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Wilton Malta de Almeida	CDE	FECOMÉRCIO	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
José Antônio Vieira	CDE	FECOMÉRCIO	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela	CDE	FIEA	Conselheira Titular	01.01.11	31.12.14
Walter Luiz Jucá Sá	CDE	FIEA	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Álvaro Arthur Lopes de Almeida	CDE	FAEAL	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
Luiz Fernando Santana Dória	CDE	FAEAL	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Kennedy Davidson Pinaud Calheiros	CDE	FEDEALAGOAS	Conselheiro Titular	26.06.12	25.06.16
Allan Teixeira de Barbosa	CDE	FEDERALAGOAS	Conselheiro Suplente	26.06.12	25.06.16
Egnaldo Pedro da Silva	CDE	FCDL	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
Wilson Barreto Prado	CDE	FCDL	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Antônio César de Santana	CDE	BNB	Conselheiro Titular	22.10.12	21.10.16
Carlos Henrique de Moura Plech	CDE	BNB	Conselheiro Suplente	19.11.13	18.11.17
Luiz Gonzaga Paes Landim	CDE	SUDENE	Conselheiro Titular	01.06.12	31.05.16
Carlos Almiro Moreira Pinto	CDE	SUDENE	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Luiz Otávio Gomes	CDE	SEPLANDE	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
Keylle André Bida de Lima	CDE	SEPLANDE	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Eurico de Barros Lôbo Filho	CDE	UFAL	Conselheiro Titular	01.12.11	31.12.14

Rachel Rocha de Almeida Barros	CDE	UFAL	Conselheira Suplente	01.12.11	31.12.14
Marcos Augusto Parisi Ticianeli	CDE	BB	Conselheiro Titular	11.04.13	10.04.17
Paulo Cezar Alves Andrade	CDE	BB	Conselheiro Suplente	09.10.12	08.10.16
Hérbert Buenos Aires de Carvalho	CDE	CEF	Conselheiro Titular	21.07.11	31.12.14
Kleber Jurema da Rocha	CDE	CEF	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Klécio José dos Santos	CDE	PINDORAMA	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
Carlos Roberto Santos	CDE	PINDORAMA	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
José Geminiano Acioli Jurema	CDE	AMICRED	Conselheiro Titular	26.06.12	25.06.16
João Ferro Novaes Neto	CDE	AMICRED	Conselheiro Suplente	26.06.12	25.06.16
José Carlos Lyra de Andrade	CDE	IEL	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
José da Silva Nogueira Filho	CDE	IEL	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14
Francisco de Assis Braga Soares	FISCAL	FIEA	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
Ricardo Lopes de Meira Barbosa	FISCAL	FAEAL	Conselheiro Titular	17.06.13	31.12.14
Eduardo José de Souza Santos	FISCAL	UFAL	Conselheiro Titular	01.01.11	31.12.14
Ricardo Quintella Gomes de Barros	FISCAL	FEDERALAGOAS	Conselheiro Suplente	17.06.13	31.12.14
Iêda Valéria Barbosa Cavalcante	FISCAL	BNB	Conselheira Suplente	01.01.11	31.12.14
José Leonardo Costa Marques	FISCAL	FCDL	Conselheiro Suplente	01.01.11	31.12.14

4.3. Remuneração a Dirigentes

De acordo com o Art.35 do Estatuto Social do SEBRAE/AL é principio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A Remuneração dos seus diretores está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 21

Cargo	Remuneração Mínima	Remuneração Máxima
Diretor	**18.349,52**	**19.878,67**
Nota informativa: o Sistema Sebrae não está vinculado ao limite de teto remuneratório da administração pública federal conforme Acórdão n° 2.788/2006 - 1° Câmara - TCU.		
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas		

Outras informações referentes à remuneração da diretoria (superintendência, financeira e técnica).

Tabela 22

Descrição	**31/12/2013**
Salários e proventos	734.588
13º salário	18.350
Férias	47.439
Encargos trabalhistas	222.235
Benefícios	141.671
Total	**1.164.283**
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas	

4.4. Atuação da Auditoria

a) O processo de escolha do dirigente da unidade de auditoria interna;

A Diretoria Executiva no uso das atribuições que lhe conferem o art.16, inciso III do Estatuto Social e o art.6º, inciso V do Regimento Interno, visando à alteração da estrutura organizacional prevista no Regimento Interno, adequando as equipes compostas por empregados em atividade laboral às necessidades atuais do SEBRAE/AL, indicou através da Resolução DIREX 002/2011 para exercer o cargo de gerente da Unidade de Auditoria Interna a colaboradora que já exercia a função de auditora.

b) O posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da entidade;

A Unidade de Auditoria Interna está hierarquicamente subordinada ao Diretor Superintendente, conforme Organograma da Entidade.

c) A avaliação dos controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios contábeis e financeiros;

Os procedimentos internos para a emissão de relatórios contábeis e financeiros são realizados de forma integrada através de sistema informatizado, as informações geradas através dos Balancetes são analisadas pelo setor de contabilidade ao final de cada competência.

A empresa de auditoria externa é contratada pelo SEBRAE/NA através de processo licitatório, tendo o SEBRAE/AL feita a adesão ao contrato que tem por objeto analisar trimestralmente as Mutações Orçamentárias, Financeiras e Patrimoniais, com emissão do Parecer das Demonstrações Intermediárias e Emissão de Opinião de Auditoria sobre Demonstrações de Encerramento do Exercício Social, visando atender a exigência legal para emissão de Parecer sobre a adequação com que estas representam a posição Patrimonial e Financeira, o Resultado das Operações, a Mutação do Patrimônio Liquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto em consonância com as Normas Brasileira de Contabilidade e a legislação especifica do Sistema SEBRAE.

Como parte do plano de atividades de auditoria externa, são realizadas anualmente duas auditorias sendo uma auditoria realizada no modelo COSO, com vistas a diagnosticar os controles internos e a oportunidade de melhoria dos processos e outra auditoria baseada no modelo COBIT que visa avaliar os controles internos e procedimentos relativos ao processamento eletrônico de dados.

A Unidade de Gestão Estratégica, através da contabilidade prepara um documento denominado "Relatório Gerencial", esse relatório está composto das informações contábil financeira e orçamentária e do parecer da auditoria externa, o relatório em comento é encaminhado a alta administração, aos Membros do Conselho Fiscal para avaliação e aprovação das contas que fica registrado em ata das reuniões realizadas a cada trimestre.

d) A instância da administração responsável pela instituição e manutenção de uma estrutura e procedimentos de controles internos adequados para a elaboração das demonstrações financeiras e para garantir o atendimento dos objetivos estratégicos;

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Contábeis CPC 21 R1 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela manutenção dos controles internos adequados e procedimentos que propiciem segurança razoável, embora não absoluta, de que haja um adequado gerenciamento dos principais riscos que possam afetar os seus negócios e do completo e fidedigno registro das operações para uma adequada apresentação dos resultados. No entanto, em razão das limitações inerentes a qualquer sistema, haverá sempre a possibilidade de erros ou irregularidades não serem detectados pelos controles internos.

e) Práticas, método ou padrão de avaliação dos controles internos que são adotados pela entidade;

Para avaliação de riscos e controles é utilizada a Metodologia com Foco em Riscos implantado pela KPMG em parceria com a Unidade de Auditoria Interna em meados de 2011 e baseada no modelo COSO-ERM reconhecido mundialmente.

f) Se há e como são feitos a avaliação e o ateste periódicos da eficácia dos controles internos pela Alta Administração;

A Alta Administração utiliza-se da Metodologia de Auditoria com Foco em Riscos, que consiste em uma abordagem *top-down* ("de cima para baixo"), com enfoque nos riscos estratégicos, que auxilia a organização na tomada de decisão. A análise estratégica proporciona uma compreensão inicial do negócio de uma organização a partir de uma perspectiva de cima para baixo (*top-down*). A fase de análise estratégica da Metodologia fornece elementos para ajudar a identificar as questões que tenham relevância para o SEBRAE e o ramo de atuação em que opera.
A intensidade e o escopo da análise estratégica desempenhada podem variar significativamente, em razão:

- das necessidades do SEBRAE.
- das expectativas.
- das limitações de orçamento.
- das considerações de novos clientes *versus* clientes existentes.

g) Síntese das conclusões da auditoria independente se houver, sobre a qualidade dos controles internos;

A empresa de Auditoria Externa (KPMG) a cada trimestre emite um relatório denominado "Relatório Circunstanciado", que trata sobre os controles internos e os procedimentos contábeis. Neste relatório está descrito os procedimentos adotados pela Entidade e o seu sistema de controles internos, através de revisão efetuada com base em testes por amostragem, com vistas a fornecer subsídios para a determinação da natureza, extensão e época de aplicação dos procedimentos de revisão, e, portanto, não constitui um exame especifico dos controles. Ainda nessa linha, a auditoria externa realizar anualmente auditoria em um processo especifico utilizando a modelo COSO, o foco desse trabalho está vinculado a identificação e análise dos controles e riscos que podem afetar os negócios da Entidade através daquele processo.

h) A forma de comunicação sistemática à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, se for o caso, sobre riscos considerados elevados assumidos pela gerência ao não implementar as recomendações da Auditoria Interna, bem como, a forma em que ocorre a certificação de que a alta gerência toma conhecimento e aceita os riscos pela não implementação das recomendações feitas pela auditoria interna.

Os processos identificados na Matriz de Riscos foram auditados pelos auditores internos e auditores da auditoria independente, o resultado dos trabalhos foi apresentado através do documento denominado "Sumário Executivo" a Alta Administração, Gerente da Unidade auditada e outros *stakeholders*, as informações constantes nesse documento proporciona à difusão dos Riscos identificados durante os trabalhos, à probabilidade de ocorrem e seu impacto, o plano de ação é definido previamente pelo gestor do processo com vistas à mitigação dos riscos identificados decorrentes da fragilidade dos controles.

4.5. Avaliação dos Controles Internos

Tabela 23

QUADRO A.4.5 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	**VALORES**				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**X**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**X**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					**X**
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			**X**		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**X**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					**X**
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					**X**
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que					**X**

possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					**X**
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**X**
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					**X**
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**X**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**X**

Análise Crítica: Com base nas informações do Quadro, a UJ deve fazer análise concisa dos principais pontos exaltados pelas informações do Quadro. Na análise, a UJ deve contemplar, também, a descrição da metodologia utilizada pela UJ para analisar os quesitos e as áreas envolvidas no processo de avaliação. A análise crítica poderá ser feito na forma de texto, fora do Quadro.

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

4.6. Sistema de Correição

Com abrangência estadual e integrando a Assessoria da Diretoria Executiva do SEBRAE Alagoas, a Ouvidoria atua como interlocutora da Ouvidoria Nacional, e com o acolhimento das demais manifestações advindas através de outros canais de atendimento disponíveis ao clientes, entre eles: central de relacionamento, redes sociais, entre outros. Conta com uma Ouvidora capacitada pela Universidade Corporativa do SEBRAE e certificada pela Associação Brasileira de Ouvidores e Ombudsman.

Sem exceção, todas as ocorrências registradas pelos clientes e demais partes interessadas são encaminhadas pela Ouvidoria às unidades responsáveis para tratamento e encaminhamento de soluções, atuando de forma sistêmica e estratégica, fomentando a promoção da melhoria continua do processo de trabalho e a busca de soluções efetivas.

Em 2013, as manifestações, em sua maioria, se referem a reclamações e solicitações de atendimento dos clientes, cujas necessidades foram identificadas e tratadas pelo SEBRAE Alagoas. Foram 28 manifestações de clientes externos sendo todas concluídas e dado o tratamento adequado. Do total de 28 manifestações, 13 foram manifestações típicas de Ouvidoria e 15 foram identificadas como solicitações de atendimento, sendo então encaminhadas imediatamente a Unidade de Atendimento Empresarial.

Os documentos que disciplinam e orientam as atividades da Ouvidoria no SEBRAE Alagoas , são o Código de Ética SEBRAE; a Política de Atuação nas Redes Sociais e a Política de Segurança da Informação e Comunicação, que juntas constituem as principais referencias normativas da Ouvidoria.

A Ouvidoria SEBRAE dispõe de canal, com formulário próprio, no portal www.sebrae.com.br ,para receber e encaminhar as denuncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios do público externo e interno, colaboradores, gestores, dirigentes e conselheiros, e proporcionar atendimento à essas manifestações que podem ser identificadas ou anônimas e realizadas pessoalmente, por telefone ou por meio eletrônico.

Em caso de denuncias, a Comissão de Ética é acionada para decisão da forma de encaminhamento a ser dado às ocorrências. No ano de 2013, não houve denuncia de atos contra o patrimônio do SEBRAE/AL, ou outros tipos de denúncia.

Com a perspectiva da qualidade na gestão, a Ouvidoria atende o público externo, em especial os clientes dos produtos SEBRAE, os fornecedores e partes interessadas na atuação do Sistema SEBRAE. Dá tratamento às manifestações atuando na busca de soluções, identificando tendências para recomendar e orientar o SEBRAE Alagoas.

Abaixo segue a tabela com as informações referente as demandas oriundas da Ouvidoria em 2013 do SEBRAE/AL.

Tabela 24

OUVIDORIA 2013			
Estado	**Manifestações Ouvidoria**	**Em aberto**	**Concluídas**
AL	13	0	13
Fonte: Chefia de Gabinete / Ouvidoria SEBRAE/AL			

5. Programação e Execução Contábil e Financeira

5.1. Programação Orçamentária das Receitas e Despesas

Demonstração das Receitas e Despesas discriminadas por natureza, previsão e execução efetiva, justificando as eventuais oscilações significativas, com percentuais de variação abaixo de 15% e acima de 15%, entre valores previstos e executados.

Tabela 25 R$ (mil)

Balanço Orçamentário - Execução Orçamentária													
Receitas	**Previsão**			**Execução**			**Despesas**	**Previsão**			**Execução**		
	Original (a)	**Ajustada (b)**	**% Variação (b/a)**	**(c)**	**% (c/a)**	**% (c/b)**		**Original (a)**	**Ajustado (b)**	**% Variação (b/a)**	**(c)**	**% (c/a)**	**% (c/b)**
Receitas Correntes	**41.935**	**49.950**	**19,1%**	**50.015**	**119,3%**	**100,1%**	**Despesas Correntes**	**40.064**	**52.001**	**29,8%**	**49.183**	**122,7%**	**94,5%**
Contribuição Social Ordinária - CSO	31.135	32.118	3,2%	32.118	103,2%	100,0%	Pessoal, Encargos e Benefícios	15.163	15.385	1,5%	15.047	99,2%	97,8%
Contribuição Social do Sebrae/NA - CSN	6.860	8.667	26,3%	7.972	116,2%	92,0%	Serviços Profissionais e Contratados	15.014	23.011	53,3%	22.549	150,2%	98,0%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	0	4.806	-	4.806	-	100,0%	Demais Despesas Operacionais	8.268	11.355	37,3%	9.914	119,9%	87,3%
Aplicações Financeiras	590	590	-	831	140,9%	140,9%	Encargos Diversos	341	455	33,2%	342	100,3%	75,3%
Convênios com Sebrae/NA	100	100	-	197	197,1%	197,1%	Transferências	1.277	1.795	40,6%	1.331	104,2%	74,2%
Convênios com Parceiros	1.900	2.318	22,0%	2.839	149,4%	122,5%							
Empresas Beneficiadas	1.300	1.300	-	1.071	82,3%	82,3%							
Outras Receitas	50	50	-	180	361,0%	361,0%							
Déficit Corrente				X			**Superávit Corrente**				832		
Receitas de Capital	**0**	**1.600**	**-**	**1.624**	**-**	**101,5%**	**Despesas de Capital**	**1.650**	**2.822**	**71,0%**	**2.794**	**169,4%**	**99,0%**
Alienação de Bens	0	0	-	24	-	-	Investimentos / Outros	1.650	2.741	66,1%	2.714	164,5%	99,0%
Opers. de Crédito / Receb. de Empréstimos	0	1.600	-	1.600	-	-	Financ. /Amort. de Empréstimos	0	80	-	80	-	99,9%
Saldo de Exercícios Anteriores	**4.236**	**3.490**	**-17,6%**	**-**	**-**	**-**	**Fundo de Reserva**	**4.458**	**217**	**-95,1%**	**-**	**-**	**-**
Receitas Totais	**46.171**	**55.039**	**19,2%**	**51.639**	**111,8%**	**93,8%**	**Despesas Totais**	**46.171**	**55.039**	**19,2%**	**51.977**	**112,6%**	**94,4%**
Resultado - Déficit				338			**Resultado Superávit**				X		
Total Geral	**46.171**	**55.039**	**19,2%**	**51.977**	**112,6%**	**94,4%**	**Total Geral**	**46.171**	**55.039**	**19,2%**	**51.977**	**112,6%**	**94,4%**

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) - Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga (Inclui o Fundo de Reserva)
Nota: O déficit orçamentário apresentado no valor de R$(mil) 338 indica que as receitas executadas no período no valor de R$(mil)51.639 não foram suficientes para suportar as despesas executadas no valor de R$(mil)51.977 no mesmo período. Para equilibrar o resultado, o Sebrae/AL dispôs do saldo de recursos financeiros acumulados em exercícios anteriores, os quais foram utilizados, exclusivamente, nos projetos de atendimento.

Receitas

O aumento da receita de Contribuição Social Nacional (CSN) de 26,3% em relação ao previsto original é decorrente da inclusão de novos recursos nos seguintes projetos: SEBRAETec, Leite Nordeste e transferências de recursos para custear despesas de viagens demandadas pelo SEBRAE/NA como também a incorporação dos saldos 2012 de CSN solicitados ao SEBRAE/NA.

O aumento de receita de Convênios com Parceiros de 22,0% em relação ao previsto original é decorrente da adesão de novas parcerias.

O aumento na previsão das Receitas Totais de 19,2% é decorrente da inclusão de novos recursos, já mencionados acima, como também a adição no valor de R$(mil) 1.600 no item "Opers. de Crédito / Recebimento de Empréstimo", referente à aquisição do imóvel próximo ao SEBRAE/AL no valor de R$(mil) 2.072.

O acréscimo de 19,2% em relação ao Previsto Original, excluindo os recursos de transferência e empréstimos do SEBRAE/NA, no valor total de R$(mil) 3.407 representa um percentual de variação entre o Previsto Original aprovado pelo CDE de 11,8% abaixo do limite de 15% descrito na IN 37/15 item 10.4, não necessitando de aprovação do CDE e CDN.

No item Aplicações Financeiras a execução de 140,9% em relação ao previsto ajustado é em virtude do maior volume de recursos aplicados, provenientes de recebimentos não previstos dos excedentes de CSO, CSO SALDO e CSN.

No item Convênios com SEBRAE/NA a execução de 197,1% em relação ao previsto ajustado é devido à realização de receita proveniente da execução do convênio com a Petrobrás, considerando a 2ª parcela a receber registrada no ativo em contrapartida com a receita.

Houve execução de 122,5% em relação ao previsto ajustado no item Convênios com Parceiros, em virtude da adesão de novas parcerias.

Em virtude do cancelamento de cursos no início do ano, decorrente do baixo índice de inscrições, a receita de empresas beneficiadas atingiu 82,3% da execução em relação ao previsto ajustado.

No item Outras Receitas a execução de 361,0% em relação ao previsto ajustado é decorrente de devoluções de recursos de entidades parceiras, relativo ao saldo de convênios não utilizado no objeto pactuado e receitas de aluguéis de salas para treinamentos.

Despesas

O aumento na previsão das naturezas de despesas de: 53,3% em serviços profissionais e contratados, 37,3% em demais despesas operacionais, 33,2% em encargos diversos e 40,6% em

transferências são decorrentes da inclusão de novos recursos nos projetos, representando um crescimento de 29,8% nas despesas totais em relação ao previsto original. A execução de 75,3% de Encargos Diversos foi devido a previsão orçamentária ter sido feita a maior para os valores de Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras, referente ao "Come Cotas" (antecipação do Imposto de Renda sobre aplicações financeira).

A execução de 74,2% da natureza de despesa de transferências é decorrente dos seguintes motivos: Não houve em tempo hábil prestação de contas das parcelas repassadas as Entidades parceiras através de convênios firmados com Federação da Agricultura e Pecuário do Estado de Alagoas (FAEAL), Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Alagoas (ICTAL), Núcleo Incubadora de Empresas, SINDICER e SINPLAST, impossibilitando novos repasses.

5.2. Execução Orçamentária das Receitas e Despesas

Demonstração da Receita e Despesa, discriminando por natureza a execução efetiva, justificando as eventuais oscilações significativas, com percentuais de variação abaixo de 15% e acima de 15%, entre valores executados.

Tabela 26 R$ (mil)

Execução Orçamentária							
Receitas	**Execução**			**Despesas**	**Execução**		
	2012 (a)	**2013 (b)**	**Δ% (b/a)**		**2.012 (a)**	**2013 (b)**	**Δ% (b/a)**
Receitas Correntes	**39.981**	**50.015**	**25,1%**	**Despesas Correntes**	**40.074**	**49.183**	**23,0%**
Contribuição Social Ordinária – CSO	29.537	32.118	8,7%	Pessoal, Encargos e Benefícios	13.277	15.047	13,3%
Contribuição Social do Sebrae/NA – CSN	6.096	7.972	30,8%	Serviços Profissionais e Contratados	15.891	22.549	41,9%
CSO - SALDO de Exercícios Anteriores	0	4.806	0,0%	Demais Despesas Operacionais	8.599	9.914	15,3%
Aplicações Financeiras	845	831	-1,6%	Encargos Diversos	297	342	15,2%
Convênios com Sebrae/NA	101	197	95,1%	Transferências (Parceiros)	2.010	1.331	-33,8%
Convênios com Parceiros	2.233	2.839	27,1%				
Empresas Beneficiadas	990	1.071	8,2%				
Outras Receitas	179	180	0,6%				
Déficit Corrente	93	X		**Superávit Corrente**	X	832	
Receitas de Capital	**0**	**1.624**	**0,0%**	**Despesas de Capital**	**680**	**2.794**	**311,2%**
Alienação de Bens	0	24	0,0%	Investimentos / Outros	680	2.714	299,4%
Operações de Crédito / Recebimentos de Empréstimos	0	1.600	0,0%	Financ. / Amortização de Empréstimos	0	80	0,0%
Receitas Totais	**39.981**	**51.639**	**29,2%**	**Despesas Totais**	**40.754**	**51.977**	**27,5%**
Resultado - Déficit	773	338		**Resultado Superávit**	X	X	
Total Geral	**40.754**	**51.977**	**27,5%**	**Total Geral**	**40.754**	**51.977**	**27,5%**
Fonte: Sistema de Gestão Estratégica (SGE) / Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) **Sistema de Origem: Execução cujos dados são provenientes do Microsiga**							

Receitas

O crescimento de 25,1% das receitas correntes executadas de 2013 em relação a 2012, foi decorrente da inclusão de novos recursos demandados pelo SEBRAE/NA incluindo o aumento de receita de Contribuição Social Nacional (CSN) de 30,8%, as transferências de recursos para custear despesas de viagens demandadas pelo SEBRAE/NA e a incorporação dos saldos 2012 de CSN solicitados ao SEBRAE/NA. No item Convênios com SEBRAE/NA, a execução de 95,1% foi decorrente da realização de receita proveniente da execução do convênio com a Petrobrás, considerando a 2ª parcela a receber registrada no ativo em contrapartida com a receita e a execução de 27,1% no item Convênios com Parceiros, em virtude da adesão de novas parcerias.

Despesas

O crescimento de 23% das despesas correntes de 2013 em relação 2012 foi devido ao aumento em 41,9% na natureza de despesa com serviços profissionais e contratados, vindos da incorporação de novos recursos, aplicados nos projetos. Houve redução de 33,8% na natureza de despesa com transferência para parceiros, devido a não prestação de contas das parcelas repassadas em tempo hábil dos convênios FAEAL, ICTAL, Núcleo Incubadora de empresas, SINDICER e SINPLAST, impossibilitando novos repasses.

O crescimento de 299,4% de Investimentos/Outros executados em 2013 em relação 2012 foi devido à aquisição do imóvel vizinho ao SEBRAE/AL no valor de R$(mil) 2.072.

Os valores referentes às despesas por modalidade de contratação estão expostos a seguir:

Tabela 27

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	**Valores em R$ milhares**	
Modalidade de Contratação	**Despesas pagas**	
	2013	**2012**
Modalidade de Licitação	**15.185**	**13.502**
Convite	470	166
Tomada de Preços	Não se aplica	Não se aplica
Concorrência	3.265	3.497
Pregão	11.449	9.839
Contratações Diretas	**21.950**	**13.742**
Dispensa	8.463	3.925
Inexigibilidade	13.487	9.817
Regime de Execução Especial	**-**	**-**
Suprimento de Fundos	Somente para UF que trabalhem com adiantamento de viagem	Somente para UF que trabalhem com adiantamento de viagem-
Fonte: Informações disponibilizadas pela UTIP extraídas do Sistema Protheus. Os valores referentes a credenciamento (Sistema de Gestão de Credenciados) e contrato de patrocínio, compõem o item inexigibilidade.		

5.3. Informações sobre Transferências

5.3.1 Convênios

Os objetivos do SEBRAE/AL quando da formalização de convênios através de programas e projetos é atingir o resultado direcionado a sua missão que é "Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo".
No tocante à análise crítica da gestão das transferências a título de convênios vigentes no exercício, adotamos as seguintes abordagens:

a) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Dispomos de uma área específica para tratar dos controles de convênios, denominada *"Setor de Convênios"*, subordinada à Unidade de Administração e Finanças desde março/2011, com uma estrutura composta por dois profissionais, ambos analistas técnicos, com a responsabilidade de monitorar os recursos repassados, cujas ações iniciam-se na análise crítica do plano de trabalho para a elaboração do instrumento de convênio, até o exame das prestações de contas parciais e finais pelo convenente, além da prestação de consultorias pertinentes ao setor de convênios.
Ressaltamos também que, para cada convênio celebrado existe um colaborador da área finalística, denominado "*Gestor Técnico do Convênio*", sendo responsável pela fiscalização "in loco" da execução das ações físicas do convênio, emitindo "Parecer Técnico" a cada prestação de contas apresentada.

Atualmente, os convênios são regidos pela Instrução Normativa nº. 07-04 *"Convênios do SEBRAE-AL"*, implantada desde novembro de 2008, revisada periodicamente, tendo a última atualização ocorrida em novembro de 2013.

Os repasses financeiros, em sua maioria, são feitos em no mínimo duas parcelas, visando assegurar a efetividade na aplicação dos recursos. As prestações de contas de cada parcela são apresentadas pelos parceiros quando da realização de no mínimo 80% dos recursos transferidos, sendo a parcela seguinte repassada depois de sanadas as pendências da prestação de contas da parcela anterior. O Setor de Convênios é o responsável pela autorização dos repasses financeiros, emitindo pareceres favoráveis ou desfavoráveis quando da existência de irregularidades de prestação de contas.

b) Medidas adotadas para sanear as situações de inadimplências.

Adotamos ações preventivas que visam neutralizar situações de inadimplências, tais como contatos telefônicos, envio de e-mails, cartas formais e reuniões com os envolvidos, cobrando a apresentação da prestação de contas ou de pendências existentes na prestação de contas, ou a devolução dos recursos transferidos, esses atualizados em conformidade com a legislação vigente, bem como a aplicação das demais penalidades contidas no instrumento pactuado. Com essa metodologia, em geral, temos obtido sucesso na condução dos casos de inadimplências em nossos convênios.

Como último recurso na regularização da pendência, adotamos o procedimento de instaurar processo de ação judicial contra os convenentes inadimplentes.

c) Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2013.

As ações de gestão das transferências, adotados no exercício de 2013, foram no sentido da capacitação técnica do Setor de Convênios, onde a equipe participou de cursos relativos a convênios e contratos, objetivando a melhoria da qualidade técnica nas análises dos planos de trabalhos e das prestações de contas, bem como, na melhoria nível técnico das consultorias prestadas aos parceiros convenentes e aos gestores técnicos internos.

d) Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares.

Os prazos regulamentares de apresentação das prestações de contas nem sempre são cumpridos fielmente, bem como, os processos de prestação de contas apresentados não vêm devidamente instruídos, conforme estabelecido na instrução normativa de convênios do SEBRAE/AL, gerando atrasos nas baixas de convênios e elevado número de pendências constatadas pelo Setor de Convênios, causando idas e vindas de processos até a resolução final das pendências.

Tabela 28

Convênios	Liberados (1)		Comprovados (2)		A Comprovar (3)	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
Montante em R$ 1,00	2.010.229	1.331.265	2.012.710	2.491.347	3.171.916	1.968.301

Notas:
(1) Total de valores transferidos às instituições conveniadas ao SEBRAE;
(2) Total de valores comprovados em 2013 pelas instituições conveniadas, por meio de prestações de contas parciais ou finais;
(3) Total de valores pendentes de prestação de contas.

Fonte: Unidade de Administração e Finanças

Tabela 29

Convênios	Vigentes em 31/12	
	Exercício Anterior	Exercício Atual
Quantidade (1)	5	6

Notas:
(1) Quantidade de instrumentos de convênio vigentes em 2013.

Fonte: Unidade de Administração e Finanças

5.4 Limites Orçamentários

Tabela 30

Limites	% Realizado	% Limite
Projetos Finalisticos Coletivos	63,0%	Min. 50%
Inovação e Tecnologia Execução	25,2%	Min. 20%
Capacitação de Recursos Humanos	4,2%	Min. 2% Máx 6%
Pessoal, Encargos e Benefícios	36,0%	Máx. 55%
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda Execução	1,2%	Máx. 3,5%
Bens Móveis	30,7%	Máx. 100%(1)
Custeio Administrativo	45,5%	Máx. 100%(2)
Contrapartida da CSO	11,1%	Min. 10%

Tecnologia da Informação e da Comunicação	2,3%	Min. 2%
Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico (SME) **(1) - Receita de Alienação de Bens + 3% (Receita CSO + Receitas Próprias)** **(2) - 5% da Lei 8.154/90 + Receitas Próprias** **Sistema de Origem: Previsão Orçamentária do Sistema de Gestão Estratégica (SGE) e Execução cujos dados são provenientes do Microsiga**		

6. Gestão Administrativa

6.1 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1.1 Estrutura de Pessoal

a) Demonstração da força de trabalho

Número de empregados Contratos por Tempo Indeterminado e Contratos por Prazo Determinado em 31/12/2013 + indicados sem diretores
Afastamentos superiores a 15 dias: numero de pessoas afastadas em 2013

- Por doença*
- Licença maternidade
- Outros

*com exceção dos aposentados por invalidez que serão contemplados no item (d)

Tabela 31

QUADRO A.6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013	
Tipologias dos Cargos	**Quantidade**
1. Empregados (Contrato por Tempo Indeterminado)	140
2. Empregados (Contrato por Tempo Determinado)	-
3. Empregados (Indicados sem diretores)	3
4. Diretores não empregados	2
Total	**145**
Notas: **- <u>Não</u> está incluso os 05 empregados em licença sem vencimentos, 01 empregado em licença saúde e 02 empregados aposentados por invalidez.**	
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas	

Tabela 32

QUADRO A.6.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2013	
Tipologias dos afastamentos	**Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro**
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	**8**
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	5

5.5. Mandato Classista	
5.6. Outros Afastamentos (auxílio doença e invalidez)	3
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas	

b) Qualificação da força de trabalho com estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade
Apresentar Tabelas:

- Quantidade e Percentual de analistas e assistentes
- Perfil de Escolaridade por faixa (ensino médio incompleto, ensino médio completo...)
- Perfil de Idade (menos de 21 anos, de 22 a 30 anos....)

Tabela 33

QUADRO A.6.1.1.3 – QUANTIDADE E PERCENTUAL DE EMPREGADOS DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013		
Tipologias do Cargo	**Quantidade**	**%**
1. Empregados		
1.1. Assistentes	**42**	**27,81**
1.2. Analistas	**101**	**66,89**
1.3. Licença sem vencimentos	**5**	**3,31**
2. **Empregados em comissão**		
2.1. Assessores	**1**	**0,66**
2.2. Gerente Externo	**1**	**0,66**
2.3. Gerente Adjunto Externo	**1**	**0,66**
Total	**151**	**100**
Notas: **- <u>Não</u> está incluso no quadro os 02 diretores não empregados;** **- Está incluso 01 empregado em licença saúde, 02 empregados aposentados por invalidez;** **- Na Tipologia do Cargo de Analistas comtemplam 21 analistas que desempenham a função gerencial e 05 que desempenham a função de Gerente Adjunto.**		
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas		

Tabela 34

QUADRO A.6.1.1.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013					
Tipologias do Cargo	**Faixa Etária (anos)**				
	Até 30	**De 31 a 40**	**De 41 a 50**	**De 51 a 60**	**Acima de 60**
1. Empregados					
1.1. Assistentes	**16**	**12**	**11**	**1**	**1**
1.2. Analistas	**15**	**39**	**26**	**16**	**3**
1.3. Cedidos ou em Licença	**-**	**1**	**5**	**2**	**-**
2. Empregados em comissão					
2.1. Assessores e/ou gerente adjunto		**1**	**1**		**1**
Total	**31**	**53**	**43**	**19**	**5**
Nota: **- <u>Não</u> inclui os 02 diretores não empregados.**					
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas					

Tabela 35

QUADRO A.6.1.1.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013									
Tipologias do Cargo	**Nível de Escolaridade**								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Empregados									
1.1. Assistentes		**2**			**16**	**19**	**4**		
1.2. Analistas						**37**	**59**	**3**	
1.3. Cedidos ou em Licença				**1**		**4**	**3**		
2. Empregados em comissão									
2.1. Assessores e/ou gerente adjunto						**3**			
Total		**2**		**1**	**16**	**63**	**66**	**3**	
<u>LEGENDA</u> **<u>Nível de Escolaridade</u>** 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									
Nota: **- <u>Não</u> está incluso os 02 diretores não empregados.**									
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas									

c) Custos associados a manutenção de Recursos Humanos do período de 01/01/2013 a 31/12/2013:

Tabela 36

Descrição	**31/12/2013**
Salários e proventos	7.933.534,47
13º salário	662.100,39
Férias	983.494,14
Outros gastos com pessoal (Indenizações trabalhistas)	11.242,39
Encargos trabalhistas	2.880.068,92
Benefícios	2.576.462,89
Total	**15.046.903,20**
Fonte: Balancete de Verificação	

d) Inativos e pensionistas

Tabela 37

QUADRO A.6.1.1.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2013		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	**Quantidade**	
	De Servidores Aposentados até 31/12	**De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência**
1. Integral	**2**	
1.1 Voluntária	-	
1.2 Compulsória	-	
1.3 Invalidez Permanente	2	
1.4 Outras	-	
2. Proporcional	-	
2.1 Voluntária	-	
2.2 Compulsória	-	
2.3 Invalidez Permanente	-	
2.4 Outras	-	
3. Totais (1+2)	**2**	
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas		

Ressaltamos que no SEBRAE/AL não se aplica a figura de pensionista.

e) Indicadores Gerenciais sobre RH

- **Indicador**: Turn Over

Definição: O cálculo do índice de rotatividade de pessoal (turnover) é baseado no volume de todas as admissões e demissões de pessoal em relação aos recursos humanos disponíveis no Sebrae, dentro de certo período de tempo, e em termos percentuais.

Forma de cálculo:

$$\frac{\frac{total\ de\ admitidos\ no\ ano + total\ de\ demitidos\ no\ ano}{2}}{quadro\ de\ funcionários\ do\ ano\ anterior} X\ 100$$

Admitidos = 7
Demitidos = 8
Quadro de pessoal em dezembro/12 = 148
Turn Over = 5,12%

Outras Sugestões

Indicadores de Qualidade de Vida (absenteísmo, etc)

- **Indicador**: Absenteísmo

Definição: Absenteísmo constitui a soma dos períodos em que os funcionários se encontram ausentes do trabalho, por motivo de faltas e que são abonadas.

Forma de cálculo:

Absenteísmo = Capacidade produtiva em dias - dias trabalhados
Sendo que:
Capacidade produtiva em dias = quantidade de dias úteis x número de empregados
Dias trabalhados = capacidade produtiva - dias abonados
Empregados = Contrato por tempo determinado (CTD) + Contrato por tempo indeterminado (CTI) + Trainee + menor aprendiz

- **Indicador**: Eficácia na seleção

Definição: Cálculo do percentual de colaboradores que permanecem no Sebrae após o 1º ano de contrato. A proporção é calculada em relação à todos os admitidos no ano analisado, independentemente do tipo de contrato.

Forma de cálculo:

$$\frac{número\ de\ colaboradores\ admitidos\ no\ ano\ analisado\ que\ completaram\ um\ ano\ ou\ mais\ de\ atividade}{número\ total\ de\ colaboradores\ admitidos\ no\ ano\ analisado} X\ 100$$

Admitidos em 2012 que completaram um ano ou mais = 21
Admitidos em 2012 = 23

Eficácia da seleção: = 91,30%

Educação Continuada

Demonstra o investimento anual da entidade para o aumento da escolaridade dos colaboradores, podendo ser por Nível de Escolaridade ou por Modalidade de Capacitação.

Investimento em Capacitação por Nível de Escolaridade:

Nível de Escolaridade	Nº de funcionários que cursaram	Valor (R$)	%
Graduação	2	3.457,00	16,67
Pós-Graduação	10	6.520,46	83,33
Mestrado	-	-	-
Doutorado	-	-	-
Total	**12**	**9.977,46**	**100**

Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas

Investimento em Capacitação por Modalidade de Capacitação:

Modalidade	Nº de participações (funcionários)	Valor (R$)	%
Palestras/Seminários/Congressos	14	39.121,71	6,25
Curso de até 8 horas	91	19.837,49	40,63
Curso acima de 8 até 20 horas	64	84.890,23	28,57
Curso acima de 20 horas	21	130.933,01	9,38
Bolsa de Idioma Estrangeiro	10	11.588,29	4,46
Metodologias e Ferramentas	24	75.098,25	10,71
Total	**224**	**361.468,98**	**100**

Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas

Modalidade	Nº de participações (estagiários)	Valor(R$)	%
Capacitação de Estagiários	40	1.645,64	100
Total	**40**	**1.645,64**	**100**

Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas

6.1.2 Mão de Obra Terceirizada e Estagiários

6.1.2.1 Mão de Obra Terceirizada

Tabela 38

QUADRO A.6.1.2.1.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA															
Unidade Contratante															
Nome: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Alagoas															
UG/Gestão: Não se aplica a natureza jurídica da UJ													**CNPJ: 12.517.413/0001-27**		
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**	**Despesa Executada no Contrato (em R$)**
							F		**M**		**S**			
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**		
2012	L	O	083/2012	03.340.376/0001-33	30/08/2012	30/08/2014	17	10	01	06		01	P	749.681,39
2013	V	O	080/2013	11.866.801/0001-50	14/11/2013	14/11/2014							A	6.737,08

Observação:

01 – Frise-se que o Contrato nº 083/2012, foi aditado para redução do valor contratado, conforme 1º termo de aditamento, em virtude da extinção do posto de 08h do FÁCIL Arapiraca, que ocorreu em janeiro de 2013.

01 – O Contrato nº 083/2012, foi aditado objetivando reequilíbrio econômico-financeiro devido a Convenção Coletiva de Trabalho do SINDILIMP, conforme 2º Termo de Aditamento.

02 – Em relação ao Contrato nº 083/2012, houve aditamento para prorrogação do prazo de vigência por mais 12 meses, sendo assim o aludido contrato vigerá até 30/08/2014, conforme se depreende do 3º Termo de Aditamento.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Unidade de Operações

Tabela 39

QUADRO A.6.1.2.1.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA															
Unidade Contratante															
Nome: Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas de Alagoas															
UG/Gestão:não se aplica a natureza jurídica da UJ							**CNPJ: 12.517.413/0001-27**								
Informações sobre os contratos															
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**	**Despesa Executada no Contrato (em R$)**
							F		**M**		**S**			
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**		
2009	11	O	003/2009	61.600.839/0001-55	17/02/2011	17/02/2014		11					P	338.668,60
2011	2;4;5;7;12	O	074/2011	07.135.180/0001-68	17/12/2011	31/08/2013	23	06	26	23		07	E	1.133.295,10
2013	2;4;5;7;12	E	046/2013	03.340.376/0001-33	01/09/2013	01/12/2013	35	06	36	23		07	E	268.550,04
2013	2;4;5;7;12	O	084/2013	03.340.376/0001-33	02/12/2013	02/12/2014	35	06	36	23		07	A	95.504,36

Observações:
1 – O contrato 074/2011 foi rescindido em 31/08/2013 após procedimento devidamente instruído.
2 – Frise-se que o contrato 046/2013 objetivou contratação emergencial enquanto era finalizado procedimento licitatório após rescisão do contrato 074/2011.
3 – No que tange ao cotrato 003/2009 houve aditamento prorrogando o prazo de vigência por mais 36 (trinta e seis) meses a partir de 17/02/2011, retificando o 1º aditamento que previa 24 meses, desta forma este contrato terá vigência até 17/02/14.

LEGENDA
Área:
1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Unidade de Operações

6.1.2.2. Estagiários

Tabela 40

QUADRO A.6.1.2.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Custo do exercício** (Valores em R$ 1,00)
	1º Trimestre	**2º Trimestre**	**3º Trimestre**	**4º Trimestre**	
Nível superior					
☐ Área Fim	26	27	25	25	151.591,21
☐ Área Meio	9	10	9	7	85.736,57
Nível Médio					
☐ Área Fim	-	-	-	-	-
☐ Área Meio	-	-	-	-	-
Total	**35**	**37**	**34**	**32**	**237.327,78**
Fonte: Unidade de Gestão de Pessoas					

a) Quantidade de estagiários em 31/12/2013 = **32**
b) Valor da bolsa = **R$ 472,68**
c) Benefícios para estagiários (vale, recesso, gratificação extraordinária)

- Auxílio transporte no valor de R$ 101,20
- Recesso remunerado de 15 dias a cada 06 meses de estágio.

6.2 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

6.2.1. Veículos Próprios ou Locados de Terceiros

Próprios:

O SEBRAE/AL possui 04 (quatro) veículos próprios: 01 HONDA CRV LX, ano 2011, gasolina, que atende as demandas do Diretor Administrativo-Finaceiro; CHEVROLET CAPTIVA 2.4, ano 2013, flex, para atender as demandas do Diretor Superintendente; VAN MASTER RENAULT, ano 2013, diesel, para utilização nas viagens a trabalho dos colaboradores do SEBRAE/AL ao interior do Estado e um ônibus MERCEDES-BENZ/GUARARAPES ALFA 8, diesel, 1998 que é utilizado para os atendimentos itinerantes nos Municípios do interior do Estado. Ressaltamos que os veículos CHEVROLET CAPTIVA e VAN MASTER RENAULT foram adquiridos em 2013 através de processos licitatórios com valores de R$ 99.900,00 e R$ 130.000,00 respectivamente.

Relativo à manutenção da frota própria incidiram os seguintes custos e despesas totais em 2013:

- Combustíveis: R$ 15.075,24;
- Despesas com Emplacamentos: R$ 3.401,30;
- Manutenções: R$ 6.634,90;
- Seguros: R$ 30.866,62;
- Depreciação: R$ 44.321,17.

Locados:

Os veículos locados são objeto dos contratos 048/2009, 003/2011 e 084/2010. Com base nestes contratos estão locados 10 veículos: 03 carros utilizados para as Unidades de Atendimento; 03 carros para atender os Escritórios Regionais e 04 carros para atender as demais demandas do SEBRAE/AL. Convém relatar que estes contratos preveem a disponibilização de veículos FLEX.

6.2.2 Patrimônio Imobiliário Próprio ou Locados de Terceiros

Imóveis

Próprios:

O SEBRAE/AL possui 05 imóveis, sendo: o prédio localizado na Rua Dr. Marinho de Gusmão, 46, onde funciona a Sede; o terreno na Rua França Morel, 191 e 201, Centro, utilizado como estacionamento dos funcionários; 03 galpões localizados na Rua Buarque de Macedo, 433, centro, onde funciona como estacionamento para consultores, instrutores e funcionários do SEBRAE/AL; o prédio da Rua Engenheiro Gordilho de Castro, 80, Arapiraca, onde funciona o Escritório Regional de Arapiraca e o prédio da Rua Praça Jacome Calheiros, nº 64, Centro, Penedo, onde funciona o Escritório Regional de Penedo, ressaltamos que este prédio foi doado pela Prefeitura de Penedo.

Locados:

Prédio localizado na Rua 13 de Maio, 310, Centro, Delmiro Gouveia, objeto do contrato 082/2012, onde funcionará o Escritório Regional de Delmiro Gouveia.

MANUTENÇÃO, EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS:

A manutenção elétrica e lógica é realizada pela empresa Link Telecom Ltda, os serviços são prestados semanalmente nas terças e quintas – feiras na sede e nos escritórios regionais. O aluguel e a manutenção da central telefônica é feita pela empresa Digitro Tecnologia Ltda.

Mensalmente são realizadas manutenções nos condicionadores de ar da sede e dos escritórios regionais pela empresa J. Ataide Alves & Cia.

As manutenções dos elevadores e dos relógios de ponto biométricos na sede e nos escritórios regionais são realizados pela empresa Lift Service Ltda.

Os serviços hidráulicos são realizados por funcionário do SEBRAE/AL. No tocante ao combate a incêndio foi finalizado toda a instalação do projeto de incêndio com todos os itens solicitados e aprovados pelo Corpo de Bombeiros, as recargas e manutenção de todos os extintores e mangueiras de incêndio são realizadas anualmente, além disto, temos constituído na sede e nos escritórios regionais a RECIPA que é uma Representação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Em relação aos dispositivos temos instalados 57 câmeras em toda a sede, 16 câmeras no estacionamento, cerca elétrica, sinalizadores de incêndio e sistema de alarme com sensores nos prédios em Maceió e Arapiraca. Para o controle do fluxo de pessoas na sede temos 3 catracas para identificação de qualquer pessoa que transite para atendimento ou visita técnica.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Tabela 41

QUADRO A.6.3 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ		
Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
3	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.	
	3	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
3	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.	
	3	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	2	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	3	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	3	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	3	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	2	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
3	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.	
3	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.	
3	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.	

2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
3	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
2	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
3	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
3	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
-	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
X	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
4	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
4	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
3	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
4	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
3	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
3	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

2	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
2	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
3	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
3	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
2	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
3	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
3	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
4	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
2	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
3	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
4	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	

X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
LEGENDA: **(1) nunca:** significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. **(2) às vezes:** significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ. **(3) usualmente:** significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência. **(4) sempre:** significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.	

Análise Crítica

A governança da Tecnologia da Informação está lastreada pelo documento intitulado **"Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do SEBRAE/AL"** que consiste em uma proposta para melhoria do ambiente atual de Tecnologia da Informação, considerando um horizonte de três anos e o respectivo plano de ação para contribuir com a implementação do projeto Excelência da Gestão (modelo baseado nos Critérios de Excelência adotados pela Fundação Nacional da Qualidade).

Este documento está fortemente baseado no Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade, nos Mapeamentos de Processos e nas rodadas de negócios realizadas no

SEBRAE/AL no ciclo do Planejamento Plurianual (PPA). Os projetos aqui destacados, na sua maioria, são frutos das oportunidades de melhorias levantadas nessas ações.
Este documento endereça inúmeras recomendações de hardware, softwares, segurança e processos decorrentes das necessidades encontradas, organizados em **PROJETOS** classificados conforme sua prioridade, relevância e níveis de investimento para a empresa.

Os objetivos do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do SEBRAE/AL são os seguintes:

- Fornecer soluções de TI que possam suportar a expansão dos sistemas atuais e a implantação de novos sistemas voltados a Excelência da Gestão;

- Apresentar projetos para a atualização do parque tecnológico do SEBRAE/AL, contemplando diversas tecnologias de infra-estrutura e segurança de TI: Servidores (Hardware e Software), restruturação do cabeamento (CAT6), Site Contingência, Segurança, Rede e Serviços;

- Apresentar a visão de todo o Sistema de Informação atual e futuro que deverá ser suportado pelo parque tecnológico proposto;

- Agrupar em projetos e priorizar as recomendações, estabelecendo um plano de ação que servirá como base para a aquisição e implantação, em etapas, do cenário projetado;

- Dimensionar a equipe necessária para condução de todos os projetos recomendados;

- Estabelecer indicadores para acompanhamento e a avaliação dos serviços oferecidos pelo setor de Tecnologia da Informação

A segurança da Informação do SEBRAE/AL está baseada no documento intitulado "**Política de Segurança da Informação"**. O objetivo desta política é garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações promovendo credibilidade ao processo de negócio do SEBRAE/AL por meio de padrões, recomendações, políticas, regras e procedimentos aplicáveis aos recursos de tecnologia da informação e de seus subprodutos, minimizando riscos de fraudes, vazamento e manipulação incorreta das informações.

Para a condução do processo da Política de Segurança da Informação, o SEBRAE/AL instituiu o Comitê de Segurança da Informação, que tem a seguintes atribuições:

a) Garantir que as atividades de segurança da informação sejam executadas em conformidade com a Política de Segurança da Informação;

b) Estabelecer as regras, padrões e procedimentos para a proteção dos recursos de tecnologia da informação;

c) Analisar e avaliar as ocorrências de eventos relativos a segurança da informação, recomendando ações apropriadas como resposta aos incidentes de segurança da informação que forem identificados;

d) Analisar criticamente e de forma periódica, com prazo não inferior a seis meses, a revisão das regras, padrões e procedimentos, avaliando se a política continua alinhada com os requisitos de negócio do SEBRAE/AL;

e) Identificar às ameaças significativas e a exposição da informação e dos recursos de tecnologia da informação as essas ameaças;

f) Promover de forma eficaz a educação, o treinamento e a conscientização pela segurança da informação por toda entidade.

6.4 Outros assuntos administrativos

O SEBRAE/AL participa do Programa SEBRAE de Excelência em Gestão (PSEG). O PSEG é um ciclo contínuo de autoavaliação, fundamentado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG), que permite identificar o nível de maturidade da gestão, e assim trabalhar para a busca contínua da excelência no Sistema SEBRAE. O objetivo deste programa é promover a cultura da excelência, a melhoria da gestão e o compartilhamento das nossas boas práticas, visando a geração de melhores resultados para os clientes, colaboradores e sociedade.

Para condução deste processo foi criado um Comitê Gestor do MEG no SEBRAE/AL, com as seguintes atribuições:

- Assegurar que os processos e práticas necessárias à efetividade do sistema de gestão do SEBRAE/AL sejam estabelecidos, implementados e mantidos;

- Assegurar a avaliação periódica e a melhoria contínua da gestão da seguinte forma:

    - Assegurar que o processo de Autoavaliação seja realizado conforme o cronograma e com qualidade, ou seja, que as boas práticas sejam de fato identificadas e que todas as oportunidades de melhoria sejam registradas;
    - Proporcionar um ambiente favorável à realização da Autoavaliação e um clima de motivação entre os facilitadores e gerentes;
    - Viabilizar a implementação das ações planejadas assegurando aos facilitadores o acesso necessário e a participação de seus respectivos gerentes e diretores;
    - Realizar reuniões com o consultor especialista do processo de Autoavaliação, quando houver o acompanhamento externo, assegurando que as recomendações sejam efetivamente entendidas, disseminadas e implementadas.

- Relatar à Diretoria Executiva o desempenho do sistema de gestão e qualquer necessidade de melhoria;

- Assegurar a compreensão dos fundamentos da excelência e dos requisitos das partes interessadas por toda a organização;

- Indicar, junto com a Diretoria Executiva, a formação de comitês que tenham objetivos relacionados à gestão, seja sua constituição de caráter transitório ou permanente;

- Aprovar, junto com a Diretoria Executiva, os planos e monitorar o desempenho dos demais comitês que tenham objetivos relacionados à gestão, assegurando a integração das ações e práticas implementadas.

7. Sustentabilidade

7.1 Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e Materiais de TI e na Contratação de Serviços ou Obras

Tabela 42

QUADRO A.7.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Dentre esses critérios podemos citar: aquisições de produtos provenientes de reciclagem, produtos biodegradáveis, recolhimento e descarte de óleos, pneus e outros produtos inservíveis usados ou contaminados.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
Foi adquirido um grupo gerador de 451 KVA; 06 split´s, selo PROCEL A ou B; todas as lâmpadas utilizadas no SEBRAE/AL são fluorescentes.					

• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? **Com a instalação do grupo gerador houve redução no consumo de energia de 19.443 Kw, e de valor R$ 73.592,00 na sede em Maceió/Al, a partir do mês de Abril/13.**					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? **Foram adquiridos papel reciclado e pastas suspensas confeccionadas em papel reciclado. O papel A4, cartolina e papel 40 Kg têm certificação ambiental FSC (essa certificação atesta que a matéria-prima florestal é resultado de um manejo considerado social, ambiental e economicamente sustentável.)**				X	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. **Há o descarte em separado de pilhas e papel. Este através do projeto ECOMOB é destinado para COOPVILA (Cooperativa de catadores, que recicla e comercializa o papel descartado). As pilhas descartadas são entregues, em área apropriada no Supermercado G Barbosa.**		X			

Considerações Gerais:

Os quadros foram respondidos pela Unidade de Operações e pela Unidade de Administração e Finanças

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no

contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

7.2 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Informações sobre medidas adotadas pela entidade para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

a) Detalhamento da política adotada pela entidade para estimular o uso racional desses recursos;

Em 2013 não houve uma ação sistematizada, todavia está em estudo a criação de um Plano de Sustentabilidade visando estimular o corpo funcional a adotar práticas ambientais sustentáveis. Nos últimos anos realizamos algumas ações juntos aos empregados, como por exemplo: Coleta seletiva de lixo no SEBRAE/AL juntamente com a Cooperativa da Vila Emater – COOPIVILA.

b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);

Desde 2011, os estagiários do SEBRAE criaram o projeto Ecomob: Soluções Sustentáveis que junto com a Cooperativa dos Catadores da Vila Emater (Coopvila) vem realizando, semanalmente, a separação e o recolhimento de papel. Através do processo de coleta seletiva, os papeis descartados pelas unidades do SEBRAE são coletados separadamente do lixo geral. Para isso, foram instaladas lixeiras devidamente sinalizadas para descarte exclusivo nos corredores, recepções, salas de capacitações, toaletes e em todas as unidades. O projeto é coordenado pela Unidade de Gestão de Pessoas e executado pelos estagiários que fiscalizam o manuseio do material até a caixa coletora, localizada no estacionamento. A vistoria é realizada nas unidades duas vezes na semana sendo na terça-feira pelo período da manhã e na quinta-feira no turno da tarde.

c) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão;

Quando comparamos o consumo de energia dos anos 2012 e 2013, notamos a redução considerável de 48.297 Kwh, aproximadamente 7,4%. Em termos monetários houve uma redução de R$ 89.391,85 aproximadamente 30,3% em relação a 2012 em virtude da entrada em funcionamento do novo gerador de maior potência a partir de março/13. Ressaltamos que, embora tenha ocorrido demanda de cursos noturnos, o gerador entra em funcionamento a partir das 17:30 às 20:30 hs, com isto, o esforço em reduzir o consumo de energia mostrou-se eficaz. A evolução está detalhada na tabela a seguir:

Tabela 43

QUADRO A.7.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA						Valores em R$ 1,00
Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			**Ano de Adesão**	**Resultados**		
Recurso Consumido	**Quantidade**			**Valor**		
	Exercícios					
	2013	**2012**	**2011**	**2013**	**2012**	**2011**
Papel	1.791 resmas	2.046 resmas	1.112 resmas	19.285,92	20.378,16	9.641,04
Papel Reciclado	127 resmas	475 resmas	1.091 resmas	1.489,70	1.485,42	8.440,32
Água	3.890 m³	3.624 m³	2.873 m³	63.273,50	47.612,47	34.113,71
Energia Elétrica	599.224 Kwh	647.521 Kwh	655.606 Kwh	205.082,48	294.474,33	278.477,27
			Total	**289.131,60**	**363.950,38**	**330.672,34**
Fonte: Unidade de Operações						

8. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

8.1 Tratamento das deliberações exaradas em acórdãos do TCU

A Entidade não recebeu nenhuma deliberação exarada em acórdão do TCU em 2013.

8.2 Tratamento das recomendações feitas pela CGU

Tabela 44

QUADRO A.8.2.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO				
Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Atendidas				
Recomendações expedidas pela CGU				
Ordem	**Relatório**	**Área**	**Subárea**	**Assunto**
1	201204997	GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS	CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS.	PAGAMENTOS CONTRATUAIS
Constatação				
Sobrepreço nos Contratos nº 059/2009 e 067/2009				
Recomendação				
Que os gestores do SEBRAE/AL adotem todos os mecanismos disponíveis (sistemas, tabelas) que resguardem o Sistema de contratar serviços com preços acima dos praticados no mercado.				
Providências Adotadas				
Setor responsável pela implementação				

Unidade de Operações
Síntese da Providência adotada
O SEBRAE/AL já adotou a providência recomendada por esta Controladoria desde 10 dezembro de 2012, através de Resolução Direx nº 023-2012, com o objetivo de melhorar o atual procedimento de contratação para obras e serviços de engenharia e dar maior celeridade às contratações realizadas, determinando que o SEBRAE/AL utilize na composição do preço unitários constantes no SINAP E ORSE, exclusivamente ou em conjunto, a depender das características do objeto licitado.

Tabela 45

QUADRO A.8.2.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO				
Recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU) Pendentes de Atendimento				
Recomendações expedidas pela CGU				
Ordem	**Relatório**	**Área**	**Subárea**	**Assunto**
1	201204997	GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS	CONTRATOS DE OBRAS, COMPRAS E SERVIÇOS.	PAGAMENTOS CONTRATUAIS
Constatação				
Sobrepreço nos Contratos nº 059/2009 e 067/2009				
Recomendação				
Que o SEBRAE/AL proceda à apuração de responsabilidades quanto à contratação de empresa com sobrepreço e pesquisa de mercado (cotações) que não considerou preços de contidos em índices reconhecidos como referência (SINAP e ORSE), em especial para o contrato 067/2009, para o qual foi apurado sobrepreço da ordem de 30%.				
Justificativa para o não atendimento da recomendação				
Conforme consta na Carta DISUP nº 174 datada de 29 de agosto de 2013, encaminhada para a Controladoria Geral da União no Estado de Alagoas, a informação que a UJ entende que não existem responsabilidades a serem apuradas, visto que, a Comissão Especial de Licitação utilizou como parâmetro de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, incluindo o percentual do BDI, confirmando que os preços globais da empresa vencedora foram inferiores à estimativa do valor de mercado e compatíveis com a verba orçamentária disponível, tudo confirmado por profissional de engenharia que acompanhou todo o processo. Nesse sentido, não existem responsabilidades a serem apuradas pelo SEBRAE/AL, visto que todos os procedimentos foram executados de acordo com a legislação vigente, selecionando a proposta mais vantajosa. Considerando que, de forma a ratificar as informações já prestadas, não havia qualquer obrigatoriedade de utilização das tabelas SINAPI e ORSE por parte do SEBRAE/AL. Considerando que, além, da cotação de preços realizada na fase interna da licitação, durante a fase externa, somados aos convites realizados a cinco pessoas jurídicas houve a ampliação da publicação no site do SEBRAE/AL, observa-se que as propostas apresentadas na licitação retratam, de forma coerente, a pesquisa feita, sem que tenha sido caracterizado qualquer item em descompasso; Considerando que na própria análise do controle interno, há a conclusão de que o SEBRAE/AL não estava adstrito “à obrigatoriedade de utilização das tabelas mencionadas”;				

Considerando-se que em 2012, como forma de dar maior celeridade à fase interna das licitações de obras e serviços de engenharia, que sempre têm obstáculo na demora de envio das propostas de cotação de preços pelas empresas demandadas, a Diretoria Executiva do SEBRAE/AL entendeu que deveria estabelecer como obrigatória a utilização das tabelas mencionadas, mesmo não havendo qualquer recomendação por parte dos órgãos de controle;

8.3 Estrutura da Auditoria Interna e Procedimentos de Acompanhamento de seus Trabalhos

A composição da equipe da Unidade de Auditoria Interna está disposta na tabela a seguir:

Tabela 46

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
Marly Conceição dos Santos Silva	Analista Técnica (Gerente)	Bacharel em Ciências Contábeis Pós Graduação em Auditoria e Controladoria
Walkiria Ramos da Rocha Silva	Analista Técnica	Bacharel em Ciências Contábeis Pós Graduação em Auditoria e Controladoria
Claudio Bruno d'Emery Lima	Analista Técnico	Bacharel em Ciências Contábeis
Fabricio Quirino Costa da Silva	Analista Técnico	Bacharel em Ciências Contábeis

a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

O acompanhamento (*follow-up*) dos Planos de Ação, decorrentes dos trabalhos de auditoria, é realizado mensalmente, (sempre no dia 25 de cada mês) ou no primeiro dia útil subsequente posterior, a cobrança dos pontos é feito através de e-mail enviado ao gestor do processo com cópia para o respectivo gerente, levando em consideração os prazos contidos nos Plano de Ação de cada processo auditado, as evidências são arquivadas conforme implementação do ponto. Os pontos de melhoria que estão atrasados são apresentados a Diretoria Executiva que juntamente com o gestor do processo avalia o grau de criticidade e as principais causas impeditivas para resolução do ponto e a possibilidade de postergar o prazo para implantação da melhoria assumindo o risco. São desenvolvidos ainda pela Unidade de Auditoria Interna, trabalhos relacionados à auditoria tradicional que são demandados pela DIREX, a exemplo dos contratos de mão de obra continuada. Esses por sua vez são desenvolvidos com vistas à obtenção de um Plano de Ação que minimize os riscos a que a Entidade está exposta.

b) a existência ou não de sistemática e de sistema informatizado para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

É utilizado pela UJ um programa informatizado de auditoria denominado "TeamAudit" desenvolvido pela empresa Vixteam, esta ferramenta permite que seja realizada todas as etapas do trabalho de auditoria incluindo o cadastramento e acompanhamento do Plano de Ação, porém este

acompanhamento automático ainda está em fase de testes. Atualmente os Planos de Ação são gerados a partir de planilhas de Excel, contendo informações decorrentes do trabalho realizado, tais como: Identificação dos Riscos; Resultados dos testes; Plano de Ação definido pelo responsável do processo com prazo para implementação das ações.

c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

A Unidade de Audioria Interna, desenvolve os trabalhos de auditoria utilizando a Metodologia com Foco em Riscos, o resultado dos trabalhos é apresentado através de slides em documento denominado "Sumário Executivo", a apresentação é realizada em reunião para Diretoria Executiva, o Gerente da unidade auditada e outros Stakeholders envolvidos no processo, os riscos identificados no processo auditado são claramente divulgados e o plano de ação é elaborado pelo gerente da unidade auditada com prazo limite para conclusão .

9. Informações Contábeis

9.1 Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores

As demonstrações contábeis são apresentadas com base no Manual de Contabilidade do Sistema SEBRAE com as atualizações pertinentes, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujos demonstrativos estão evidenciados, à parte, no item dos anexos a este relatório de gestão, a saber:

ANEXO I – BALANÇO PATRIMONIAL

ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ANEXO V – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS

ANEXO VII - NOTAS EXPLICATIVAS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Parecer dos auditores independentes foi emitido pela empresa KPMG Auditores Independentes na data de 31 de janeiro de 2014 em formato "PDF" e está juntado ao Relatório de Gestão 2013 logo após ao Anexo VII – NOTAS EXPLICATIVAS

10. Resultados e Conclusões

Para alcançar o universo das microempresas, empreendedores individuais e das empresas de pequeno porte brasileiras foram usadas estratégias de multiplicação, na coletividade das ações que potencializaram e multiplicaram seus efeitos rapidamente com a aplicação dos programas Nacionais, proporcionando a sustentabilidade dos pequenos negócios e a consequente geração de emprego e renda.

Direta ou indiretamente, através de entidades associativas o Sebrae/AL fez chegar suas ações às regiões mais ricas e mais pobres e a um público de diversas origens, formações e características agregando ações junto à empreendedores individuais, micro e pequenas empresas por meio de seus projetos e arranjos produtivos locais (APL), setoriais e programas Nacionais.

O SEBRAE/AL atuou em quase 100% dos municípios do Estado. São 21 unidades de atendimento e gestão que desenvolveram 58 projetos e 20 atividades voltadas para o apoio aos empresários de micro e pequenas empresas no campo e na cidade. Em todo o Estado, o Sebrae/AL e seus parceiros desenvolveram ações de sensibilização, articulação, capacitação e consultoria, obtendo resultados significativos em diversas áreas de atuação, como os agronegócios, turismo, comércio varejista, entre outros.

Seja por meio dos Arranjos Produtivos Locais – APL; dos Setoriais de Agronegócios, Indústria, Comércio e Serviços; do Projeto de Microcrédito; das ações de Políticas Públicas; dos Projetos das Cadeias Produtivas do PVC, Petróleo e Gás e da Construção Civil, Têxtil e Confecções; da Rede de Parceiros; dos Projetos de Educação e Capacitação Empresarial; das Palestras Gerenciais; do Orienta Fácil ou dos Escritórios Regionais em Penedo e Arapiraca; o Sebrae/AL atuou em parceria, com entidades públicas e privadas.

As principais ações a serem concluídas e desenvolvidas no exercício seguinte para mitigar as dificuldades encontradas devido ao aumento no número de empresas a serem atendidas no exercício pelo SEBRAE/AL são: ampliação da estrutura de atendimento com a Inauguração do Escritório de Delmiro Gouveia; Reestruturação da unidade de Atendimento Empresarial e Redimensionamento de equipes.

11. Outras Informações Sobre a Gestão

11.1 Processos Licitatórios

As licitações no Sistema SEBRAE são processadas e julgadas em conformidade com o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pelo Conselho Deliberativo Nacional, Resolução CDN nº 213/2011 de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de nº 100 de 26 de maio de 2011, bem como pela Resolução CDN nº 166/2008 que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado a ser dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Resolução CDN nº 168/2008 que aprova normas e procedimentos relativos ao registro de preço no âmbito do Sistema SEBRAE, na contratação de serviços ou de aquisição de bens.

Em 2013, o SEBRAE/AL, concluiu as licitações descritas a seguir, as quais foram conduzidas pela Comissão Especial, nomeada para o fim específico e sob a assistência técnica da Unidade Jurídica.

Tabela 47

RESUMO DE LICITAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2013				
QUANTIDADE	**MODALIDADE**	**VALOR EM CONTRATO/ARP (R$)**		**REDUÇÃO/ ACRÉSCIMO (Leilão)**
		DEMANDA EFETIVA	**ESTIMATIVA DE DEMANDA (a)**	
03	CONVITE	425.568,33	---	**(1)**
03	CONCORRÊNCIA	1.193.206,20	2.000.000,00	
12	PREGÃO PRESENCIAL	3.331.541,02	2.688.143,57	
04	PREGÃO ELETRÔNICO	1.356.900,00	---	
02	LEILÃO	24.050,00 **(b)**		
TOTAL		**6.307.215,55**	**4.688.143,57**	

Notas:

(1) Os índices de redução/acréscimo (Leilão) em relação à média dos preços de mercado estão evidenciados nos demonstrativos de cada procedimento licitatório abaixo.

(a) Valor em contratos por estimativa a serem executados de acordo com as demandas.

(b) Por se tratar da modalidade Leilão essa quantia não compõe o valor total da tabela acima.

Fonte: Unidade de Administração e Finanças

Do montante das contratações celebradas em 2013, **83,87%** foram realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte, correspondendo ao universo de contratações no valor geral de **R$ 10.995.359,12**, conforme resumo abaixo:

Tabela 48

RESUMO DAS CONTRATAÇÕES/ARP DE 2013				
VALOR DOS CONTRATOS/ARP	**DESCRIÇÃO**	**EMPRESAS EM GERAL (incluído ME e EPP) (R$)**	**ME e EPP (R$)**	**% ME e EPP (A)**
	Nº DE CONTRATAÇÃO/ARP	31	26	83,78%
	CONTRATOS/ARP POR DEMANDAS EFETIVAS	6.307.215,55	4.814.091,67	76,32%
	CONTRATOS/ARP POR ESTIMATIVA DE DEMANDA	4.688.143,57	3.228.143,57	68,85%
	VALOR TOTAL CONTRATADO/ARP	**10.995.359,12**	**8.042.235,24**	**73,14%**

Notas:

(A) % ME e EPP em relação aos números de empresas em geral e ao valor total em contrato.

Fonte: Unidade de Administração e Finanças

1º TRIMESTRE

CONVITE

CONVITE Nº 01/2013

OBJETO: Contratação serviço técnico especializado na elaboração do projeto de arquitetura de interiores e projeto de sinalização para a Feira do Empreendedor 2013, a ser realizada durante o período de 09 a 12 de outubro do corrente ano, no Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, situado na Rua Celso Piatti, S/N, Jaraguá, Maceió/AL, conforme as especificações contidas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 01 (uma) empresa segmentada como Microempresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
ARQUIFEIRAS PLANEJAMENTO LTDA - ME	12.810.980/0001-77

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 53.333,33.

EMPRESA CONTRATADA: ARQUIFEIRAS PLANEJAMENTO LTDA - ME
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 19/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 52.000,00

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 52.000,00 importando em uma redução de 2,50% em relação ao valor do preço de mercado.

CONCORRÊNCIA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2012

OBJETO: Contratação serviços de publicidade a serem prestados por 02 (duas) agências de propaganda. Entende-se como serviços de publicidade o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 06 (seis) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 02 (duas) empresas

EMPRESAS	CNPJ/MF
LABOX COMUNICAÇÃO ESTRATEGICA	11.653.365/0001-31
MESTRA LTDA	10.945.009/0001-29

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 02 (duas) empresas

EMPRESAS	CNPJ/MF
SIX PROPAGANDA LTDA	12.952.537/0001-30
CLORUS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	10.711.572/0001-32

EMPRESA NORMAL – 02 (duas) empresas

EMPRESAS	CNPJ/MF
BCA PROPAGANDA LTDA	03.598.189/0001-54
ANTARES PUBLICIDADE LTDA	12.682.977/0001-15

VALOR DA DEMANDA ESTIMADA: R$ 2.000.000,00.

EMPRESA CONTRATADA: BCA PROPAGANDA LTDA
PORTE DA EMPRESA: Não se enquadra como ME ou EPP
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 04/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 1.000.000,00

EMPRESA CONTRATADA: SIX PROPAGANDA LTDA
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 05/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 1.000.000,00

OBS.: O valor da demanda estimada neste contrato é de R$ 2.000.000,00, ressaltando que os pagamentos são feitos pela demanda efetiva. Nesta licitação tivemos uma redução de 46,5% em relação à tabela referencial de preços de mercado. Por serem muitos itens optamos por não detalhar neste relatório, mas as tabelas estão arquivadas no processo de contratação para exames futuros.

PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013

OBJETO: Contratação de agência de viagem, em regime de não exclusividade, para atendimento às atividades do SEBRAE/AL, de acordo com a demanda, conforme as especificações contidas no anexo I deste edital, sendo:

LOTE ÚNICO

- Item 01 - Emissão, remarcação e cancelamento do fornecimento de passagens aéreas, para voos nacionais e internacionais;
- Item 02 - Reserva e hospedagem em hotéis localizados em território nacional e internacional e apoio a serviços;
- Item 03 - Translado/transfer no território nacional e internacional.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 04 (quatro) empresas segmentadas como:

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 04 (quatro) empresas

EMPRESAS	CNPJ/MF
CR TURISMO LTDA.	09.452.599/0001-79
AEROTURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.	12.386.124/0001-36
TRANSAMÉRICA TURISMO LTDA.	12.490.140/0001-74
DISTAK AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.	35.636.034/0001-51

VALOR DA DEMANDA ESTIMADA: R$ 1.886.500,00 sendo:

ITEM 01: R$ 1.500.000,00
ITEM 02: R$ 323.500,00
ITEM 03: R$ 63.000,00

EMPRESA CONTRATADA: AEROTURISMO AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA - EPP
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte.
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 01/2013.

VALOR CONTRATADO: O pagamento será efetuado de acordo com os serviços efetivamente prestados, com base nas taxas de transações abaixo descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	TAXA DE TRANSAÇÃO
01	Passagens aéreas nacionais e internacionais	R$ 0,00
02	Hospedagem em território nacional e internacional com apoio à serviço.	R$ 0,00
03	Traslado/Transfer	R$ 0,00

CÁLCULO DA ECONOMICIDADE EM RELAÇÃO AO VALOR DE REFERÊNCIA

	ITEM - 01	ITEM - 02	ITEM - 03	TOTAL
DEMANDA ESTIMADA (R$) **Quantidade**	1.500.000,00 1.640 unidades	323.500,00 150 unidades	63.000,00 30 unidades	1.886.500,00
TAXA DE MERCADO (R$)	35,00	46,67	46,67	
TAXA CONTRATADA (R$)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL COM TAXA DE MERCADO (R$)	1.557.400,00	330.500,50	64.400,10	1.952.300,60
TOTAL COM TAXA CONTRATADA (R$)	1.500.000,00	323.500,00	63.000,00	1.886.500,00
ECONOMICIDADE NA RELAÇÃO ENTRE OS VALORES ESTIMADOS E CONTRATADOS	100%	100%	100%	**100%**

OBS.: O valor da taxa de transação contratado desta licitação foi R$ 0,00 importando em uma redução de 100% em relação ao valor de mercado. O total contratado é apenas um valor estimado de consumo, sendo os pagamentos efetuados pela demanda efetiva.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

OBJETO: Contratação empresa especializada em serviços de instrutoria na área de legislação aplicada às MPE, em especial para realização de cursos relacionados às compras públicas, com base nas Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis à matéria, de acordo com a demanda, conforme as especificações contidas no edital e seus anexos, sendo:

LOTE ÚNICO

- Item 01 – Curso como vender para o governo;
- Item 02 – Curso como comprar da pequena empresa.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 01 (uma) empresa segmentada como Empresa de Pequeno Porte:

EMPRESA	CNPJ/MF
MASTER CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA.	08.492.350/0001-24

VALOR DE MERCADO ESTIMADO: Valor hora/aula R$ 153,75, sendo:

OBJETO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA - TURMAS
Item 01 - curso como vender para o governo.	20
Item 02 - curso como comprar da pequena empresa.	10

EMPRESA CONTRATADA: MASTER CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa e Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 03/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 120,00/hora (360 horas = R$ 43.200,00)

OBS.: O valor da hora/aula contratado desta licitação é de R$ 120,00 importando em uma redução de 21,95% em relação ao valor estimado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento dos materiais de copa, refeitório, descartável e expediente. Licitação realizada com previsão de participação exclusiva de Micro e Pequena Empresa.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 05 (cinco) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 03 (três) empresas;

EMPRESA	CNPJ/MF
BORDESETE COMÉRCIO LTDA	12.466.706/0001-22
V.T.A MACHADO DE ARRUDA EIRELI	16.667.433/0001-35
OB DISTRIBUIDORA LTDA	12.064.073/0001-26

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 02 (duas) empresas.

EMPRESA	CNPJ/MF
MACHADO ARMARINHOS LTDA. – EPP	24.174.062/0001-88
SAMPAIO E ALMEIDA LTDA	08.358.833/0001-30

VALOR DE MERCADO ESTIMADO: R$ 323.956,00

EMPRESA FORNECEDORA: MACHADO ARMARINHOS LTDA. - EPP.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Ata de Registro de Preço nº 01/2013.
VALOR REGISTRADO: R$ 24.705,57

MACHADO ARMARINHOS LTDA. - EPP.	
DESCRIÇÃO	**Itens da Ata de Registro de**
MATERIAL DESCARTÁVEL, COPA E REFEITÓRIO	01, 02, 03, 07 e 08

EMPRESA FORNECEDORA: OB DISTRIBUIDORA LTDA.-ME
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Ata de Registro de Preço nº 02/2013.
VALOR REGISTRADO: R$ 36.918,00

OB DISTRIBUIDORA LTDA.-ME	
DESCRIÇÃO	**Itens da Ata de Registro de**
MATERIAL DESCARTÁVEL, COPA E REFEITÓRIO	04, 05, 06 e 09.
MATERIAL DE EXPEDIENTE	22, 23, 24, 78, 79, 80 e 81

EMPRESA FORNECEDORA: SAMPAIO E ALMEIDA LTDA.– EPP
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Ata de Registro de Preço nº 03/2013.
VALOR REGISTRADO: R$ 121.310,50

SAMPAIO E ALMEIDA LTDA.– EPP	
DESCRIÇÃO	**Itens da Ata de Registro de Preço nº 03/2013**
MATERIAL DE EXPEDIENTE	11, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 49, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 82, 83, 84, 85, 86 e 87

EMPRESA FORNECEDORA: V.T.A MACHADO DE ARRUDA EIRELI
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Ata de Registro de Preço nº 04/2013.
VALOR REGISTRADO: R$ 25.009,50

V.T.A MACHADO DE ARRIDA EIRELI	
DESCRIÇÃO	**Itens da Ata de Registro de Preço nº 04/2013**
MATERIAL DE EXPEDIENTE	10, 13, 14, 15, 21, 30, 34, 36, 39, 42, 43, 46, 47, 50, 54, 62, 69, 71, 72, 75, 76 e 77

OBS.: O valor total registrado desta licitação é de R$ 207.943,57 importando em uma redução de 35,81% em relação ao valor estimado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de condicionadores ar, tipo split, conforme especificações descritas no anexo II do edital.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 03 (três) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
OB DISTRIBUIDORA LTDA	12.064.073/0001-26

EMPRESA NORMAL – 02 (duas) empresas.

EMPRESAS	CNPJ/MF
TOTALPARTS AR CONDICONADO E REFRIGERAÇÃO LTDA	02.465.299/0002-66
REFRIGELO CLIMATIZAÇÃO DE AMBIENTES LTDA	61.502.324/0001-46

VALOR DE MERCADO ESTIMADO: R$ 91.981,66

EMPRESA FORNECEDORA: OB DISTRIBUIDORA LTDA
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Ata de Registro de Preço nº 05/2013.
VALOR REGISTRADO: R$ 90.500,00

OBS.: O valor total registrado desta licitação é de R$ 90.500,00 importando em uma redução de 1,61% em relação ao valor de mercado estimado.

2º TRIMESTRE

CONCORRÊNCIA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2013

OBJETO: Contratação empresa especializada em desenvolvimento territorial e/ou setorial com foco no setor produtivo, envolvendo empresários e/ou produtores rurais, e/ou associações e cooperativas de empresários, e/ou produtores rurais, e/ou gestão de APLs, para diversos territórios alagoanos, visando o incremento da competitividade de empresas de micro e pequeno porte e empreendedores individuais e a execução de articulação institucional para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Estado de Alagoas, de acordo com a demanda e as condições previstas no edital e seus anexos.

VALOR DE MERCADO ESTIMADO: R$ 1.648.956,00.

LICITAÇÃO CANCELADA
O processo foi cancelado em virtude da subjetividade dos critérios de avaliação das propostas técnicas, com base no art. 40 da Resolução CDN nº 213/2011- Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada na elaboração de *clipping* eletrônico (TV, rádio e site) e impresso (revista e jornal), por meio de pesquisa de matérias e/ou entrevistas publicadas/veiculadas nos jornais, revistas, rádios, sites e emissoras de televisão em Alagoas, e, quando necessário, em outras Unidades da Federação.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 02 (duas) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 02 (duas) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
COMUNICA RELAÇÕES PÚBLICAS E IMPRENSA LTDA.	06.223.660/0001-18
ALGO MAIS IMPRENSA E CLIPPING DE MÍDIA LTDA.	11.983.545/0001-81

VALOR DE MERCADO ESTIMADO: R$ 187.200,00.

EMPRESA CONTRATADA: ALGO MAIS IMPRENSA E CLIPPING DE MÍDIA LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 33/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 80.400,00.

OBS.: O valor contratado desta licitação é de R$ 80.400,00 importando em uma redução de 57,05% em relação ao valor de mercado estimado.

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo de passageiros – tipo van Minibus, 0 (zero) quilometro, com capacidade mínima de 16 lugares, ano/modelo mínimo 2012/2013, para o SEBRAE/AL, conforme especificações mínimas contidas no Anexo I – Especificações do Objeto do edital.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 04 (quatro) empresas segmentadas como:

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 04 (quatro) empresas:

EMPRESA
RETHA MÁXIMA LTDA.

VEBRASIL CONCESSIONÁRIA LTDA.
RODA LIVRE CONCESSIONÁRIA EIRELI.
COMERCIAL ELZA AMARAL EIRELI.

VALOR DE MERCADO ESTIMADO: R$ 136.666,66.

EMPRESA CONTRATADA: RETHA MÁXIMA LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 26/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 130.000,00.

OBS.: O valor contratado desta licitação é de R$ 130.000,00 importando em uma redução de 4,9% em relação ao valor de mercado estimado.

LEILÃO

LEILÃO Nº 01/2013

OBJETO: Venda de veículo automotor pertencente ao SEBRAE/AL, sendo:

ITEM 01 – Veículo KIA, modelo SPORTAGE LX 2.0, 04 portas, ar-condicionado, direção hidráulica, ano/modelo: 2008/2008, placa: NLW 3035 – AL, cor: prata, combustível: gasolina, chassi nº KNAJE552287523611, Renavam nº 970008414.

VALOR MÍNIMO DO LANCE: R$ 28.666,66.

LICITAÇÃO DESERTA
Não compareceu interessado para participar do presente certame.

LEILÃO Nº 02/2013

OBJETO: Venda de veículo automotor pertencente ao SEBRAE/AL, sendo:

ITEM 01 – Veículo KIA, modelo SPORTAGE LX 2.0, 04 portas, ar-condicionado, direção hidráulica, ano/modelo: 2008/2008, placa: NLW 3035 – AL, cor: prata, combustível: gasolina, chassi nº KNAJE552287523611, Renavam nº 970008414.

VALOR MÍNIMO DO LANCE: R$ 21.666,66.

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES: 04 (quatro) pessoas físicas.

ARREMATANTE: VICENTE DE PAULO MADRUGA FILHO
VALOR DA ARREMATAÇÃO: R$ 24.050,00.

OBS.: O valor arrematado é de R$ 24.050,00 importando em um acréscimo de 11% em relação ao valor mínimo do lance.

3º TRIMESTRE

CONVITE

CONVITE Nº 02/2013

OBJETO: Contratar empresa na prestação do serviço técnico especializado na elaboração dos projetos de arquitetura para reforma e de arquitetura de interiores corporativa com definição de layout e mobiliário padrão, do prédio sede do SEBRAE/AL, localizado na Rua Dr. Marinho de Gusmão, 46, Centro – Maceió/Alagoas, sob as condições previstas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 01 (uma) empresa segmentada como Microempresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
PASCUAL ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA. - ME	24.320.079/0001-04

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 102.500,00.

EMPRESA CONTRATADA: PASCUAL ARQUITETOS ASSOCIADOS LTDA. - ME
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 45/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 92.000,00.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 92.000,00 importando em uma redução de 10,24% em relação ao valor do preço de mercado.

CONVITE Nº 03/2013

OBJETO: Contratar empresa especializada na prestação de serviços de reforma nas instalações do prédio onde funcionará o escritório regional do SEBRAE/AL, situado na Rua 13 de Maio, nº 310, Centro – Delmiro Gouveia/Alagoas, sob as condições e especificações descritas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 01 (uma) empresa segmentada como Empresa de Pequeno Porte:

EMPRESA	CNPJ/MF
CPM CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.	03.343.519/0001-60

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 281.662,06.

EMPRESA CONTRATADA: CPM CONSULTORIA E PROJETOS LTDA. - EPP
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 44/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 281.568,33.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 281.568,33 importando em uma redução de 0,03% em relação ao valor do preço de mercado.

CONCORRÊNCIA

CONCORRÊNCIA Nº 02/2013

OBJETO: Contratar empresa especializada em desenvolvimento territorial e/ou setorial com foco no setor produtivo, envolvendo empresários e/ou produtores rurais, e/ou associações e cooperativas de empresários, e/ou produtores rurais, e/ou gestão de APLs, para diversos territórios alagoanos, visando o incremento da competitividade de empresas de micro e pequeno porte e empreendedores individuais e a execução de articulação institucional para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Estado de Alagoas, de acordo com a demanda e as condições previstas no edital e seus anexos, sendo:

Lote 01	APL Tecnologia da Informação em Maceió
Lote 02	APL Móveis no Entorno de Maceió
Lote 03	APL Fitoterápico (Área de saúde) em Maceió
Lote 04	APL Turismo Lagoas e Mares do Sul Municípios que abrange: Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Coruripe, Feliz Deserto, Jequiá da Praia, Maceió (Pontal da Barra), Marechal Deodoro, Pilar, Roteiro e Santa Luzia do Norte.
Lote 05	APL Fruticultura no Vale do Mundaú Municípios que abrange: Branquinha, Ibateguara, Santana do Mundaú, São José da Laje e União dos Palmares.
Lote 06	APL Rizicultura no Baixo São Francisco Municípios que abrange: Igreja Nova, Porto Real do Colégio, Penedo e Piaçabuçu.
Lote 07	APL Apicultura no Litoral e Lagoas Municípios que abrange: Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Coruripe, Feliz Deserto, Jequiá da Praia, Maceió, Marechal Deodoro, Pilar, Roteiro, Santa Luzia do Norte, Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.

Lote 08	APL Cerâmico Oleiro da mesorregião Leste Municípios que abrange: Matriz de Camaragibe, Joaquim Gomes, Murici, Capela, Atalaia e Boca da Mata.
Lote 09	APL Turismo Costa dos Corais Municípios que abrange: Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Paripueira, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.
Lote 10	APL Fruticultura no Agreste Municípios que abrange: Arapiraca, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Igaci, Limoeiro de Anadia, Palmeira dos Índios e Taquarana.
Lote 11	APL Móveis no Agreste Municípios que abrange: Arapiraca e Palmeira dos Índios.
Lote 12	APL Mandioca no Agreste Município que abrange: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana e Teotônio Vilela.
Lote 13	APL Horticultura no Agreste Municípios que abrange: Arapiraca, Coité do Noia, Feira Grande, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Palmeira dos Índios, São Sebastião e Taquarana.
Lote 14	APL Extração Artesanal de Granito na Zona da Mata Municípios que abrange: Murici, Branquinhas e União dos Palmares.
Lote 15	APL Turismo no São Francisco Municípios que abrange: Água Branca, Belo Monte, Delmiro Gouveia, Igreja Nova, Olho d'água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Piranhas, Porto Real do Colégio, São Brás e Traipu.
Lote 16	APL Apicultura no Sertão Municípios que abrange: Água Branca, Cacimbinhas, Delmiro Gouveia, Mata Grande, Olho D'agua das Flores, Olho D'agua do Casado, Olivença, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.
Lote 17	APL Ovinocaprinocultura no Sertão Municípios que abrange: Água Branca, Batalha, Belo Monte, Canapi, Carneiros, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jaramantaia, Major Izidoro, Maravilha, Mata Grande, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Olho D'água do Casado, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.
Lote 18	APL Piscicultura no Delta do São Francisco Municípios que abrange: Belo Monte, Coruripe, Delmiro Gouveia, Feliz Deserto, Igreja Nova, Jequiá da Praia, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Piranhas, Porto Real do Colégio, São Bráz, São Sebastião e Traipu.

QUANTIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS PARTICIPANTES: 05 (cinco) pessoas jurídicas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 03 (três) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
CEDEN CONSULTORIA EMPRESARIAL E DESEV. DE NEGÓCIOS LTDA. – ME	10.427.137/0001-80
PENEDO CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. - ME	05.875.155/0001-95
CODEA CONSULTORIA LTDA. - ME	10.522.699/0001-03

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
MDE CONSULTORIA LTDA. – EPP	12.018.651/0001-98

OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – 01 (uma) instituição:

EMPRESA	CNPJ/MF
IABS – INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL	05.902.038/0001-73

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 1.648.956,00 sendo:

LOTE 01 – R$ 77.850,00; **LOTE 02 –** R$ 77.850,00; **LOTE 03 –** R$ 77.850,00; **LOTE 04 –** R$ 89.670,00; **LOTE 05 –** R$ 89.670,00; **LOTE 06 –** R$ 90.120,00; **LOTE 07 –** R$ 91.155,00; **LOTE 08 –** R$ 89.310,00; **LOTE 09 –** R$ 89.670,00; **LOTE 10 –** R$ 90.600,00; **LOTE 11 –** R$ 89.610,00; **LOTE 12 –** R$ 90.678,00; **LOTE 13 –** R$ 90.678,00; **LOTE 14 –** R$ 89.580,00; **LOTE 15 –** R$ 106.290,00; **LOTE 16 –** R$ 106.530,00; **LOTE 17 –** R$ 106.530,00; **LOTE 18 –** R$ 105.315,00.

LOTE 06

EMPRESA CONTRATADA: PENEDO CONSULTORIA AGRÍCOLA LTDA. – ME
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 34/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 82.987,20.
LOTES 04, 07, 09, 15 e 16

EMPRESA CONTRATADA: IABS – INSTITUTO AMBIENTAL BRASIL SUSTENTÁVEL

PORTE DA EMPRESA: Não se enquadra como ME ou EPP
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 35/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 483.315,00.

LOTES 02 e 11

EMPRESA CONTRATADA: MDE CONSULTORIA LTDA. – EPP
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 38/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 166.200,00.

LOTES 05, 13, 14 e 18

EMPRESA CONTRATADA: CEDEN CONSULTORIA EMPRESARIAL E DESEV. DE NEGÓCIOS LTDA. – ME
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contratos nº 39 e 48/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 361.200,00.
LOTE 17

EMPRESA CONTRATADA: CODEA CONSULTORIA LTDA. - ME
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 43/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 99.504,00.

OBS.:

a) Os lotes 01, 03, e 10 foram considerados desertos, tendo em vista a ausência de empresas interessadas, já os lotes 08 e 12 não foram contratados em face da renúncia ao direito da contratação por parte das empresas vencedoras;

b) O valor total contratado desta licitação, **excluindo os lotes 01, 03, 08, 10 e 12**, é de R$ 1.193.206,20 importando em uma redução de 2,41% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013

OBJETO: Contratar empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços para o evento Feira do Empreendedor 2013, que será realizado no período de 09 a 12 de outubro de 2013, das 14h às 22h, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, localizado na Rua Celso Piatti, S/N, Jaraguá - Maceió*/AL*, em conformidade com as especificações e condições descritas no edital e seus anexos, sendo:

Lote 01 - Locação de equipamentos audiovisuais e de informática;
Lote 02 - Serviços de recursos humanos (recepção, digitação, limpeza, segurança e saúde).

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 14 (catorze) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 07 (sete) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
SAID E TENÓRIO LTDA.	10.672.648/0001-68
RENTTEC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	07.630.342/0001-34
LOCABOX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI.	05.624.386/0001-26
É PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.	09.026.446/0001-60
CARLOS EDUARDO COSTA.	13.383.016/0001-72
HITS MODEL & EVENTOS LTDA.	16.755.402/0001-36
INFORME SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.	63.489.488/0001-82

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – 06 (seis) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
PACIFIC ORGANIZADORA DE EVENTOS LTDA.	04.595.133/0001-09
PREVIEW VÍDEO DIGITAL LTDA.	05.330.676/0001-67
VITÓRIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	06.069.667/0001-27
MITRE CONSTRUÇÕES LOCAÇÕES E EVENTOS EIRELI.	00.217.704/0001-10
ÓPERA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.	13.582.387/0001-83
MZAD EVENTOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.	08.415.086/0001-25

EMPRESA NORMAL – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
LB2 INTERATIVA LTDA.	12.543.364/0001-05

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 643.153,50, sendo:

LOTE 01 – R$ 486.002,50
LOTE 02 – R$ 157.151,00.

LOTE 01

EMPRESA CONTRATADA: VITÓRIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 61/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 286.960,00.

LOTE 02

EMPRESA CONTRATADA: É PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 62/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 89.996,00.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 376.956,00 importando em uma redução de 41,39% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2013

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo utilitário esportivo, 0 (zero) quilômetro, para o SEBRAE/AL, conforme especificações mínimas contidas no Anexo I – Especificações do Objeto do edital.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 06 (seis) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 01 (uma) empresa:

EMPRESA
SOLUÇÃO PLANEJAMENTO E COMÉRCIO LTDA.

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – 02 (duas) empresas:

EMPRESA
JTW VEÍCULO LTDA.
BANDEIRANTES NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.

EMPRESA NORMAL – 03 (três) empresas:

EMPRESA

PEDRAGON AUTOS LTDA.
TAIYO AUTO IMPORT LTDA.
EMPORIUM CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA.

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 119.794,33.

EMPRESA CONTRATADA: JTW VEÍCULO LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 49/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 99.900,00.

OBS.: O valor contratado desta licitação é de R$ 99.900,00 importando em uma redução de 16,60% em relação ao valor de mercado estimado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2013

OBJETO: Contratar empresa prestadora dos serviços de montagem e desmontagem de estande; paisagismo e ambientação, para o evento Feira do Empreendedor 2013, que será realizado no período de 09 a 12 de outubro de 2013, das 14h às 22h, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso, localizado na Rua Celso Piatti, S/N - Jaraguá - Maceió*/AL*, em conformidade com as especificações e condições descritas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 13 (treze) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 02 (duas) empresas:

EMPRESA
STAR PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.
MATOS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 06 (seis) empresas:

EMPRESA
A.P.C. SILVA SILVEIRA & CIA. LTDA.
ATIVA EVENTOS E LOCAÇÃO LTDA.
V3 ENTRETENIMENTO LOCAÇÕES E TURISNMO LTDA.
PADRÃO LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA.
SÃO LUIS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

PENSA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

EMPRESA NORMAL – 05 (cinco) empresas:

EMPRESA
STUDIO BRASIL COMPANHIA DE EVENTOS LTDA.
CONEXÃO MONTAGENS E EVENTOS LTDA.
LR DESIGN LTDA.
LPR LTDA.
SOLUCTION LOGÍSTICA E EVENTOS LTDA.

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 1.375.544,60

EMPRESA CONTRATADA: LR DESIGN LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Não se enquadra como ME ou EPP
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 54/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 897.000,00.

OBS.: O valor contratado desta licitação é de R$ 897.000,00 importando em uma redução de 34,79% em relação ao valor de mercado estimado.

4º TRIMESTRE

PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

OBJETO: Contratar empresa especializada na prestação de serviços de adequações da rede elétrica estabilizada na Sede do SEBRAE/AL e Escritório Regional de Arapiraca, compreendendo a instalação de 05 (cinco) quadros elétricos estabilizados para o nobreak da sede do SEBRAE/AL e remanejamento de quadro elétrico estabilizado para o nobreak do Escritório Regional de Arapiraca, conforme especificações contidas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 02 (duas) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 02 (duas) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
LINK TELECOM LTDA.	13.283.804/0001-97

MJR CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.	15.435.041/0001-88

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 199.296,61.

EMPRESA CONTRATADA: LINK TELECOM LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Microempresa
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 63/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 176.000,00.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 176.000,00 importando em uma redução de 11,69% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013

OBJETO: Contratar empresa na prestação de serviços reprográficos, para uso do SEBRAE/AL, de acordo com a demanda, conforme condições e especificações descritas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 03 (três) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 02 (duas) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
GRAFNORTE	16.480.096/0001-72
CONCEIÇÃO E XAVIER COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ACABAMENTOS GRÁFICOS LTDA.	10.735.529/0001-07

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
LUIZ MELO E CIA. LTDA.	00.299.160/0001-83

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 430.533,82.

EMPRESA CONTRATADA: LUIZ MELO E CIA. LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 64/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 220.133,26.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 220.133,26 importando em uma redução de 48,87% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2013

OBJETO: Contratar empresa especializada na prestação dos serviços de terceirização de mão-de-obra em vigilância armada, a serem prestados ao SEBRAE/AL, na sede em Maceió, localizada na Rua Dr. Marinho de Gusmão, nº 46, Centro, com base na Convenção Coletiva de Trabalho do SINDVIGILANTES/AL e sob as condições e especificações descritas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 02 (duas) empresas segmentadas como:

EMPRESA NORMAL – 02 (duas) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.	11.866.801/0001-50
VITAL SEGURANÇA LTDA.	05.648.031/0001-77

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 140.712,56.

EMPRESA CONTRATADA: SCOLTT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Não se enquadra como ME ou EPP
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 79/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 112.808,88.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 112.808,88 importando em uma redução de 19,83% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013

OBJETO: Contratar pessoa jurídica especializada na prestação de assistência médica no segmento odontológico, qual seja: plano odontológico, cooperativa odontológica, seguro saúde do segmento odontológico, desde que devidamente registrado na ANS, tanto a operadora como o(s) plano(s), com o escopo de atender os diretores e empregados desta Instituição, e seus dependentes, na forma de pré-pagamento, sem aplicação de coberturas parciais temporárias (CPT) ou carências na implantação ou por admissão, bem como, por nascimento ou casamento no caso de inclusão de dependentes, conforme condições previstas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS PARTICIPANTES: 02 (duas) pessoas jurídicas segmentadas como:

EMPRESA NORMAL – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA.	08.787.782/0001-62

OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS – 01 (uma) cooperativa:

EMPRESA	CNPJ/MF
UNIODONTO NORDESTE – CENTRAL REGIONAL DAS COOPERATIVAS ODONTOLÓGICAS DO NORDESTE	40.639.163/0001-33

VALOR DA DEMANDA ESTIMADA: R$ 460.000,00.

EMPRESA CONTRATADA: PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Não se enquadra como ME ou EPP
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 75/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 460.000,00

OBS.: O valor da demanda estimada neste contrato é de R$ 460.000,00 ressaltando que os pagamentos são realizados pela demanda efetiva. Nesta licitação obtivemos uma redução de 39,47% em relação à taxa média mensal *"per capta"* em pré-pagamento de mercado, conforme tabela abaixo:

Taxa média mensal *"per capta"* estimada – R$	Taxa média mensal *"per capta"* contratada – R$
19,00	11,50

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013

OBJETO: Contratar empresa na prestação de serviços técnicos especializados na área de relações internacionais para assessoria técnica em âmbito internacional, a fim de viabilizar missões internacionais, acordos de cooperação entre instituições públicas e privadas do Canadá e os estados nordestinos, com ênfase nas micro empresas e empresas de pequeno porte, e foco na modelagem da cadeia produtiva; controle de qualidade do leite; nutrição e genética de bovinos leiteiros; capacitação do setor primário (produtores de leite) e do setor secundário (indústrias de laticínios de pequeno porte); desenvolvimento tecnológico de produção e boas práticas do rebanho bovino de leite, conforme condições e especificações descritas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 02 (duas) empresas segmentadas como:

MICROEMPRESA – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
MDL BRASIL CONSULTORIA & MARKETING LTDA.	10.193.539/0001-68

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 01 (uma) empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF

VIABILIS DO BRASIL CONSULTORIA LTDA.	08.377.393/0001-69

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 113.000,00.

EMPRESA CONTRATADA: VIABILIS DO BRASIL CONSULTORIA LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 73/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 95.500,00.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 95.500,00 importando em uma redução de 15,49% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013

OBJETO: Contratar empresa especializada na terceirização de mão-de-obra para os serviços de motorista, recepcionista, copeiro, telefonista, auxiliar de carga e descarga e auxiliar de jardinagem a serem prestados ao SEBRAE/AL, em sua sede em Maceió, nos Escritórios Regionais em Arapiraca, Penedo, Delmiro Gouveia e em outros locais, aonde o SEBRAE/AL venha atuar, com base nas Convenções Coletivas de Trabalho do SINDILIMP/AL e SINTTEL/AL e sob as condições e especificações descritas no edital e seus anexos.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 05 (cinco) empresas segmentadas como:

EMPRESA DE PEQUENO PORTE – 02 (duas) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
VITAL SERVIÇOS LTDA.	03.340.376/0001-33
VULMÁRIO MENDES SILVA SOBRINHO	14.059.747/0001-53

EMPRESA NORMAL – 03 (três) empresas:

EMPRESA	CNPJ/MF
RELUZIR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.	07.638.154/0001-52
JDB – ASSESSORIA COBRANÇAS E SERVIÇOS LTDA.	02.838.052/0001-67
ATIVA SERVIÇOS GERAIS EIRELI	40.911.117/0001-41

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 2.383.632,60.

EMPRESA CONTRATADA: VITAL SERVIÇOS LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 84/2013.

VALOR CONTRATADO: R$ 2.269.742,88.

OBS.: O valor total contratado desta licitação é de R$ 2.269.742,88 importando em uma redução de 4,78% em relação ao valor do preço de mercado.

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2013

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo, 0km (zero quilômetro), com customização veicular interna e externa, para o SEBRAE/AL, conforme especificações mínimas contidas no edital.

QUANTIDADE DE EMPRESAS PARTICIPANTES: 05 (cinco) empresas segmentadas como:

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – 04 (quatro) empresas:

EMPRESA
MASER EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA.
BANDEIRANTES NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.
USATEC BSB - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
EMPORIUM CONSTRUTORA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

EMPRESA NORMAL – 01 (uma) empresa:

EMPRESA
ATHOS BRASIL SOLUCOES EM UNIDADES MOVEIS LTDA.

VALOR DO PREÇO DE MERCADO: R$ 252.666,66

EMPRESA CONTRATADA: USATEC BSB - INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.
PORTE DA EMPRESA: Empresa de Pequeno Porte
INSTRUMENTO JURÍDICO: Contrato nº 87/2013.
VALOR CONTRATADO: R$ 230.000,00.

OBS.: O valor contratado desta licitação é de R$ 230.000,00 importando em uma redução de 8,97% em relação ao valor de mercado estimado.

11.2 Informações Sobre Entrega e Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Tabela 49

QUADRO A.11.2 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	**Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	**Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função**	**Final do Exercício Financeiro**
Conselheiros	Obrigados a entregar a DBR	36	-	36
	Entregaram a DBR	36	-	36
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Diretores	Obrigados a entregar a DBR	3	-	3
	Entregaram a DBR	3	-	3
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Fonte: Secretaria do Conselho Deliberativo Estadual (CDE) e Conselho Fiscal (CF)				

MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA VIEIRA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA

DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SEBRAE - ALAGOAS - ANEXO I

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de Dezembro de 2013
Valores em milhares de Reais

ATIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.437	8.825
Valores a receber	5	271	63
Numerários vinculados a convênios e programas	6	2.465	1.084
Adiantamentos concedidos		569	375
Créditos com o Sistema SEBRAE	7	96	219
Transações com convênios a executar	8	1.967	-
Outros créditos		849	668
Total do ativo circulante		12.654	11.234
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	14	56	46
Imobilizado	9	13.876	11.982
Total do ativo não circulante		13.932	12.028
Total do ativo		26.586	23.262

PASSIVO	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante			
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	10	917	756
Obrigações com convênios e contratos	11	1.361	551
Contas a pagar a fornecedores e outros	12	1.626	2.819
Obrigações trabalhistas	13	2.237	1.747
Obrigações com o Sistema SEBRAE	7	951	1.148
Total do passivo circulante		7.092	7.021
Passivo não circulante			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	393	155
Obrigações com o Sistema SEBRAE	7	1.200	-
Total do passivo não circulante		1.593	155
Total do passivo		8.685	7.176
Patrimônio líquido	15		
Superávits (déficits) acumulados		8.077	9.013
Superávit (déficit) do exercício		1.816	(1.073)
Reserva de reavaliação		1.921	1.942
Ajustes de avaliação patrimonial		6.087	6.204
Total do patrimônio líquido		17.901	16.086
Total do passivo e patrimônio líquido		26.586	23.262

MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC TÉCNICO/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

SEBRAE - ALAGOAS - ANEXO-II

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Em 31 de Dezembro de 2013
Valores em milhares de Reais

	Nota	2013	2012
Receitas			
Receitas com Contribuição Social (CSO e CSN)	16	44.896	35.634
Receitas de empresas beneficiadas	17	1.071	990
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	18	3.036	2.335
Outras receitas operacionais	19	1.307	267
Total das receitas		50.310	39.226
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(15.047)	(13.277)
Despesas com serviços profissionais e contratados	21	(22.548)	(15.891)
Custos e despesas com operacionalização	22	(9.914)	(8.599)
Encargos diversos		(303)	(261)
Despesas com programas e convênios	23	(333)	(2.010)
Despesas com provisões		(321)	(119)
Despesas com depreciação e amortização		(804)	(747)
Outras		(16)	(204)
Total das despesas		(49.286)	(41.108)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro líquido		1.024	(1.882)
Receitas financeiras	24	831	845
Despesas financeiras	24	(39)	(36)
Resultado financeiro líquido		792	809
Superávit (déficit) do exercício		1.816	(1.073)

MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA CRC - TÉCNICO/AL - 006941/O-1

As Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

SEBRAE - ALAGOAS - ANEXO-III

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Em 31 de Dezembro de 2013
Valores em milhares de Reais

	2013	2012
Superávit (déficit) do exercício	1.816	(1.073)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**1.816**	**(1.073)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SEBRAE - ALAGOAS - ANEXO- IV

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Valores em milhares de Reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.317	(1.441)	1.962	6.346	17.184
Incorporação do (déficit) do exercício anterior	(1.441)	1.441	-	-	-
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial de bens	-		-	(25)	(25)
Realização da reserva de reavaliação	20	-	(20)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	117		-	(117)	-
Déficit do exercício	-	(1.073)	-	-	(1.073)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.013	(1.073)	1.942	6.204	16.086
Incorporação do (déficit) do exercício anterior	(1.073)	1.073	-	-	-
Baixa de ajuste de avaliação patrimonial de bens	-	-	-	(1)	(1)
Realização da reserva de reavaliação	21	-	(21)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	116	-	-	(116)	-
Superávit do exercício	-	1.816	-		1.816
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.077	1.816	1.921	6.087	17.901

MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA CRC - TÉCNICO/AL - 006941/O-1

SEBRAE - ALAGOAS - ANEXO-V

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
Valores em milhares de Reais

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.816	(1.073)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	804	747
Baixa de ativo imobilizado	9	28
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	238	70
	2.867	(228)
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(208)	13
Numerários vinculados a convênios e programas	(1.381)	467
Adiantamentos concedidos	(194)	18
Créditos com o Sistema SEBRAE	123	767
Transações com convênios a executar	(1.967)	-
Outros créditos	(181)	(559)
Depósitos judiciais	(10)	(2)
	(3.818)	704
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	161	
Obrigações com convênios e contratos	810	(613)
Contas a pagar a fornecedores e outros	(1.193)	327
Obrigações trabalhistas	490	655
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.003	339
Outros	(1)	51
	1.270	759
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	319	1.235
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(2.707)	(679)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(2.707)	(679)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(2.388)	556
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.825	8.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.437	8.825

MARCOS ANTÔNIO DA ROCHA VIEIRA
DIRETOR SUPERINTENDENTE

RONALDO DE MORAES E SILVA
DIRETOR TÉCNICO

JOSÉ ROBERVAL CABRAL DA SILVA GOMES
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ROSINEIDE DOS SANTOS SILVA
CONTADORA - CRC TÉCNICO/AL - 006941/O-1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil conforme aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

SEBRAE - ALAGOAS

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS - POSIÇÃO EM 31/12/2013

Valores Expressos em Reais (R$)

PARCEIROS	CONVÊNIO ASSINADOS					PRESTAÇÕES DE CONTAS ATÉ 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2012	LIBERAÇÕES EM 2013	Saldo a Liberar	PRESTAÇÕES DE CONTAS		SALDO EM 31/12/2013
	Nº.	Vencim.	Objeto	Valor Total	Aporte do SEBRAE					Devoluções de saldos	Prestação de Contas	Ativo Compensado
					1931	1932			2931		2933	2932
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (6-7-8-9)	11	12	13(8+9-11-12)
ABIH/AL	09/12	07/04/13	Realizar ações para divulgação dos destinos turísticos de Alagoas, através do Projeto "ALAGOAS O ANO TODO".	96.865,52	56.800,00	23.325,77	**33.474,23**		(0,00)	0,23	33.474,00	**-**
ASSOC.DESENV.R. POV PAU FERRO LARANJEIRAS (NOTA 1)	18/09	08/11/10	Aumentar a qualidade, produção, designer e consequentemente a competitividade da produção de roupas de cama, mesa e banho do grupo de costura do Povoado Pau Ferro Laranjeiras, possibilitando assim alternativas viáveis de renda na zona rural baseado no potencial da comunidade.	321.500,00	199.100,00		**90.000,00**		109.100,00			**90.000,00**
COOPERATIVA PINDORAMA	12/12	31/12/13	"Elaborar um estudo de viabilidade técnica e econômica, um projeto de engenharia e arquitetura e um projeto de estação de tratamento de fluentes para fábrica de laticínios com capacidade para processar aproximadamente 100.000 litros/dia, visando beneficiar inicialmente 319 famílias de pequenos produtores do Perímetro Irrigado de Marituba (PMT), localizado no município de Penedo e Alagoas."	127.000,00	75.000,00	-	**38.000,00**	37.000,00	-		38.000,00	**37.000,00**
CRC - FÁCIL MACEIO	01/11	24/03/16	Interação de esforços, entre os convenentes, com vistas à manutenção da Central de Atendimento Empresarial - Fácil.	191.423,28	133.996,32	19.809,76	**4.901,66**	2.410,74	106.874,16		7.312,40	**-**

SEBRAE - ALAGOAS

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS - POSIÇÃO EM 31/12/2013

Valores Expressos em Reais (R$)

PARCEIROS	CONVÊNIO ASSINADOS					PRESTAÇÕES DE CONTAS ATÉ 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2012	LIBERAÇÕES EM 2013	Saldo a Liberar	PRESTAÇÕES DE CONTAS		SALDO EM 31/12/2013
	Nº.	Vencim.	Objeto	Valor Total	Aporte do SEBRAE					Devoluções de saldos	Prestação de Contas	Ativo Compensado
					1931	1932			2931		2933	2932
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (6-7-8-9)	11	12	13(8+9-11-12)
FAEAL/SENAR	08/10	30/12/13	Apoio ao programa estadual de prevenção e erradicação da febre aftosa do estado de Alagoas.	128.900,00	83.900,00	32.750,05	**51.149,95**		-			**51.149,95**
FAEAL	21/12	20/03/14	Elaborar proposta de um sistema de assistência técnica para pequenos produtores rurais com ênfase nos Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas, que integre a inovação tecnológica e a gestão empreendedora.	118.900,00	70.000,00	-	**35.000,00**		35.000,00			**35.000,00**
FAPEAL	21/10	22/07/15	Desenvolver o projeto cultivo do eucalipto no estado de Alagoas.	275.630,00	40.000,00		**20.000,00**		20.000,00	20.000,00		**-**
FAPEAL	23/10	25/12/12	Executar as Ações do Projeto Agente Local de Inovação - ALI.	1.881.450,00	1.442.400,00	972.057,56	**470.342,44**		(0,00)		470.342,44	**-**
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE AL	09/10	10/02/14	Promover a melhoria da competitividade de cem micro e pequenas empresas associadas aos sete sindicatos representados pela FECOMÉRCIO.	338.720,00	200.770,00	55.721,27	**78.125,40**	66.923,33	-		76.495,47	**68.553,26**
FEDERALAGOAS - FED. DAS ASSOC. (NOTA 2)	09/11	30/09/13	Realizar ações referentes ao Projeto do Programa Empreender, apoiando a criação e manutenção de núcleos setoriais ligados aos projetos do SEBRAE/AL e as prioridades dos setores produtivos do estado de Alagoas, com a finalidade de organizar as demandas específicas destes grupos atendendo as necessidades das MPEs e dos Empreendimentos Individuais.	967.456,00	580.000,00	287.461,25	**162.538,75**	130.000,00	-		146.141,70	**146.397,05**
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS	04/12	28/06/13	Desenvolver identidade visual por meio de placas de sinalização, incluindo as de trânsito e informativas, nos Polos: Polo Multissetorial Governador Luiz Cavalcante - PMLC, no Polo José Aprígio Vilela - PJAV e no Núcleo Indústrial Bernardo Oiticica, assim como em seu respectivos entornos, viabilizando o acesso dos clientes e fornecedores às pequenas indústrias instaladas nos complexos.	190.000,00	55.000,00	**-**	**55.000,00**		-	**6.323,66**	**48.676,34**	**-**

SEBRAE - ALAGOAS

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS - POSIÇÃO EM 31/12/2013

Valores Expressos em Reais (R$)

PARCEIROS	CONVÊNIO ASSINADOS					PRESTAÇÕES DE CONTAS ATÉ 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2012	LIBERAÇÕES EM 2013	Saldo a Liberar	PRESTAÇÕES DE CONTAS		SALDO EM 31/12/2013
	Nº.	Vencim.	Objeto	Valor Total	Aporte do SEBRAE					Devoluções de saldos	Prestação de Contas	Ativo Compensado
					1931	1932			2931		2933	2932
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (6-7-8-9)	11	12	13(8+9-11-12)
FUNDEPES/FINEP	20/09	31/10/13	Avaliação e emprego de resíduos de biomassa como fonte de energia para a cadeia cerâmica do estado de Alagoas.	1.168.202,48	401.900,00	268.633,94	**133.266,06**		-			**133.266,06**
FUNDEPES/FINEP (NOTA 3)	12/11	24/08/13	Execução do projeto intitulado "Inseminação artificial e melhoramento genético de rainhas nos apiários do APL apicultura do Estado de Alagoas.	417.077,28	208.538,64		**208.538,00**		0,64			**208.538,00**
FUNDEPES/FINEP (NOTA 4)	13/11	11/12/13	Implantação do processo de produção do cordeiro verde no APL OVINOCAPRINOCULTURA do sertão de Alagoas.	439.832,80	219.916,40		**219.916,00**		0,40			**219.916,00**
FEJAL - FUNDAÇÃO JAYME DE ALTAVILA	07/13	28/06/15	Formalizar padrões de atendimento e os processos de incubação, no intuito de adequar a incubadora ao modelo CERNE 1, bem como apoiar as incubadoras de empresas que não apresentam ainda as condições necessárias para implementação autônoma do modelo CERNE - Tipo 2; disponibilizar a estrutura gerencial e física para as incubadoras apadrinhadas; mapear e reestruturar os processos internos da incubadora nucleadora,; implementar as ações previstas de acordo com o modelo de incubação CERNE, nível 01.	200.000,00	100.000,00			50.000,00	50.000,00			**50.000,00**
ICTAL - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE ALAGOAS	10/11	29/12/14	Execução de ações que visam a implementação e gestão do programa de Avicultura Familiar no Estado de Alagoas - PAF.	1.393.831,85	200.900,00		**80.345,00**		120.555,00			**80.345,00**
JUNIOR ACHIEVEMENT AL	01/12	26/03/13	Aplicação de Programas de Empreendedorismo.	141.334,22	50.000,00	24.908,63	**25.091,37**		-	367,35	24.724,02	**-**
MOVIMENTO ALAGOAS COMPETITIVA	05/12	10/07/13	Promover a qualidade, produtividade e competitividade das MPEs do Estado pela melhoria da gestão através da disseminação do MEG - Modelo de Excelência em Gestão da FNQ - Fundação Nacional da Qualidade e realização do prêmio MPE - ciclo 2012.	284.195,00	166.220,00	12.794,42	**153.425,58**		-	13.189,64	140.235,94	**-**
MOVIMENTO ALAGOAS COMPETITIVA	03/13	17/05/15	"Promover a qualidade, produtividade e competitividade das MPEs do Estado pela melhoria da gestão da qualidade com base nos critérios da FNQ através da realização do prêmio MPE Brasil - Ciclos 2013 e 2014"	850.350,00	509.800,00	-	**-**	236.600,00	273.200,00	-	81.579,75	**155.020,25**
NUCLÉO INCUB. DE EMPRESAS	08/13	14/07/14	"Implementar o modelo Centro de Referência para apoio a novos empreendimentos - CERNE - por meio do apadrinhamento pela Incubadora Empresarial Tecnológica - IET, resultante do Edital 01/2011 - SEBRAE/NA - INCUBADORAS DE EMPRESAS.	240.000,00	120.000,00			30.000,00	90.000,00			**30.000,00**
SENAI	18/10	20/01/14	"Fortalecer a capacidade técnica de ambas as intituições no apoio às empresas do setor de laticínios, para a melhoria de processos, padronização e inovação de produtos através da cooperação técnica com a ECTI - França."	1.214.580,85	720.000,00		**360.000,00**		360.000,00		303.970,87	**56.029,13**
SENAR (NOTA 5)	14/11	31/12/13	"Promover o fortalecimento da indústria do Leite de Alagoas".	703.497,00	418.751,00	124.518,36	**126.732,24**	125.625,30	41.875,10		115.113,25	**137.244,29**

SEBRAE - ALAGOAS

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS - POSIÇÃO EM 31/12/2013

Valores Expressos em Reais (R$)

PARCEIROS	CONVÊNIO ASSINADOS					PRESTAÇÕES DE CONTAS ATÉ 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2012	LIBERAÇÕES EM 2013	Saldo a Liberar	PRESTAÇÕES DE CONTAS		SALDO EM 31/12/2013
	Nº.	Vencim.	Objeto	Valor Total	Aporte do SEBRAE					Devoluções de saldos	Prestação de Contas	Ativo Compensado
					1931	1932			2931		2933	2932
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (6-7-8-9)	11	12	13(8+9-11-12)
SEBRAE - PE (NOTA 9)	10/08	20/07/13	Implantação da Central de Relacionamento Sebrae - Bloco Nordeste, composta pelos agentes Sebrae Alagoas, Paraíba, Pernanbuco e Sergipe, cujas chamadas proveniente do número 0800 570 0800 realizadas dos Estados pertencentes ao bloco serão automaticamente direcionadas para uma única localidade, qual seja, Recife, sede do Sebrae Pernambuco, lider do bloco eleito pelo grupo.	4.974.450,88	1.144.116,37	538.521,24	**351.901,63**	242.893,50	10.800,00		594.795,13	-
SEBRAE - PE	12/13	22/07/15	Cooperação técnica e financeira para dar continuidade à Central de Relacionamento do SEBRAE/Bloco Nordeste (PE,AL,PB e SE) - Call Center, buscando seu aprimoramento através do fortalecimento da visão sistêmica, bem como, da realização de ações necessárias ao aperfeiçoamento do atendimento à distância.	3.840.438,48	830.487,70			207.621,94	622.865,76			**207.621,94**
SESI	10/10	13/10/12	Promover a capacitação e desenvolvimento da Gestão da Responsabilidade Social Empresarial nos fornecedores de cadeia produtiva de PVC, Petróleo, Gás e Energia.	111.808,34	70.110,00	55.103,70	**15.006,30**		0,00	866,10	14.140,20	-
SICOOB CENTRAL - NE	02/11	15/03/14	Formular estratégias de ações conjuntas para atuar no fomento e fortalecimento de cooperativas de crédito, com o objetivo de ampliar o acesso e baratear os custos dos serviços financeiros para os micro e pequenos empreendimentos, atuando nas áreas da cultura da cooperação, empreendedorismo, gestão, finanças e marketing, visando o desenvolvimento sustentável das cooperartivas de crédito e dos empreendimentos associados.	65.200,00	39.015,00	21.365,29	**7.634,71**	10.015,00	-		7.634,71	**10.015,00**
SINDICER	05/11	25/04/13	Apoiar as 26 indústrias cerâmicas, buscando soluções a questões ligadas à melhoria do processo, da qualidade do produto e da gestão da saúde e meio ambiente, proporcionando redução de desperdício e ampliando o número de empresas que inovam.	210.480,00	126.000,00	61.704,20	**64.295,80**		-	175,84	64.119,96	-
SINDICER	09/13	19/07/14	O presente convênio tem por objeto apoiar as 29 indústrias cerâmicas, buscando soluções a questões ligadas à melhoria do processo, da qualidade do produto e gestão ambiental, proporcionando redução de desperdício, aumento da produtividade e ampliação do número de empresas que inovam.		134.600,00			67.300,00	67.300,00			**67.300,00**
SINPLAST	31/09	19/03/13	Melhoria na qualidade da Pequena indústria do Plástico de Alagoas.	353.956,00	242.666,65	126.624,85	**109.966,80**	6.075,00	(0,00)	2.414,74	113.627,06	-
SINPLAST	05/13	19/08/16	Atender as necessidades de aproximadamente quarenta pequenas empresas da cadeia do plástico, quinze pequenos fornecedores da cadeia do plástico, vinte e sete pequenos recicladores e dos profissionais destas pequenas empresas, proporcionando à cadeia um aumento de qualidade, competitividade e produtividade local, regional e nacional.	1.313.974,73	356.400,00			118.800,00	237.600,00			**118.800,00**

SEBRAE - ALAGOAS

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIOS - POSIÇÃO EM 31/12/2013

Valores Expressos em Reais (R$)

PARCEIROS	CONVÊNIO ASSINADOS					PRESTAÇÕES DE CONTAS ATÉ 31/12/2012	SALDO EM 31/12/2012	LIBERAÇÕES EM 2013	Saldo a Liberar	PRESTAÇÕES DE CONTAS		SALDO EM 31/12/2013
	Nº.	Vencim.	Objeto	Valor Total	Aporte do SEBRAE					Devoluções de saldos	Prestação de Contas	Ativo Compensado
					1931	1932			2931		2933	2932
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 (6-7-8-9)	11	12	13(8+9-11-12)
SENAI (NOTA 6)	20/10	31/12/13	Promover o fortalecimento da indústria do Leite de Alagoas.	1.306.980,00	739.300,00	225.954,56	**267.058,44**		246.287,00		200.952,50	**66.105,94**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	30/08	10/06/11	Promover ações para concretização do projeto " Prospecção e incentivo à criação de empreendimentos inovadores orientados para o desenvolvimento local e sustentável.	295.190,00	114.800,00	48.394,08	**10.205,92**		56.200,00	194,58	10.011,34	-
TOTAIS				**24.163.224,71**	**9.850.488,08**	**2.899.648,93**	**3.171.916,28**	**1.331.264,81**	**2.447.658,06**	**43.532,14**	**2.491.347,08**	**1.968.301,87**
							4.503.181,09			**2.534.879,22**		

LEGENDA		
SALDO EM 31/12/2012 (8)	=	3.171.916,28
LIBERAÇÕES EM 2013 (9)	+	1.331.264,81
SUB TOTAL (8+9)	=	4.503.181,09
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 (11+12)	-	2.534.879,22
SALDO EM 2013 (13)	=	**1.968.301,87**

LEGENDA	
CONVÊNIOS ASSINADOS A EXECUTAR (6-11)	9.806.955,94
CONVÊNIOS A LIBERAR (10)	2.447.658,06
CONVÊNIOS COMPROVADOS (07)	2.899.648,93
CONVÊNIOS LIBERADOS A EXECUTAR (13)	1.968.301,87
CONVÊNIOS EXECUTADOS NO EXERCÍCIO (12)	2.491.347,08

Notas:

1) Convênio 18/09 - ASSOC. RURAL POV. PAU FERRO DOS LARANJEIRAS - Processo sendo encaminhado para justiça, através da Unidade Jurídica;
2) Convênio 09/11 - FEDERALAGOAS - Prestação de contas em análise da última parcela.
3) Convênio 12/11 - FUNDEPES/FINEP - Aguardando prestação de contas final.
4) Convênio 13/11 - FUNDEPES/FINEP - Aguardando prestação de contas final.
5) Convênio 14/11 - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - Aguardando retificações de prestação de contas da 2ª parcela.

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas ("SEBRAE/AL" ou "Entidade") é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais , agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Rua Dr. Marinho de Gusmão, nº 46, Centro, Maceió, Alagoas.

O âmbito de atuação do SEBRAE/AL constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do Estado de Alagoas, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/AL recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- Federação do Comércio do Estado de Alagoas - FECOMÉRCIO;
- Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA;
- Federação das Associações Comerciais do Estado de Alagoas - FEDERALAGOAS;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL;
- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Alagoas - FCDL;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB;
- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;
- Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado de Planejamento e do Desenvolvimento Econômico - SEPLANDE;
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL;
- Banco do Brasil - BB;

- Caixa Econômica Federal - CEF;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Cooperativa de Colonização Agropecuária e Industrial Pindorama Ltda.; e
- Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio Econômico de Alagoas - AMICRED.

O SEBRAE/AL é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1°), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº 9).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2014.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 14) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 25).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 25).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 14).

c. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 3,98% a 33,28%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO é relacionada com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota Explicativa nº 16). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional – CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 16).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 17).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, valores a receber, numerários vinculados a convênios e programas, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE, transações com convênios a executar e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 4).

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com convênio e contratos, contas a pagar a fornecedores e outros, e obrigações com o sistema SEBRAE.

Contas a pagar a fornecedores e outros

As contas a pagar a fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor

justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 12).

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas.
O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 9)

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

ii. Custos subsequentes
Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	5,23% a.a.
Utensílios e acessórios	3,98% a.a.
Equipamentos de informática	33,28% a.a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 9).

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 14)

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 10)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas – SEBRAE/AL é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/AL reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/AL contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 25).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos (i)	99	139
Aplicações financeiras (ii)	6.338	8.686
Total	**6.437**	**8.825**

(i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, se encontram a seguir descritas:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	9	9
Banco do Brasil	82	130
Caixa Econômica Federal	8	-
Total	**99**	**139**

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/12/2013	31/12/2012
Banco do Brasil	Títulos Públicos e Privados	2.694	5.416
Caixa Econômica Federal	Títulos Públicos e Privados	2.698	2.505
Banco do Nordeste	Títulos Públicos, Privados e Operações compromissadas	954	771
Provisão para IRRF (*)		(8)	(6)
Total		**6.338**	**8.686**

(*) Refere-se a estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

5 Valores a receber

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Créditos a receber (i)	150	15
Cheques e cartão de crédito (ii)	121	48
Total	**271**	**63**

(i) Créditos a receber referente às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

(ii) Refere-se a cheques e cartão de crédito com possibilidades de recebimentos com processos iniciados oriundos de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

6 Numerários vinculados a convênios e programas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Contas Correntes – **Banco do Brasil**	39	5
Aplicações Financeiras – **Banco do Brasil**	2.426	1.079
Total	**2.465**	**1.084**

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/AL, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixa", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/AL. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com convênios e contratos", e detalhada na Nota Explicativa nº 11.

7 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Recursos de CSN a receber	96	219
Total	**96**	**219**

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**
CSN a devolver (i)	631	1.148
CT. 365/2013 – Imobilização (ii)	1.520	-
Total	**2.151**	**1.148**

Circulante	951	1.148
Não circulante	1.200	-

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais – CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2013 os acertos contábeis no SEBRAE/AL e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

(ii) Refere-se aos adiantamentos recebidos do SEBRAE/NA, a título de programa de imobilizações, programa de saneamento financeiro e programa de desligamento incentivado para funcionários. Em setembro de 2013 foi recebido empréstimo mediante antecipação de receitas, de recursos financeiros do SEBRAE/NA para aquisição de imóvel, visando ampliação das instalações da sede do SEBRAE/AL.

c. Transações de resultado

Descrição	**2013**	**2012**
Contribuição Social Ordinária (CSO)	32.118	29.537
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Saldo	4.806	-
Contribuição Social Nacional (CSN)	7.972	6.097
Total	**44.896**	**35.634**

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores
A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/AL é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	**2013**	**2012**
Remuneração	(1.022)	(872)
Benefícios	(142)	(71)
Total	**(1.164)**	**(943)**

O aumento na remuneração de pessoal-chave da Administração no exercício de 2013 é decorrente das alterações ocorridas a saber: **(1)** janeiro/2013 reajuste no plano de assistência médica, e aumento do salário do atual diretor técnico em substituição da diretora técnica; **(2)** setembro/2013 reajuste salarial de dirigente empregado através de acordo coletivo; **(3)** constituição da Remuneração Variável de dirigente empregado.

8 Transações com convênios a executar

Parceiros	**Convênio**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
ASSOC. DESENV. R. POV. PAU DE FERRO LARANJ.	18/09	90	-
COOPERATIVA PINDORAMA	12/12	37	-
FAEAL/SENAR	08/10	51	-
FAEAL	21/12	35	-
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE AL	09/10	69	-
FEDERALAGOAS	09/11	146	-
FUNDEPES/FINEP	20/09	133	-
FUNDEPES/FINEP	12/11	209	-
FUNDEPES/FINEP	13/11	220	-
FEJAL - FUNDAÇÃO JAYME DE ALTAVILA	07/13	50	-
ICTAL	10/11	80	-
MOVIMENTO ALAGOAS COMPETITIVA	03/13	155	-
NUCLÉO INCUB. DE EMPRESAS	08/13	30	-
SENAI	18/10	56	-
SENAR	14/11	137	-
SEBRAE - PE	12/13	208	-
SICOOB CENTRAL - NE	02/11	10	-
SINDICER	09/13	67	-
SINPLAST	05/13	119	-
SENAI	20/10	65	-
Total		**1.967**	**-**

Referem-se a recursos de convênios repassados as entidades parceiras que ainda não foram executados. A redução do fluxo de caixa liquido, constante na Demonstração dos Fluxos de Caixa, teve como fator preponderante a alteração de procedimentos contábil concernente a transações com convênios a executar de acordo com a determinação do SEBRAE/NA.

9 Ativo imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

Descrição	Taxa Anual de depreciação	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Custo					
Terreno	-	4.165	1.000	-	5.165
Edificações	4%	6.976	1.072	-	8.048
Móveis e utensílios	3,98%	974	27	-	1.001
Veículos e acessórios	20%	300	230	(75)	455
Máquinas e equipamentos	5,23%	1.393	127	(23)	1.497
Equipamentos de informática	33,28%	2.521	106	(15)	2.612
Instalações	10%	599	12	-	611
Aquisições em andamento	-	-	132	-	132
Bens de terceiros	4%	227	-		227
Total do custo		**17.155**	**2.707**	**(114)**	**19.748**
Depreciação acumulada					
Edificações	4%	(1.131)	(146)	-	(1.277)
Móveis e utensílios	3,98%	(723)	(52)	-	(776)
Veículos e acessórios	20%	(213)	(45)	68	(190)
Máquinas e equipamentos	5,23%	(698)	(99)	22	(775)
Equipamentos de informática	33,28%	(1.769)	(434)	15	(2.188)
Instalações	10%	(566)	(19)	-	(585)
Bens de terceiros	4%	(73)	(9)	-	(82)
Total da depreciação acumulada		**(5.173)**	**(804)**	**105**	**5.872**
Total líquido		**11.982**	**1.903**	**(9)**	**13.876**

A cada encerramento de exercício financeiro há revisão da vida útil dos itens do ativo imobilizado.

10 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Encargos sociais a recolher	323	264
Consignações da folha de pagamento	98	86
Obrigações fiscais a recolher	496	406
Total	**917**	**756**

11 Obrigações com convênios e contratos

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Convênio SEBRAE/FINEP 32/2008	30	28
Convênio ITEC/2010	171	-
Convênio SEBRAE/FINEP 24/2010	452	5
Convênio SEPLANDE/FOMENTA 03/2012	-	14
Convênio SEPLANDE/FIEA 10/2012	49	203
Convênio PETROBRÁS 22/2012	20	211
Convênio SEPLANDE/FILÉ 12/2012	44	90
Convênio COOP. CANADÁ 23/2012	3	-
Convênio SEAGRI 06/2013	511	-
Convênio SEPLANDE QUÍMICA 05/2013	61	-
Convênio QUALILEITE	20	-
Total	**1.361**	**551**

Referem-se a recursos recebidos de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

O convênio SEBRAE/FINEP 24/2010 tem como objeto o apoio financeiro da FINEP e do SEBRAE, a projetos de inovação tecnológica, a serem implementados por Instituições Científicas e Tecnológicas.

O convênio SEAGRI 06/2013 tem como objeto promover o desenvolvimento da pecuária leiteira, através de transferência de tecnologia em sistema intensivo de produção de leite, para os micros e pequenos produtores rurais do Estado de Alagoas.

12 Contas a pagar a fornecedores e outros

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores	1.516	2.796
Depósitos e cauções	110	23
Total	**1.626**	**2.819**

A diminuição do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 é decorrente da programação de pagamento estendida durante o mês de dezembro de 2013.

13 Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Férias e encargos (i)	1.563	1.320
Remuneração variável (ii)	674	427
Total	**2.237**	**1.747**

(i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

(ii) A remuneração variável será calculada tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/AL e o desempenho de cada equipe, conforme IN 17/00 de 02/01/2013.

Tabela 1 – Tipo de resultados que compõem o cálculo da remuneração variável	% de participação
Resultados organizacionais do SEBRAE/AL	70% de uma remuneração
Resultados da equipe	30% de uma remuneração
Total	**100% de uma remuneração**

14 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/AL como risco "provável" de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
Descrição	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Riscos trabalhistas	56	46	393	155
Riscos cíveis	-	-	-	-
Riscos fiscais	-	-	-	-
Total	**56**	**46**	**393**	**155**

Os principais processos existentes em 31 de dezembro de 2013 são:

1.Ação: Reclamação trabalhista
Autor: JOÃO BATISTA TAVARES SILVA
Processo nº. 0023000-82.2005.5.19.0007
INÍCIO: 20/03/2009
PEDIDOS: Horas extras e adicional noturno
*Valor da Causa: R$ 122
**Probabilidade de Perda: Provável – R$ 26
Deposito Judicial a disposição da Justiça (CEF) – R$ 7 (atualizado em 17/12/2013)
Deposito Judicial a disposição da Justiça (CEF) – R$ 43 (atualizado em 17/12/2013)

2.Ação: Reclamação Trabalhista
Autor: MARCONES FERREIRA DA CRUZ
Processo nº. 0001304-86.2011.5.19.0004
INÍCIO: 21/09/2011
PEDIDOS: Horas extras, salário inatura, adicional noturno, domingos, diferenças salariais, indenização por dano moral, retificação na CTPS, condenação do SEBRAE/AL como litisconsorte.
*Valor da Causa: R$ 28
**Probabilidade de Perda: Provável – R$ 28

3.Ação: Reclamação Trabalhista
Autor: MARCONES FERREIRA DA CRUZ
Processo nº. 0001329-05.2011.5.19.0003
INÍCIO: 21/09/2011
PEDIDOS: Horas extras, salário inatura, adicional noturno, domingos, diferenças salariais, indenização por dano moral, retificação na CTPS, condenação do SEBRAE/AL como litisconsorte.
*Sentença líquida em 29/02/2012 no valor de R$ 6
**Probabilidade de Perda: Provável – R$ 6

4.Ação: Reclamação Trabalhista
Autor: JOSÉ CARLOS LIMA
Processo nº. 0000755-33.2012.5.19.0007
INICIO: 08/05/2012
PEDIDOS: Danos morais
*Valor da causa: R$ 33
**Probabilidade de perda: Provável – R$ 33
Deposito Judicial (Recurso ordinário) a disposição da Justiça (CEF) – R$ 7 (atualizado em 17/12/2013).
Deposito Judicial Complementar (Recurso ordinário) a disposição da Justiça (CEF) - R$: 1 (atualizado em 17/12/2013)

5.Ação: Reclamação Trabalhista (AÇÃO CIVIL PUBLICA)
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
Processo nº.0010612-60.2013.5.19.0010
PEDIDOS: ANTECIPAÇÃO DE TUTELA SOB PENA DE MULTA DE R$ 50
DANO MORAL COLETIVO DE R$ 300
*Valor da Causa: R$ 300
**Probabilidade de perda: provável – R$ 300

A movimentação do saldo da conta de provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi a seguinte:

Descrição	**2013**	**2012**
Saldo inicial	155	85
Pagamentos efetuados	-	-
Incremento da provisão	238	70
Saldo final	**393**	**155**

As provisões foram constituídas com base no parecer da assessoria jurídica do SEBRAE/AL.

15 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados, pelo saldo de reserva de reavaliação, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

16 Receitas com contribuição social

Descrição	2013	2012
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	32.118	29.537
Contribuição Social Ordinária – Saldo (CSO saldo) (b)	4.806	-
Contribuição Social do Nacional - CSN (c)	7.972	6.097
Total	**44.896**	**35.634**

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Ordinária – Saldo (CSO saldo)

São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.

c. Contribuição Social Nacional (CSN)

São alocadas as receitas a título de contribuição de programação adicional transferidas pelo SEBRAE/NA de competência do exercício corrente. Estão diretamente vinculadas à execução de

projetos finalísticos, dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que as correspondentes despesas são incorridas.

17 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	2013	2012
Treinamentos	319	355
Consultoria	247	255
Feiras	399	251
Palestras	12	21
EMPRETEC	77	62
Outras	17	46
Total	**1.071**	**990**

O aumento em 2013 na rubrica de "Feiras" é decorrente de locação de stands para a Feira do Empreendedor ocorrida no período de 9 a 12 de outubro de 2013.

18 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/AL.

Descrição	2013	2012
Convênio PMM/SEFAZ	10	148
Convênio PM VIÇOSA 13/2009	-	2
Convênio COOPEFORTE 11/2009	-	8
Convênio PM SANTANA 16/2009	-	5
Convênio PAIS/COOPEFORTE 12/2009	-	12
Convênio PETROBRÁS 07/2009	-	147
Convênio PM PAULO JACINTO 21/2009	-	4
Convênio PM UNIÃO DOS PALMARES 15/2009	-	1
Convênio PM PALMEIRA DOS INDIOS 14/2009	-	22
Convênio ITEC 01/2010	347	1.523
Convênio AL COM A PALMA NA MÃO	-	6
Convênio BRASKEN 35/2009	-	71
Convênio ALGÁS 25/2010	-	16
Convênio FÁCIL ARAPIRACA 17/2011	-	64
Convênio PETROBRÁS 22/2012	499	91
Convênio SEPLANDE/FIEA 10/2012	180	79
Convênio FOMENTA 03/2012	-	37
Convênio COOP. CANADÁ 23/2012	46	99
Convênio SEPLANDE/FILÉ 12/2012	56	-
Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013	1.636	-
Convênio SEAGRI 06/2013	169	-
Convênio SEPLANDE/QUÍMICA E PLÁSTICO 05/2013	93	-
Total	**3.036**	**2.335**

O aumento em 2013 das receitas dos convênios em execução foi provenientes de maior volume no Convênio SEPLANDE/PAPL 01/2013 cujo objeto é operacionalização do programa de mobilização para o Desenvolvimento dos Arranjos e Território Produtivos Locais no Estado de Alagoas.

Em 2012 o convênio 01/10 ITEC tinha a finalidade de executar as ações necessárias a execução da continuidade do Programa de Inclusão Digital do Estado de Alagoas, no que diz respeito ao

envolvimento, promoção e o fortalecimento das Lan Houses, através da capacitação gerencial dos empreendedores.

19 Outras receitas operacionais

Descrição	2013	2012
Recuperação e restituições	57	31
Recuperação e restituições de convênios	79	96
Alugueis	41	44
Reversão de provisões	75	42
Receitas na alienação de ativo imobilizado	24	-
Variações monetárias ativas	3	3
Receitas exercícios anteriores (i)	1.024	44
Outras	4	7
Total	**1.307**	**267**

(i) Registra as receitas oriundas da não execução de convênios de exercícios anteriores. Em dezembro de 2013 houve o estorno dos valores relativos a liberações de exercícios anteriores a 2013, ainda não executados, conforme "Regras para Registro Contábil de Liberação e Comprovação de Convênios" do SEBRAE/NA, contribuindo para o aumento nessa rubrica.

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

Descrição	2013	2012
Salário e Proventos	(7.934)	(6.998)
13º. Salário	(662)	(539)
Férias	(984)	(754)
Outros gastos com pessoal	(11)	(4)
Encargos Sociais	(2.880)	(2.578)
Benefícios Sociais	(2.576)	(2.404)
Total	**(15.047)**	**(13.277)**

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento. O aumento ocorrido no grupo de despesas com "Pessoal, encargos e benefícios sociais" foi decorrente de alguns fatores:

- Reajuste do valor do ticket alimentação em janeiro de 2013;
- Contratação de 10 empregados no espaço ocupacional de assistente, analista e gerente adjunto;
- Reajuste de tabela, com aumentos que variaram de 0,04% a 54,56% e aumento médio de 10,01% em setembro de 2013;
- Aumento de 6,5%, concedido através da resolução CDE 016/2013, que majorou salários do corpo funcional e da diretoria executiva, gratificações de gerentes, secretárias e assessores em setembro de 2013;

- Aumento do auxílio educação, que passou de R$ 112,85 para R$ 120,00 em setembro de 2013;
- Nomeação de 5 gerentes adjuntos, sendo 4 para a sede, 1 para a regional Arapiraca em agosto de 2013, cada um percebendo metade da gratificação de um gerente titular;
- Reenquadramento das secretárias da DIREX e do CDE, que passaram a receber a partir de agosto de 2013 o salário do STEP 9 de assistente;
- Constituição da provisão da Remuneração Variável tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/AL e o desempenho de cada equipe, conforme IN 17/00 de 02/01/2013.

21 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.

Descrição	2013	2012
Instrutoria e Consultoria (a)	(11.424)	(8.511)
Serviços Técnicos e Especializados (b)	(3.048)	(2.055)
Manutenção, Segurança e Limpeza (c)	(1.516)	(1.156)
Demais Serviços contratados (d)	(6.527)	(4.131)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(33)	(38)
Total	**(22.548)**	**(15.891)**

(a) Esse grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais. O aumento no período deve-se aos seguintes fatores: **Contratação das empresas:**

1 - SUMMAH CONSULTORIA ORGANIZACIONAL para ministrar o curso de formação básica para facilitadores a ser ofertado na agenda aberta do SEBRAE/AL;

2 - CRIAY CONSULTORIA referente a prestação de serviços de consultoria à Unidade de Acesso a Inovação e Tecnologia – UAIT, visando o aprimoramento técnico das ferramentas tecnológicas relacionadas ao tema “Gestão da Produção e da Qualidade”;

3 – IDEAL CONSULTORIA para realização de consultorias em solução “Estratégias empresariais SEBRAE MAIS” para 10 empresas localizadas nos municípios de Arapiraca e Santana do Ipanema (CG Imóveis LTDA, Auto Serviço Mecânico Novo Brasil LTDA ME, Fabiana Carla da Silva, Lucas Vasconcelos Cerqueira Cavalcante, Panificadora e Lanchonete Rio Branco LTDA, SIM Comercial Celular LTDA, Luceildo Gerônimo de Melo EPP, Depósito de Madeiras Amazônia LTDA, Neuzete Domingos Silva ME e Clínica de Estética Marina LTDA);

4 - INST. AÇÃO DESENV. PARA CIDADANIA referente aos trabalhos realizados para o programa Negócio a Negócio, para prestar atendimentos às microempresas, objetivando

orientar os empresários na gestão de seus negócios; SENAR/AL referente aos programas: Programa Empreendedor Rural (PER), Negócio Certo Rural (NCR), Com Licença Vou a Luta (CLVL);

5 - MENDES & LOPES para realização de curso de elaboração de Termo de Referência para os analistas do SEBRAE/AL no período de 28 a 30/10/2013;

6 - SIC COMUNICAÇÃO para realização de palestras sobre "Design de Negócios para a Moda" no dia 05/11/2013 no hotel Jatiúca em Maceió/AL.

(b) Esse grupo de despesas está representado, substancialmente, por serviços prestados por empresas de advocacia, estudos, pesquisas e análises técnicas, produção e edição de materiais audiovisuais, entre outros. O aumento no período deve-se aos seguintes fatores: **Contratação das empresas:**

1- PREVIEW VIDEO, para produção de imagens/vídeo do documentário sobre a Feira do Empreendedor 2013;

2- LR DESIGN LTDA, para serviços de montagem e desmontagem de estandes, paisagismo e ambientação para a Feira do empreendedor 2013.

(c) Essas despesas estão relacionadas com segurança, vigilância, limpeza, manutenção de equipamentos, instalações, veículos entre outros. O aumento no período deve-se aos seguintes fatores: **Contratação das empresas:**

1- CPM CONSULT. E PROJETOS, para prestação de serviços de obra de reforço e consolidação da estrutura metálica da cobertura do CEGEM/FÁCIL do prédio sede do SEBRAE/AL;

2- LINK TELECOM LTDA, referente aos serviços de adequação da rede elétrica estabilizada na sede do SEBRAE/AL e Escritório Regional de Arapiraca.

(d) Essas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e contrato de patrocínio.

No período houve repasse **de recursos através de patrocínio** para:

1- o Instituto Brasileiro de Consultoria a Municípios – IBCOM, referente à 7ª Feira de Negócios dos Municípios Alagoanos;

2- FEDERACAO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE AL referente ao projeto do IV Encontro Internacional de Negócios - ENIN, teve como objetivo, criar um ambiente propício à comercialização de produtos brasileiros;

3- INSTITUTO ARNON DE MELLO, referente patrocínio para o "Projeto Alagoas Popular Folguedos e Danças de Nossa Gente";

4- ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE ALAGOAS, referente patrocínio para o projeto "63ª Exposição e Produtos Derivados de Alagoas – Expoagro 2013 de 25 a 03/11/2013

Como também houve **pagamentos de serviços prestados** as seguintes empresas:

1 - SWOT SERVIÇOS DE FESTAS E EVENTOS LTDA, referente à locação de produtos/serviços (estandes, balcões, carpetes, ar condicionado) para utilização na 7ª Feira de Negócios dos Municípios Alagoanos no período de 17 a 20/01/2013;

2 - EGAION CONSULTORIA LTDA das despesas relativas aos processos seletivos para formação de cadastro de reserva de assistentes (Sede e Regionais) e analistas (Regionais) para o quadro efetivo de pessoal do SEBRAE/AL e credenciamento de instrutores e consultores do SGC, visando aumentar o cadastro de profissionais para atender as demandas dos projetos de atendimento do SEBRAE/AL;

22 Custos e despesas com operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	2013	2012
Despesa de Viagem (a)	(5.166)	(4.105)
Alugueis e Encargos (b)	(852)	(671)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda (c)	(604)	(812)
Serviços Gráficos e de Reprodução (d)	(1.279)	(961)
Serviço de Comunicação em Geral	(480)	(593)
Materiais de Consumo	(508)	(532)
Demais custo e despesas Gerais	(1.025)	(925)
Total	**(9.914)**	**(8.599)**

(a) O aumento com despesa de viagem no período deve-se, basicamente, a viagens internacionais do diretor de Administração e Finanças José Roberval Cabral, para participar do Programa Internacional para Dirigentes em Milão/Itália, realizado no período de 17 a 22 de março de 2013, do colaborador Arestides Bezerra Minervino para participar do Salão Internacional do Móvel, em Milão/Itália, no período de 9 a 12 de abril de 2013; e das colaboradoras Maria Izabel Vasconcelos Goes, Vania Brandão de Brito e Vanessa Fagá Rocha, para participar do Programa Visão Territorial e Sustentável do Desenvolvimento em Valência, Espanha, no período de 20 a 31 de maio, através de conferências e visitas técnicas a instituições para o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre o SEBRAE e as instituições visitadas, com o resultado esperado de desenvolver estratégias que promovam a melhoria sustentável do ambiente onde estão inseridos os pequenos negócios; participação da colaboradora Sandra Maria Brandão Vilela à Missão Internacional de Benchmarking no tema de Inovação do Programa de Apoio ao Fortalecimento dos Sistemas Regionais de Inovação, realizada no período de 09 a 13 de setembro em Seul, Coréia do Sul; participação da colaboradora Sandra Torres do 1º módulo do curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios na FIA/SP conforme seleção interna promovida pelo SEBRAE/NA, no período de 04 a 14/11/2013; participação do colaborador Marcos Fontes na missão Leite Nordeste à província de Quebec, a missão tem como público técnicos e representantes institucionais de todos os Estados do Nordeste, visando conhecer a cadeia produtiva do leite de Quebec, uma das mais bem organizadas do mundo, no período de 13 a 23/11/2013.

(b) O aumento com aluguéis e encargos é decorrente de alguns fatores: Aluguel de espaço para a realização da Feira do Empreendedor ocorrida em no período de 09 a 12/10/2013 Maceió/AL; Aluguel de transporte para a caravana com 48 técnicos para participação do Fórum Mundial para o Desenvolvimento e Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimentos no período de 27/10 a 01/11/13 em Foz do Iguaçu.

(c) A redução é decorrente do menor volume de veiculação em jornal realizado no período em análise.

(d) O aumento com Serviços Gráficos e de Reprodução é decorrente de: Impressão de 1.000 exemplares de livro personalizado referente a obra "O Ciclo do Algodão e as Vilas Operárias"; Serviço de criação de layout e roteiro para produtos do Espaço Economia Criativa, na Feira do Empreendedor 2013; Produção de pen drive em acrílico personalizado, 1.100 saquinhos em veludo, produção de 600 unidades de porta cartão metalizado para promoção e divulgação das ações promovidas pelos agentes locais de inovação do SEBRAE/AL, junto aos empresários atendidos pelo projeto.

23 Despesas com programas e convênios

Na coluna de 2013, estão expressos os valores executados e comprovados por meio de prestações de contas de parceiros, relativo a recursos de convênio de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício. Com a adoção da nova regra definida pelo SEBRAE/NA para contabilização das despesas de transferência para parceiros, em dezembro de 2013, o SEBRAE/AL fez um ajuste do montante repassado a parceiros relativo a exercícios anteriores que não foi prestado contas até o encerramento do exercício, reclassificando para conta de "Receitas de exercícios anteriores – Operações com Convênios", em contrapartida com o ativo circulante no grupo de contas "Transações com Convênios".

Descrição	**2013**	**2012**
Movimento Alagoas Competitiva – Convênio 03/2013	(82)	-
SEBRAE/PE – Convênio 10/2008	(243)	(352)
CRC – Convênio 01/2011	(2)	(14)
SINPLAST – Convênio 31/2009	(6)	(95)
ABIH/AL – Convênio 09/2012	-	(57)
Cooperativa Pindorama – Convênio 12/2012		(38)
FAEL / SENAR – Convênio 08/2010		(19)
FAEL – Convênio 21/2012		(35)
FAPEAL – Convênio 23/2010		(360)
Federação do Comércio de Alagoas – Convênio 09/2010		(67)
FEDERALAGOAS – Convênio 09/2011		(260)
Federação das Indústrias do Est. De Alagoas – Convênio 04/2012		(55)
JUNIOR ACHIEVEMENT/AL – Convênio 01/2012	-	(50)
Movimento Alagoas Competitiva – Convênio 05/2012		(166)
SENAR – Convênio 14/2011		(126)
SESI – Convênio 10/2010		(15)
SINDICER - Convênio 05/2011		(63)
SENAI – Convênio 20/2010		(238)
Total	**(333)**	**(2.010)**

24 Resultado financeiro líquido

Descrição	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos Recursos Ordinários	355	404
Rendimentos Recursos Próprios	476	440
Outros Rendimentos	-	1
Subtotal	**831**	**845**
Despesas financeiras		
Outras despesas	(39)	(36)
Subtotal	**(39)**	**(36)**
Total receita financeira líquida	**792**	**809**

25 Benefícios a empregados pós-emprego

25.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa n° 3.g, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/AL contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo dos ativos do Plano	60	52
Valor presente das obrigações atuarias	(33)	(40)
Superávit	27	12

Observado a Avaliação Atuarial do exercício de 2013 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificado a inexistência de Passivo Atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

As contribuições dos participantes e do patrocinador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram:

Contribuições	31/12/2013	31/12/2012
Participantes	435	381
Básica	236	210
Serviços passados	26	37
Voluntárias	173	134
Patrocinador	232	210
Básica	223	202
Benefícios de risco	9	8
Total	**667**	**591**

25.2. Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido:

Descrição	2013	2012
Obrigações do benefício definido em 1° de janeiro	(40)	(33)
Benefícios pagos pelo plano	-	-
Custos do serviço corrente e juros (veja abaixo)	(8)	(6)
Ganho de redução	15	(1)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes (veja abaixo)	-	-
Efeito da movimentação nas taxas de câmbio	-	-
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	(33)	(40)

Movimentação no valor justo dos ativos do plano:

Descrição	2013	2012
Valor justo dos ativos do plano em 1° de janeiro	52	44
Contribuições pagas ao plano	9	8
Benefícios pagos pelo plano	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	5	4
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes (veja abaixo)	-	-
Efeito da movimentação nas taxas de câmbio	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	60	52

Despesa reconhecida no resultado:

Descrição	2013	2012
Custo do serviço corrente	(3)	(3)
Juros sobre obrigação	(5)	(3)
Ganho por reduções	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	5	4

Premissas atuariais:

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	11,54% a.a	8,42% a.a
Projeção de crescimento real de salário	2,10% a.a	1,29% a.a
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a	5,00% a.a
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,54% a.a	8,42% a.a

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos – AT-2000M e AT-2000F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados - AT-2000M e AT-2000F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos – UP 94 (MÉDIA)
Tábua de entrada em invalidez – Hunter
Tábua de morbidez – N/A

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensitivo às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

26 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito é praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.437	8.825
Valores a receber	5	271	63
Numerários vinculados a convênios e programas	6	2.465	1.084
Adiantamentos concedidos		569	375
Créditos com o Sistema SEBRAE	7	96	219
Transações com convênios a executar	8	1.967	-
Outros créditos		849	668

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2013, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em 31/12/2013	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	917	917	-	-
Obrigações com convênios e contratos	1.361	-	1.361	-
Contas a pagar a fornecedores e outros	1.626	1.516	110	-
Obrigações trabalhistas	2.237	-	2.237	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.151	631	320	1200

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Por não está exposta significativamente aos riscos de taxa de câmbio e risco de taxa de juros nas suas operações passivas, a Entidade entende ser desnecessário a apresentação de uma análise sensibilidade.

27 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R$ 14.315 para danos materiais e de R$ 5.000 de responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 10 de dezembro de 2014, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.

KPMG Auditores Independentes
Av. Tancredo Neves, 450, sala 1702
Edifício Suarez Trade - Caminho das Árvores
41820-901 - Salvador, BA - Brasil
Caixa Postal 5799
41820-970 Salvador, BA - Brasil

Central Tel 55 (71) 3507-6600
Fax 55 (71) 3507-6601
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL
Maceió - AL

Examinamos as demonstrações financeiras do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas – SEBRAE/AL em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 31 de janeiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA-017715/O-5

SEBRAE

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas

PARECER

O Conselho Fiscal do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Alagoas - SEBRAE/AL, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, conclui o exame das Demonstrações Contábeis da Entidade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Liquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Resultados Abrangentes, bem como pelas Notas Explicativas relacionadas. Tais exames foram seguidos, ainda pela análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros deste Conselho pela Administração da Entidade com auxilio da Auditoria Interna e da Unidade de Gestão Estratégica.

Desta forma, com base nos exames realizados, no Parecer dos Auditores Independentes emitido em 31 de janeiro de 2014, sem ressalvas, o Conselho Fiscal, por unanimidade, concluiu que os documentos acima referidos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Entidade, opinando favoravelmente a seu encaminhamento para deliberação do Conselho Deliberativo Estadual.

Maceió/AL, 26 de fevereiro de 2014.

Francisco de Assis Braga Soares
Presidente do Conselho Fiscal

Ricardo Lopes de Meira Barbosa
Conselheiro

Eduardo José de Souza Santos
Conselheiro

Iêda Valéria Barbosa Cavalcante
Conselheira

Ricardo Quintella Gomes de Barros
Conselheiro

José Leonardo Costa Marques
Conselheiro

SEBRAE

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Alagoas

RESOLUÇÃO CDE Nº 002/2014

APROVA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEBRAE/AL – EXERCÍCIO 2013

O CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL DO SISTEMA DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/AL, no uso das competências que lhe são conferidas pelo artigo 12, parágrafo 2º, alínea d, do Estatuto Social do SEBRAE; considerando o parecer do Conselho Fiscal do SEBRAE/AL; e em face da deliberação unânime adotada na 1ª Reunião Ordinária do Colegiado, realizada em 27 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

1. **Aprovar a Prestação de Contas do SEBRAE/AL – Exercício 2013, conforme proposta encaminhada pela Diretoria Executiva através da EACDE nº 002/2014, que constitui parte integrante desta Resolução.**

2. **Esta Resolução entra em vigor nesta data.**

Maceió-AL, 27 de fevereiro de 2014

JOSÉ GEMINIANO ACIOLI JUREMA
Presidente em exercício do Conselho Deliberativo Estadual

ENCAMINHAMENTO DE ASSUNTO AO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL – EACDE		
ORIGEM: DIREX	**Apresentação: Rita Medeiros**	**Nº 01/2014**
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SEBRAE/AL – EXERCÍCIO 2013		
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA: 1. Relatório de **Prestação de Contas do Exercício de 2013** 2. Parecer da KPMG 3. Parecer do Conselho Fiscal		
DISPOSIÇÕES LEGAIS ADMINISTRATIVAS E DE COMPETÊNCIA: Art. 12, § 2º alínea d e Art. 30 § único do Estatuto Social do SEBRAE/AL		
DESCRIÇÃO DO ASSUNTO: O presente relatório, com base no que dispõe o Art. 12, § 2º alínea d, do estatuto Social do SEBRAE/AL, visa submeter à aprovação do Conselho Deliberativo Estadual, a Prestação de Contas do SEBRAE/AL – Exercício 2013, composta pelos documentos abaixo relacionados: **Relatório de Gestão do Exercício de 2013** • *Relatório de Gestão Estratégica* • *Relatório de Gestão Administrativa* • *Balanço Patrimonial* • *Demonstrativo do Resultado do Exercício* • *Demonstrativo de Execução Orçamentária e* • *Demais peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União*		
PROPOSIÇÃO DE VOTO: Aprovar a Prestação de Contas do SEBRAE/AL exercício 2013, composta pelo relatório **de Prestação de Contas do Exercício de 2013** do SEBRAE/AL.		
DATA: 20/02/14	**ASSINATURA:** SEBRAE Marcos A. da Rocha Vieira Diretor Superintendente	